

João Paulo Lopes

A NAÇÃO (I)MORTAL

**Identidade nacional e política na Academia Brasileira de Letras
(1931-1943)**

Texto de Dissertação apresentado à Banca Examinadora junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a titulação de Mestre em História. Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas.

Orientadora: Dra. Eliana Regina de Freitas Dutra

Belo Horizonte

2007

*Vim pelo caminho difícil,
a linha que nunca termina,
a linha que bate na pedra,
a palavra quebra uma esquina,
mínima linha vazia,
a linha, uma vida inteira,
palavra, palavra minha.*
Paulo Leminsky

Minifesto – Distraídos Venceremos.

SUMÁRIO

Agradecimentos	4
Introdução	8
Capítulo 1 - Do início ao meio: as imagens e contra-imagens da Musa	20
1.1 - O salto da Musa (de 1896 aos anos 30)	25
1.2 - As contra-imagens da Musa	35
1.3 – Os “expoentes” da Musa	45
1.4 – Uma academia anti-popular?	53
Capítulo 2 – A Nação passa no <i>Petit Trianon</i>	61
2.1 – Solução na “bagunça das letras”:	
O Acordo ortográfico de 1931	73
2.2 – Que língua é essa? <i>Brasileira, Nacional ou Portuguesa?</i>	95
2.3 – Machado, 100 anos – o homem e a nação	108
Capítulo 3 – A Academia e seus “quarenta”: os clássicos, os modernos e Getúlio	123
3.1 – Um presidente imortal	134
3.2 – Burocratas e políticos das letras	145
3.3 – A Academia se “amoderna”	156
Conclusão	170
Fontes	175
Bibliografia	179
Anexos	
Anexo I	184
Anexo II	186
Anexo III	188

Agradecimentos

Ao concluirmos uma etapa da vida assim como se sugere com a finalização dessa dissertação é impossível não passarmos por um processo de auto-avaliação e em retrospectiva tentar delinear os passos desse percurso longo, que demandou tempo, sacrifícios, descobertas, medos, recomeços, amizades, conflitos, engrandecimento pessoal, humano e intelectual. É justo destacar cada uma das pessoas que me fizeram mais forte para que eu conseguisse terminar esse texto e concluir a pesquisa ao longo dos últimos anos. Isso é tão clichê, mas faz parte do ritual e os agradecimentos que se seguem são realmente sinceros e necessários.

Em primeiro lugar, presto os meus agradecimentos à professora Eliana Dutra, que acatou o projeto desde 2002, me orientando com zelo e rigor, com indicações e apontamentos indispensáveis que me nortearam quando eu achava que estava tudo confuso e me sentia perdido. Sua marcante presença foi sempre humana e maternal, sem deixar de lado a responsabilidade e o compromisso acadêmicos. Agradeço por cada gesto e pela confiança depositada em mim. Além de toda minha admiração pelo seu talento, pelo seu respeito com os alunos e o entusiasmo com que nos ensina sobre as coisas da História. Para a minha sorte foi ela quem me orientou quando fui selecionado para o projeto *Coleção Brasileira*, onde dei os primeiros passos em torno do projeto com a ABL. Os acertos dessa dissertação compartilho com você, as falhas são de minha inteira responsabilidade. Obrigado!

Por falar em *Coleção Brasileira*, não posso me esquecer dos colegas, amigos e professores com quem convivi no projeto, ao longo dos quase três anos em que estive vinculado a ele, de janeiro de 2002 a agosto de 2004¹. Aos professores Carla Anastacia,

¹ A pesquisa com a Academia Brasileira de Letras nasceu ainda na metade da graduação, quando eu atuava como bolsista de iniciação científica, vinculado ao projeto integrado “*Coleção Brasileira* –

Kátia Baggio, José Carlos Reis, Regina Horta, Eduardo França e a própria Eliana Dutra, agradeço pelas tardes intensas e acaloradas de reuniões, onde se discutia com muito vigor e destreza, os temas e rumos do projeto, de onde nós, bolsistas, tiramos amplos conhecimentos e experiências que nos auxiliaram em nossos caminhos, tanto para as monografias bem como para os projetos de mestrado e doutorado, a quem ousou vôos mais altos. À Regina Horta, agradeço pelo carinho, a paciência com os prazos e pelo aceite em participar da banca de qualificação. Também agradeço à historiadora Gisele Venâncio, pós-doutoranda do programa de História da UFMG, que participou da banca de qualificação, me indicando novos rumos e outros olhares para a pesquisa.

Aos meus colegas da mesma *Brasiliiana* não há como esquecer das suas belas e inteligentes bolsistas, com quem estive mais próximo: Gisella Amorim, Alessandra Soares, Priscila Dorella e Imara Bemfica. Todas importantes, cada uma ao seu modo, no caminho percorrido até aqui. Mas duas em especial. À Priscila, porque foi quem muito insistiu para que eu fizesse a seleção para o projeto em 2001, o que ao fim deu certo embora o nosso relacionamento não. Outra amiga impossível de esquecer é a Imara. A ela, agradeço a paciência e a inteligência com que me auxiliou no início desse percurso, quando a pesquisa sobre a ABL era algo ainda incipiente e para a qual eu me sentia inseguro. Foram alguns artigos, congressos, semanas em que apresentamos nossos trabalhos juntos, lembranças que ficarão para sempre e que me ajudou a ser mais seguro e firme. Tomara que continuemos amigos por longa data.

Escritos e leituras da Nação, 1931-1941”. Uma pesquisa integrada que reúne uma série de pesquisadores do Departamento de História da UFMG e tem como tema de pesquisa central essa coleção organizada por Fernando de Azevedo. A Coleção publicada pela Companhia Editora Nacional, que durante os anos de 1931 e 1941, lançou mais de 200 obras que tentavam reunir um conhecimento enciclopédico, amplo e de alta qualidade, com um perfil analítico e ostensivo sobre as diversas áreas de conhecimento a respeito do país. Áreas que iam desde a história, biografias, a geografia, a economia, passando pela botânica e a zoologia, chegando à etnografia e à antropologia social. Uma das primeiras atribuições a mim incumbida foi a pesquisa sobre a repercussão das obras da Coleção e dos seus autores nas várias publicações do país, dentre elas a *Revista da Academia Brasileira de Letras* – instituição que reunia grande parte dos escritores que lançaram na *Brasiliiana* durante o período – onde tive contato com o farto material contido naquela fonte, lançando em seguida para a pesquisa individual sobre a instituição naqueles anos 30 e 40.

À parte econômica do projeto o CNPq foi essencial ao auxiliar-me com as bolsas de Iniciação Científica, de Apoio Técnico e de Mestrado. E ainda o auxílio financeiro da FUNDEP com o qual pude ir até o Rio de Janeiro pesquisar no Arquivo do Centro de Memória e na Biblioteca Lúcio de Mendonça da ABL.

Aos amigos que fiz durante os anos de faculdade são justas e saudosas as lembranças que tenho de cada um deles. Primeiro, é mais fácil lembrar dos quatro grandes: Márcio Costa, Hilário Figueiredo, Raphael Rajão e Luiz Alexandre Loureiro. Todos tão peculiares e que me ajudaram a ser mais humano, mais paciente, mais responsável, mais maduro. Aconteça o que acontecer, para onde quer que a vida nos leve, vocês serão sempre lembrados com carinho e com sincera e grande amizade.

Ao Márcio, tão polêmico, persistente e com a garra interiorana, é um amigo do peito, apesar de ser tão diferente de mim, o meu oposto até. Sua teimosia, inteligência e esforço são admiráveis, apesar da distância que nos separa agora.

Ao Hilário, sua paciência, seu equilíbrio e sua dedicação são traços impressionantes. A sua solidariedade, o seu companheirismo, a sua dedicação são algo a admirar. Suas palavras de estímulo sempre foram ouvidas e assimiladas para o meu melhor.

Ao Rajão, sua sinceridade, seu zelo e sua integridade são marcas que o fazem um grande homem, apesar do seu jeito de menino. Incrivelmente, e o parafraseando, óleo e água se misturaram no nosso caso.

Ao *hermano* Luiz Alexandre, esse ser estranhamente único agradeço pela presença e o companheirismo em importantes situações de nossas vidas, experiências boas e ruins, tanto as de outrora quanto as de agora. Você é realmente especial.

Ainda não posso esquecer de tantos outros amigos ao longo dessa trajetória e que têm de mim a mesma amizade e respeito: o polemista e engraçado Davidson; o

grande *chef* Dudu; o estranho e dedicado Breno; o “raquetador” João Cornélio; o recente e precioso amigo Leandro Braga; o enigmático e excêntrico Enrique Luz; a doce Fabiana Castro e, por último, o alucinado e alucinante Roberto Faria, esse ser realmente do outro mundo. Há outras importantes pessoas que para além das conversas descontraídas no corredor, nos cafés e nos bares, foram quem me fizeram afugentar das pesadas e duras responsabilidades acadêmicas nos vários momentos dos últimos anos: Alisson, Anna, Cacá, Du, Inajá, Suely, Regis, Celso, Brunildo. As propostas tentadoras para viagens, festas, sítios, acampamentos, cinemas, bares, para as noites belorizontinas, foram essenciais. Não abri mão do meu lado de reles mortal apesar do estudo sobre os “imortais” da ABL.

Agradeço também às pessoas que trabalham na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro e que de alguma forma fizeram parte dessa jornada. Em primeiro agradeço ao Luiz, chefe da Biblioteca Lúcio de Mendonça, grande conhecedor da instituição e uma figura preciosa. Nas poucas vezes que estivemos juntos, ele recebeu a mim e ao projeto de braços abertos, comentando entusiasticamente comigo a respeito dos assuntos, indicando-me fontes desconhecidas e me fazendo decifrar os bastidores da ABL. A outros funcionários e estagiários da instituição, devo os meus préstimos ao Paulino, à Maria, às Carolinas, à Terezinha, ao Clóvis e a todos sempre foram tão solícitos e atenciosos comigo, nos períodos em que eu lá me enfiava para a pesquisa.

E por último, mas não menos importante, agradeço em especial à minha família. Aos meus irmãos, Henrique e Fernanda, pelo apoio e curiosidade, mesmo à maneira de vocês. À minha vovó Edna, que lá de Araguari sei que estará orgulhosa de mim. Aos meus sobrinhos, os anjos Luan e Guto que sempre me fazem voltar a ser criança e crer num mundo melhor; e à minha supermãe, Ariade, pelo amor, pela admiração e o respeito, além da sua coragem surpreendente, qualidades que me dão forças sempre!

Introdução

O período compreendido entre o *crash* da Bolsa em Nova Iorque, em 1929, seguido da Grande Depressão na década seguinte até o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, é atraente por diversas manifestações surpreendentes que marcaram, em boa parte do globo, a busca por uma nova ordem, a percepção de um novo começo ainda embaçada aos olhos de quem viveu esses anos, mas com expectativas renitentes de mudanças absolutas em face da decadência e da desestruturação reinante nos mais variados aspectos da vida: social, político, econômico, cultural, intelectual, do mundo do trabalho, das relações humanas, da espiritualidade.

A situação colocou em xeque valores, homens e idéias. As imagens insistentes de caos, de fim, de instabilidade é uma tônica comum em muitas das fontes escritas do período. Por outro lado, e é o que nos interessa mais de perto, no curso desses anos, em diversas partes do planeta tiveram fôlego, movimentos autoritários ou totalitários, tanto à esquerda, como o estalinismo da União Soviética, como outros de direita, como o fascismo e nazismo, na Itália e na Alemanha, respectivamente. Vários desses regimes políticos sustentaram e encamparam um discurso de inovação ou de validação de um homem novo, de um mundo novo, de um tempo novo, apresentando-se como solução para a situação vivida e desencadeada desde o final da Primeira Guerra e inflamada pela crise mundial, a partir de 1929.

As influências desses regimes influenciaram diversas outras experiências políticas pelo globo, como no caso do varguismo brasileiro. Dentre o espectro das características que compunham os regimes políticos autoritários de direita não há como deixar de observar um forte apelo nacionalista e a produção de discursos e imagens

sobre o que fossem as nações. Isso, como maneira de colar a imagem dos regimes ao das imagens das nações. Mas essas semelhanças param aí. Em cada um desses lugares houve peculiaridades que moveram o enredo das variações, dos avanços e recuos desses regimes. De um jeito ou de outro, com mais força ou pelo menos com alguns traços possíveis, a emersão e materialização dessas propostas se fizeram presentes.

No Brasil dos anos 30, uma característica há muito discutida pela ampla literatura dedicada ao período, foi da participação dos intelectuais em meio ao processo de expansão do Estado brasileiro sob as vestes de um projeto político centralista, autoritário, nacionalista, que foi, pouco a pouco, se desenhando no decorrer da década e meados do decênio seguinte. Podemos dizer que àquela altura houvera a consolidação de um campo intelectual no país, que em sua grande maioria, esteve envolvido, direta ou indiretamente com o governo Vargas, numa aproximação tácita dos homens de pensamento e de cultura com o meio político, tentando reatar o alinhamento entre as duas partes que as características oligárquicas da Primeira República enterraram. Aos intelectuais opositores ao governo, restou a prisão, o exílio, o isolamento e até mesmo a expressão enviesada de suas vozes e visões.

Nesse contexto é de se notar o peso e a participação que uma jovem instituição ocupava entre a camada intelectual do país: a Academia Brasileira de Letras. O cenáculo, em pouco mais de três décadas, chegava aos anos 30 com uma trajetória meteórica e saboreando uma tradição invejável, embora seu pouco tempo de existência. O que nos interessará, nas páginas que se seguem é o envolvimento da ABL com o projeto cultural e político do Estado varguista, nos valendo principalmente dos discursos em torno da língua e da literatura do país, analisando os sentidos atribuídos pelos imortais a essas características dadas como nacionais. Ao partirmos do pressuposto de que o Estado não é o único agente a engendrar um discurso nacionalista, de unicidade

social e de amarras identitárias, vemos que a produção dessa obra se deu em vários espaços, dos quais a ABL pode ser apontada como um deles.

No rastro dessa aproximação, não podemos deixar de detectar a renovação de nomes por que passou a Academia Brasileira de Letras, com a eleição de homens comprometidos muito mais com o universo político do período do que propriamente com uma exclusiva ou proeminente produção literária e artística. Vale ressaltar que o estudo do papel de como a ABL se embrenhou na engenharia social e política do Estado varguista na construção de uma política cultural amparada na idéia de identidade nacional é trabalho ainda não feito. É isto que nos propomos analisar aqui.

A divisão dos capítulos que se segue foi amparada na idéia de dar conta do tripé: o lugar, os discursos e os homens que o fazem; ou seja, a Academia Brasileira de Letras e o seu papel em meio ao contexto sócio-político dos anos 30; o discurso nacionalista vindo daquele espaço em torno da língua e da tradição literária do país e por fim os homens que para lá entraram e que produziram os discursos e encamparam as ações vindas da instituição.

O primeiro capítulo da dissertação diz respeito às imagens que a Academia sustentava e geria em torno de si, e também das posições e discursos contrários que tentavam minar ou arranhar o lugar que havia alcançado em meio ao campo intelectual, aos quais chamamos de contra-imagens. A percepção dos discursos contrários e favoráveis à Academia dependia do lugar de sua origem. A *Revista da Academia Brasileira de Letras* e as crônicas de jornais comprometidos com o local são os que fomentam e criam as imagens de saudação e de positividade do cenáculo, da sua trajetória bem como de seus membros. A revista deveria obviamente assumir esse papel, por ser a publicação oficial da instituição. Por sua vez, para fincar a defesa em torno da instituição e dos imortais havia alguns jornais de renome por já serem espaços

tradicionais de louvação à ABL, como é o caso do *Jornal do Commercio*, do *Jornal do Brasil* e outros onde também escreviam muitos dos acadêmicos.

Na outra ponta, são em pequenos jornais, de menor circulação, que se veiculavam os discursos contrários à Academia e aos seus imortais, além de depreciarem as práticas internas do local. É comum observar nas contra-imagens a respeito da agremiação literária, durante o período de 1931 a 1943, que o poder de fogo contra ela são justificados por sua inoperância e pela desconfiança e discordância aos nomes eleitos para ocupar as vagas deixadas por antigos membros falecidos. A intenção desse primeiro capítulo é realçar o lugar de destaque que a instituição tinha entre o campo intelectual brasileiro, seja para o bem ou para o mal. Como lugar criado para a consagração dos escritores e literatos do país, mas também acolhendo em seu seio, nomes pouco afeitos à literatura – motivo dos ataques mais tenazes contra si – a instituição àquela altura ainda tinha assegurado o seu “lugar ao sol” entre novos e velhos escritores, movendo “mundos e fundos” para não perder essa posição.

No segundo capítulo, foram analisados os passos de aproximação da Academia com os novos donos do poder – uma vez do triunfo do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930 – se valendo do conteúdo discursivo e de ações concretas cada vez mais recorrentes e impregnados da tônica nacionalista, que no caso da ABL se dirigiam às imagens nacionais a respeito da língua e da literatura.² O

² Por outro lado, é preciso frisar que a íntima e conturbada relação entre o Estado e a Academia Brasileira de Letras já era uma prática corrente ao longo dos quase quarenta anos de existência da instituição, nascida sob um aparente e requerido afastamento do mundo da política. Prova dessa tentativa inicial da instituição pode ser apurada quando o seu primeiro presidente, Machado de Assis, ainda em 1897, tentava torná-la uma “torre de marfim” entre o tumultuado terreno das disputas políticas dos primeiros anos republicanos. Machado previa, e queria, uma associação com o fim de cultivar a arte, de promover a cultura literária e pela defesa da língua nacional. Só que o renomado escritor esquecia que até alcançar esse fim último, os homens que fundaram a ABL, agiram politicamente, quer seja dentro ou fora da novíssima instituição das letras do país. Uma característica que não é limitada aos anos iniciais da agremiação, quando ainda a “mão de ferro” do primeiro presidente e de seu círculo ainda se fazia presente. Mas que nos anos seguintes à sua morte, o embaraço e a quebra desse perspectiva se expõe de forma clara e definitiva. Sobre o assunto do envolvimento da ABL com o Estado nos primeiros anos de sua existência nos apoiamos na análise de RODRIGUES, João Paulo C. Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas : Ed. Unicamp, 2001.

primeiro passo dessa aproximação com o Governo Provisório de Vargas girou em torno da movimentação dos acadêmicos para a chancela governamental ao Acordo ortográfico de 1931. O tratado sobre a ortografia do país tinha sido assinado entre a Academia Brasileira e sua congênere portuguesa, a Academia de Ciências de Lisboa e naquele contexto mexeria com vários aspectos da vida social, como o mercado editorial, a expansão da educação primária, a redação dos jornais e revistas em circulação no país, a redação da constituição de 1934. Aos olhos dos acadêmicos, o dedo político impondo o acordo em forma de lei era uma necessidade para o sucesso da iniciativa da ABL, que mais uma vez tentava solucionar o assunto. Um tema para o qual a instituição se sentia naturalmente a responsável, sem concorrentes à altura no país.

Por sua vez, a nomeação da língua é outro ponto de destaque do segundo capítulo para a observância e análise da ação dos acadêmicos. Mais uma vez, para esse caso, o recurso à identidade da nação é acionado. Em 1935 e 1936, o assunto de mudança da designação da língua toma conta do país, abrindo espaço para uma intensa polêmica, na qual os imortais se envolveram ardentemente. Com a iniciativa dos vereadores da Câmara do Rio de Janeiro, que decretaram a mudança da denominação do idioma falado no país para *língua brasileira*, abre-se espaço para uma infundável e atribulada disputa, na qual os acadêmicos assumem posição contrária, de um modo geral, que valerá como a posição oficial da instituição em meio a todo o processo. A contribuição dos acadêmicos para o caso é estabelecida por uma luta política para o qual cobram do Estado brasileiro ações mais eficazes para impedir o que chamam de heresia dos membros da câmara carioca. Ao fim o comportamento dos imortais vai inviabilizar o ato de autonomização da língua, ao não se permitir a mudança da sua nomenclatura e do efeito simbólico que a medida admitiria ao garantir uma singularidade idiomática ao país, essencial para a confirmação da nacionalidade, aos olhos dos discursos

emancipistas. No entanto, o recurso que os acadêmicos usam não são antinacionalistas, mas se cobrem de outros ingredientes e fórmulas para indicar o que seria a nação pela sua chave lingüística aos olhos da instituição.

Na última parte do segundo capítulo serão tratados os efeitos político e social que se tentou dar às comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis, em 1939 na sua aproximação com a configuração de uma identidade nacional. A efeméride também se cobriu de todo o aparato de uma data oficial, já que os flertes da ABL com o Estado – Novo, naqueles idos – já estava mais que encaminhada. O patrono da Academia, ao se aproximar a passagem da data, recebeu do governo Vargas atenção especial que junto ao cenáculo tentou reservar e instituir Machado de Assis ao local de expoente máximo da literatura nacional. Assim não só a instituição patenteou as celebrações em torno da passagem da data mas foi auxiliada pelo governo varguista, principalmente pela ação do Ministério da Educação. Mais uma vez, na ocasião do centenário, o discurso nacionalista contribuiu para legitimar a ação e usar a biografia do fundador da Academia como espaço de representatividade de uma tradição literária para o país, ancorada na carreira e vida de Machado. Um feito que também permitiu à Academia de explorar a imagem do seu patrono à valorização e a legitimidade da instituição, o que vai além das imagens nacionais.

Os discursos de saudação às passagens dos aniversários de morte e/ou nascimento de antigos membros da ABL tiveram a função de permanentemente consagrar tanto os vivos quanto os mortos das letras e remetê-los a uma tradição literária nacional. Tradição essa, inventada pelos primeiros imortais, desde a criação da Academia em fins do século XIX e perseguida e repaginada pelas gerações seguintes, inclusive pelos membros da instituição ao longo das décadas de 1930 e 1940 e em momentos posteriores. Assim, a celebração do centenário machadiano foi selecionada

como um momento emblemático por mostrar os passos da aproximação com o Estado Novo na elaboração dos eventos e na promoção da figura do escritor ao cânone representativo da excelência literária e intelectual da nação.

No terceiro capítulo daremos conta de quem são os produtores dos discursos e das ações acadêmicas que tecem a idéia de nação. Não há como abriremos mão da análise sobre quem são os forjadores desses mesmos discursos e ações discutidos no segundo capítulo. É interessante tomar nota que os anos 30 e início dos 40 são particularmente estimulantes para uma renovação bastante substancial dos quadros da instituição. Mais de vinte novas eleições ocorreram no período que vai de 1931 a 1943, culminando com a indicação do nome de Getúlio Vargas em 1941 e sua posterior posse na ABL em dezembro de 1943, marco que encerra os anos acadêmicos analisados aqui e demonstra o escancaramento da aproximação máxima dos acadêmicos com o governo. Num período que o Estado Novo dava os seus sinais mais autoritários e que se esforçava para impor os atributos personalistas do regime, a Academia deu sua parcela de contribuição a essa característica do regime, ao eleger por unanimidade o “Chefe da Nação” para integrar o seu escol. Um ato que não foi gratuito, mas que deixava suas marcas e impressões, as mais instigantes.

Todavia os homens que entraram para a ABL no período, não são somente os envolvidos diretamente com o Estado. Há outros nomes que atuavam na arena política e que já participavam da ABL desde antes desse contexto e também tiveram ação diferenciada dentro do cenáculo, como é o caso do chefe integralista Gustavo Barroso – que entrou para a Academia em 1923 – e o líder católico Alceu Amoroso Lima – eleito em 1936. A agremiação representante das letras do país não passou incólume aos vendavais da instável situação política da década de 1930 e 40, caindo por terra, de uma vez por todas, o discurso original de afastamento do mundo da política, que previram e

quiseram alguns dos seus fundadores. A possibilidade de anulação das divisões partidárias entre os imortais, até que ainda teve alguma sustentabilidade parcial mas uma situação reinante de despolitização, mesmo dentro do ambiente acadêmico, nunca foi alcançada. Muito menos nos tumultuados anos 30, quando ficou patente o envolvimento da ABL e dos seus membros com as várias faces do universo da política.

Um aspecto importante que ainda nos resta perceber em torno do processo de renovação por que passou a instituição e que vai ser explorada no terceiro capítulo diz respeito à entrada de antigos opositores ao lugar, especialmente alguns modernistas, que na década de 20, moveram discursos apimentados e ácidos contra a ABL e no decorrer dos anos 30 e início dos 40 foram encontrar abrigo em meio aos imortais, como é o caso de Cassiano Ricardo, Manuel Bandeira e Mennotti del Picchia. Demonstrando assim o caráter ambíguo que a Academia sempre produziu entre os homens de letras do país: de repulsa e de afago, de críticas e de paixão, de indiferença e de reconhecimento, de desconfiança mas de curiosidade. Como espaço de consagração intelectual, ainda nesses anos 30, a ABL provocava para si esses olhares múltiplos.

Sobre a literatura que analisa a trajetória da instituição e dos nomes que a compuseram, há alguns importantes trabalhos já deram conta dos seus primeiros anos e de todo o processo tumultuado para a sua fundação. Os poucos trabalhos são bem recentes e foram produzidos no rastro das comemorações do centenário da instituição, celebrado em 1997. Algumas obras dispersas também foram produzidas ao longo dessa centúria da ABL, mas privilegiando muito mais os imortais do que realmente a instituição como um todo, muito mais apegados à literatura e aos literatos brasileiros de uma *belle époque tropical*³, na qual inseriam alguma análise circunstancial sobre a

³ O brasilianista norte-americano Jeffrey Needell, oferece-nos uma análise do cenário literário brasileiro no contexto da virada do século XIX para o XX em uma obra de 1993 que leva o mesmo título que tomamos emprestado: *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Outros trabalhos considerados aqui para o tratamento com o campo literário na virada do século

Academia Brasileira de Letras. Os trabalhos que dedicam exclusivamente uma análise mais contundente sobre a instituição frisam a época de sua criação e os anos iniciais de sua formação, além dos rituais que foram sendo gestados e lançados pelos fundadores sobre o lugar e sobre a condição de ser imortal.

São três as obras atuais e referenciais no tratamento direto e exclusivo com a instituição: o livro de João Paulo Coelho Rodrigues, *A Dança das Cadeiras*; a obra de Alessandra El Far, *A encenação da imortalidade* e o livro de Valéria Silva, *Uma etnografia da imortalidade*. Sobre o período a ser tratado nesse trabalho – as décadas de 1930 e 1940 – há um estranho silêncio sobre a instituição no campo de pesquisas tanto da historiografia quanto da área de letras. Além das obras referenciais acima citadas há algumas obras publicadas pela própria instituição, que traz tanto efemérides da ABL quanto dos membros que faziam parte dos seus quadros. Dentre esses trabalhos, destaca-se a obra oficial de comemoração do centenário da ABL, *Academia Brasileira de Letras, 100 anos* e o livro de Fernão Neves, *Academia Brasileira de Letras: notas e documentos para a sua história (1896-1940)*.⁴

Quanto à análise em torno da promoção dos discursos e ações que toma o tema da identidade nacional a partir da ABL, alguns novos conceitos abrem espaço para uma lucidez maior com o seu tratamento. O de cultura política é o um deles, apesar de ser conhecido e disseminado, sendo já habitual o seu emprego em várias análises a respeito do nacionalismo. A noção de cultura política foi levada em conta com o objetivo de entender o fenômeno nacionalista no Brasil dos anos 30, onde o tom dos projetos, dos

XIX para o XX, no qual se inscreve a criação da ABL serão os de Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república* e a recente obra de Eliana de Freitas Dutra, lançada em 2005 pela Editora UFMG, *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*.

⁴ De acordo com João Paulo Coelho Rodrigues, o livro de Fernão Neves foi tirado de circulação pela Academia, logo após a sua publicação em 1943, provavelmente com auxílio da ação censória do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda do governo Vargas. Por esse fato, restam poucos exemplares da obra, que reúne importantes informações sobre a ABL em seus primeiros anos.

programas, das imagens, dos discursos e das representações passava pelo recurso ao nacionalismo. Na encruzilhada entre a cultura e a política estaremos interessados em detectar a dimensão coletiva da cultura política nacionalista a partir da Academia Brasileira de Letras e do quadro humano que a compunha durante os anos 1930 e 1940. Lado a lado com outras culturas políticas nesse período, que coincide com o governo Vargas, o nacionalismo junto com o trabalhismo experimentou um triunfo entre outras alternativas como o comunismo, o integralismo ou o liberalismo.

Em complemento, não podemos perder de vista as instituições de reunião dos intelectuais. Podemos convir que elas nascem e se fazem pelo ato corporativo, num processo de autodefesa, auto-reconhecimento, autopromoção e de criação e compartilhamento de opiniões e de intenções em comum, em nome de um grupo ou de uma parte da sociedade, suprindo os valores e os lugares que querem deter ao passo do processo de complexificação das sociedades. Mas essas associações intelectuais podem se dar também pela necessidade de ação no mundo público, pelo menos no que diz respeito aos assuntos de sua área e interesses originais. E de onde é que venham essas ações e projetos intelectuais, a partir do momento que se fazem com a expectativa de gerarem uma intervenção no espaço externo, no ambiente público, eles se tornam um ato político, por excelência.

No caso da Academia Brasileira de Letras esse contato com o mundo da política e a possibilidade de análise extensiva à instituição foi uma constante ao longo das primeiras décadas de sua existência, incluindo aí décadas de 1930 e 1940, período que, como vimos, foi deixado de lado nos trabalhos dedicados a análises exclusivas sobre o ambiente acadêmico, dos seus personagens e de suas ações.

A ABL, a mesma “jovem senhora” que despertava a ira e o veneno dos literatos mais novos, principalmente dentre a corrente modernista sobreviveu às dificuldades dos

primeiros anos para tornar-se, em pouco tempo, o cenáculo máximo da consagração intelectual dos primeiros tempos do Brasil republicano. “Os quarenta” que ali se reuniam se davam como os mais conceituados intelectuais do país e havia quem realmente assim os consideravam, daí a sua legitimidade possível. E mesmo os que não tinham nenhuma excepcionalidade adquirida, usavam da pecha de serem os “imortais” para se autopromoverem nos círculos intelectuais e até mesmo políticos do país e quiçá do mundo.⁵

Por fim é importante esclarecer um ponto importante dessa dissertação que é o tratamento com as fontes. Em meio às análises feitas, levamos em consideração a publicação oficial da ABL, a *Revista da Academia Brasileira de Letras*, local de circulação e propagação dos discursos oficiais do cenáculo, da publicidade das atividades acadêmicas, além de anunciarem e reverenciarem as práticas dos imortais, tanto os vivos quanto os já falecidos. Assim, pelas páginas da revista observa-se uma tentativa constante de legitimação da instituição e de seus membros, além de um ponto importante que era a tentativa de marcar, a cada número, o lugar da instituição e de seus imortais fazendo crer aos seus leitores os feitos da ABL e o lugar estratégico e privilegiado que ocupavam dentro do campo intelectual. Assim, embora a publicação ter sido um *corpus* documental importante para a pesquisa, ela não foi o único. No esforço de escapar das armadilhas que a publicação oficial traz em suas páginas foram levados em conta outros discursos sobre a instituição estampados em outras fontes.

O Arquivo do Centro de Memória da ABL tem uma série de coleções pessoais de cada um dos imortais, que reúnem importantes documentos sobre a vida e obra do

⁵ As benesses da entrada da Academia – maior facilidade de publicação pelas casas editoras, certa segurança financeira com o recebimento dos *jetons* (no caso de alguns literatos) ou de honorários recebidos pela participação de várias comissões de trabalho da instituição, os trânsitos possíveis em outras áreas do campo intelectual e político – eram atrativos mortais mais que plausíveis para as acirradas disputas pelas vagas abertas para a entrada na instituição e *ad immortalitatem*.

escritor ou escritora em vista. Além da documentação pessoal sobre os mais variados assuntos, dos mais banais e cotidianos a outros mais sérios, em cada uma dessas coleções existem recortes de jornais que trazem notícias e informações sobre os imortais. Cartas, bilhetes, recados, cédulas de votos, são parte importante dos documentos dessas coleções e foram analisados, desde que estivessem relacionados às temáticas da dissertação. Contudo, a abundância das crônicas jornalísticas e a facilidade de acesso a esses recortes forneceram-nos um contraponto à revista, tentando escapar do risco de fazer-se uma história da Academia por ela mesma, ou melhor, através da sua publicação oficial. Os recortes dos jornais revelam-nos tanto informações laudatórias sobre os acadêmicos e a Academia quanto críticas ferrenhas aos mesmos, o que ampliou o nosso olhar sobre o cenáculo bem como dos seus membros e ajudou-nos a analisar qual o papel da instituição durante o período pesquisado e dos assuntos mais relevantes vindos dali. O cruzamento das fontes analisadas nos possibilitou uma percepção mais generalizada a respeito dos diversos assuntos que serão tratados a seguir, em cada um dos capítulos.

Capítulo I

Do início ao meio: as imagens e contra-imagens da Musa

“(…) não obstante as nossas taras e defeitos temos podido ser,
e continuamos sendo: a única fôrça realmente organizada
em meio da desorganização palpável e evidente das fôrças intelectuais
dispersas por este imenso Brasil, se cuja unidade indestructível somos,
como tanto desejava Nabuco, a melhor garantia”⁶
(grifos nossos)

“(…) A começar pela faustosa confortável instalação da
Academia no Petit Trianon até o deslumbramento do fardão,
marchetado de ouro, tudo desperta nos vaidosos,
o desejo de serem immortaes,
basta ser expoente de qualquer coisa.”⁷

“Se Machado de Assis, e Ruy, e Bilac, e Nabuco,
fizeram do nosso Silogeu um centro intelectual digno de
larga projeção pelo mundo das letras, por outro lado,
espécimes estranhos da nossa fauna arqueológica
conseguiram penetrar ali pela porta fácil das proteções
escandalosas para provocar à ‘ilustre companhia’,
o descrédito e o escárneo dos que se preocupam
com as coisas do espírito.”⁸
(grifos nossos)

De um modo geral e pelo senso comum, a Academia Brasileira de Letras, ou simplesmente ABL, ate hoje, é uma instituição mal compreendida, que as pessoas a

⁶ PACHECO, Félix. “As eleições na Academia”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. vol. 42. n.º 137. p. 47. mai. a ago/1933.

⁷ “Vaidade, sempre vaidade!”. *A Ofensiva*: Rio, 22/03/1936 – p. 04. CJF – Coleção João Neves da Fontoura.

⁸ “O sr. Pedro Calmon na Academia”. *Jornal da Manhã*. Porto Alegre: 18/04/1936. p. 02. CPC – Coleção Pedro Calmon.

tomam com certa desconfiança, com pouca credibilidade e até mesmo com irreverência. Uma imagem ambígua sobre o local é uma das marcas que o acompanharam desde a sua fundação em 1897. As crônicas jornalísticas lançadas aos acadêmicos e à instituição fossem as elogiosas e laudatórias, fossem as oponentes e depreciativas, marcaram e consolidaram boa parte das idéias a respeito da agremiação literária e dos seus personagens, o que aqui nós chamaremos de imagens e contra-imagens.

Se atualmente, os segredos e práticas dos imortais da ABL são só esporadicamente são anunciados e revelados pelas páginas dos jornais, pelos artigos de revistas ou pelas reportagens televisivas; nos anos 30 do século passado, a instituição ainda reservava para si olhares atentos e contínuos mais assíduos, seja para o bem ou para o mal. Naquele contexto, a agremiação reunia uma série de nomes atuantes na política, na magistratura, na burocracia e também no terreno dos estudos e da produção literária, histórica, sociológica, como era de se esperar, já que teoricamente era uma academia de letras.

A pléiade de homens ali reunidos despertava a atenção da imprensa e do campo intelectual, fazendo com que as imagens e contra-imagens sobre o lugar estivessem em plena fermentação, contribuindo para sua aceitação e legitimidade, ou não, e para as modos como eram recebidas e esperadas as ações dos imortais. Ao tomarmos a Academia Brasileira como o nosso objeto é correto esclarecer os caminhos da instituição ao longo do percurso dos seus quarenta anos, desde a fundação até os anos 1930 e início dos anos 1940, período o qual tomaremos para a nossa análise a respeito da instituição. Mesmo que seja uma retomada rápida e pouco ostensiva.

A ascensão da ABL, no período que vai do final do século XIX, quando foi criada até o terceiro decênio do século passado, valeu-lhe os louros e as pedras, as flores e os espinhos, a admiração de muitos e os ataques mais viscerais de tantos outros. As

imagens que se fizeram e que se tinham da agremiação nessa curta duração foram tão complexas e díspares, quanto também os nomes que passaram por suas cadeiras. Nada surpreendente, mas o suficiente para nos darmos conta de qual lugar fora construído e reservado para a Musa das letras no Brasil. O caminho percorrido pela Academia Brasileira, como veremos, fôra trilhado arduamente e sempre fôra motivo de crítica e da oposição de centenas de escritores e homens de letras, que não perfilavam entre os seus ou que não compactuavam com a idéia de uma Academia com vistas a ser modelo e parâmetro para a língua e a literatura do país e órgão aglutinador das ações nessas áreas. As imagens e contra-imagens sobre a ABL variaram ao longo do tempo. Idéias criadas, arranhadas e reconstruídas pelo campo intelectual, reservando ou negando um papel de relevo para a instituição.

Esses discursos foram dúbios e não se consolidaram definitivos. Seguiram o ritmo dos interesses e das biografias dos homens e da trajetória das ações vindas da ABL. É importante lembrar que alguns dos seus oponentes, de primeira hora, não tardaram a se tornar imortais tempos depois, sendo acolhidos ao seio da cenáculo, usufruindo das benesses e contradições que o simbolismo da agraciação trazia e fincava entre o campo intelectual. Em 1938, o acadêmico Joaquim Ribeiro, admitia, com certa ironia, os caminhos que alguns dos seus colegas acadêmicos escolheram e prenunciava aos demais costumeiros opositores da ABL o que ainda podia lhes ser reservado para um futuro próximo:

“(...) Anti-acadêmicos de hontem são na verdade muitos acadêmicos de hoje. É possível, pois, que os nossos mais recentes inimigos (os que combatem a Academia) venham também experimentar o nosso prazer dessa hora.(...) Mulher perigosa não é a Academia. Mulher perigosa é arte acadêmica, que prolifera, por um desses muitos paradoxos curiosos,

fora das paredes dessa casa, que abre sem receios, suas portas a modernistas como Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto, Cassiano Ricardo e Osvaldo Orico – prova ardente que conhece a arte de se renovar.”⁹

A análise de Ribeiro também revela outros pontos subentendidos. Seu discurso era endereçado aos sempre presentes e persistentes opositores da idéia de uma Academia de Letras nos moldes que ela havia se configurado em sua história. O que aqui chamaremos de contra-imagens chegavam a ser impiedosas para com a ABL e seus membros e partiam, na maior parte das vezes, por conta de picuinhas literárias entre os intelectuais, indecifráveis aos nossos olhos, mas correntes naquele contexto de forma incessante.¹⁰ A questão das simpatias, da atração e das amizades e o seu contrário, ou seja, a hostilidade, as brigas, o rancor, a rivalidade não podem passar despercebidas para a compreensão do microcosmo social em que foi se tornando a Academia ao longo das suas primeiras décadas, em que todo o jogo de interesses e de foi uma marca de relevo que a fez ser o que tornou-se e que lhe assegurou um lugar de destaque em meio a um campo intelectual em expansão.

Sendo assim, devemos lembrar as motivações que estão por trás da construção das contra-imagens. Boa parte das críticas e depreciações se deram por conta dos nomes escolhidos para preencherem as muitas vagas que surgiram ao longo dos anos 30 e 40, numa continuidade que vinha desde a década de 1910. Nomes, em sua maioria,

⁹ RIBEIRO, Joaquim. “Em louvor da nova geração – discurso na Academia”. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro. 07/07/1938. p. 07.

¹⁰ Jean-Fraçois Sirinelli alerta para as questões da relevância das afetividades no estudo sobre os intelectuais, o que não pode ser deixado de lado pelos estudiosos que lidam com o tema. Ele ainda nos induz a levar em conta que há um duplo perigo ao considerarmos o papel que esses sentimentos assumem para a história intelectual: a de que o peso da afetividade tem que ser matizada para o tratamento sério e racional com o tema, além que a abordagem pode ser delicada por que pode ser desviada até chegar-se ao ponto de aferir-se uma certa visão antiintelectualista. SIRINELLI, Jean-Fraçois. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p. 250.

estranhos ao campo intelectual. Ou melhor, nomes que teoricamente não se dignificariam de imediato para as glórias acadêmicas e do simbolismo que a tal imortalidade traria. Por isso, os momentos das eleições eram as ocasiões preferenciais para os comentários a favor ou contra o novo acadêmico e, como complemento, também à instituição. E com um número cada vez maior de eleições, a ABL ficava exposta continuamente na imprensa e a vulnerabilidade dos atos em prol de candidatos pouco afeitos ao meio literário recaía em ingrediente farto para a produção das imagens negativas sobre o cenáculo.

As páginas publicadas pelos diversos órgãos de imprensa do período estão recheadas de palavras que demonstram esses afetos e sensibilidades aos acadêmicos, seja refutando, seja reverenciando os novos imortais e a Academia. O teor das palavras endereçadas aos imortais dependia tanto da sinceridade dessas declarações, quanto por quem estava à frente da linha editorial dos jornais e/ou revistas em questão. Esse fator é decisivo para evidenciar o aspecto passional que está por trás das elaborações das imagens e contra-imagens a respeito da instituição.

Mas o que de fato, a ABL traria para o campo intelectual enquanto projeto, programa e ações concretas? Por outro lado, quais são os aspectos e o trajeto que conformaram a instituição como local especial e privilegiado para parte da intelectualidade brasileira ainda nos anos 30 e 40? Vejamos como a instituição se constituiu nas suas primeiras décadas de existência, tentando analisar qual o lugar lhe era reservado e observando quais os caminhos e temas que se moldaram na composição das imagens e contra-imagens da Academia Brasileira de Letras.

1.1 –O salto da Musa (de 1896 aos anos 1930)

Em julho de 1897 a Academia Brasileira de Letras era finalmente instalada em meio à atmosfera dos tumultuados anos posteriores à proclamação da República no país. Obra que vingou entre um grupo de literatos do capital federal do final do século XIX, dados e se portando assumidamente como os mais bem sucedidos escritores do período. Lúcio de Mendonça e Machado de Assis, seus dois principais articuladores, reunidos à frente da *Revista Brasileira*, conseguiram atrair sob os seus auspícios um número de nomes de peso da literatura do período, que publicavam na referida revista e também se reuniam nos cafés e livrarias da Rua do Ouvidor – que eram espaços de reunião e de sociabilidade dos intelectuais da capital federal¹¹. Esses homens de letras, muito diversificados entre si, também trabalhavam e colaboravam em outras tribunas da imprensa. Deleitantes da arte literária e do comprometimento com a língua, alguns desses intelectuais tiveram atuação permanente e ativa na arena política, além da ação direta nos grandes eventos históricos do *fin-de-siècle*: a Abolição da escravidão, em 1888 e mudança para o regime republicano no ano seguinte. A ação dos futuros imortais nesse episódio marcantes passava desde a refutação de um ou de outro evento, seja lutando a favor ou contra os dois marcos fundantes de uma nova ordem da história brasileira. Assim a *Revista Brasileira*¹² congregava entre seus editores e colaboradores

¹¹ Os principais cafés “literários” do Rio, neste período, eram, entre outros: o Café do Rio, no cruzamento da rua do Ouvidor com a rua Gonçalves Dias; o Java, no Largo de São Francisco, esquina de Ouvidor; o Café Paris, o Café Papagaio; o Café Globo, na rua Primeiro de Março entre Ouvidor e o Beco dos Barbeiros. Havia ainda outros pontos igualmente freqüentados pelos literatos: a Confeitaria Colombo, na rua Gonçalves Dias, e a Confeitaria Pascoal, na rua do Ouvidor, além de outras menos freqüentadas como a Cailteau e a Castelões. BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. p. 33.

¹² A *Revista Brasileira*, nessa sua terceira fase, teve seu primeiro número lançado em janeiro de 1895 vindo a desaparecer em setembro de 1899, tendo como diretor o crítico literário e maranhense José Veríssimo, figura de destaque da cena literária carioca durante o período. A revista versava sobre diversos assuntos, da literatura à política, das artes à cultura geral, do direito aos problemas internos do país nos tumultuados anos iniciais da República. A revista nessa fase contava com a colaboração de nomes de peso do universo literário como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Silva Ramos, Lúcio de Mendonça, Araripe Júnior, Taunay, Macedo Soares, Ramiz Galvão, Inglês de Souza, Graça Aranha, João Ribeiro,

os principais nomes que criariam algum tempo depois a Academia Brasileira de Letras e que se comprometeram, à sua maneira, com as questões sociais e políticas de seu tempo, unindo a sua ação literária e intelectual na promoção e divulgação de suas idéias e no combate na esfera pública.

Por outro lado, desde os anos da articulação para a sua fundação, em 1896, vislumbrou-se o apoio oficial do Estado para a agremiação de intelectuais, que pretensamente seria criada com exclusividade para o culto e a promoção da língua e literatura nacionais. A intenção de apoio do governo federal tinha como objetivo garantir, tanto financeiramente quanto legalmente, a perenidade da Academia ao longo dos tempos. A medida era justificável, uma vez que a existência efêmera de instituições parecidas já era do conhecimento de todos, o que cobria de suspeitas e limitações a criação de mais uma agremiação literária, mesmo com os robustos nomes de escritores que pretendia reunir.

Desde o século XVIII, ainda no período colonial, a existência de sociedades similares, partidas de iniciativas individuais ou de grupos restritos era uma constante no cenário intelectual do Brasil.¹³ Durante as décadas de 1880 e 1890 – num período mais

Silvio Romero, Sousa Bandeira, etc. Muitos dos nomes que formaram o primeiro quadro da Academia Brasileira de Letras, em 1897. Quanto às duas primeiras fases da *Revista Brasileira*, a primeira durou de 1857 a 1861, dirigida por Cândido Batista de Oliveira e a segunda durou de 1879 a 1881, dirigida por Midosi. Ver: RODRIGUES, *op.cit.* pp. 34-39 e SODRÉ, 1966, pp. 305-307.

¹³ Antônio Cândido, na sua obra "*Formação da Literatura brasileira*", dá conta de instituições literárias que existiram no país, a partir do século XVIII. Segundo autor, existiram três tipos de sociedades literárias desde o Brasil Colônia. Tomando como critério definidor o tempo de duração de cada uma delas ele as nomeia de *permanentes*, *temporárias* e *ocasionais*, sendo que as primeiras constituíam associações culturais propriamente ditas e o segundo e terceiro tipo, comemorações. Como iniciativa de associação permanente, ele destaca a Academia Brasílica dos Renascidos, estabelecida por iniciativa de José Mascarenhas Coelho de Melo, em maio de 1759, na Bahia, sendo dissolvida no início do ano seguinte por conta da prisão de seu principal fundador. Entre os seus sócios estavam letrados das províncias de Minas, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. De acordo com Cândido existiu outra Academia, a dos Seletos, cuja fundação data de 1752, no Rio de Janeiro. A única e exclusiva finalidade da academia era celebrar a nomeação de Gomes de Freire Andrada como Comissário Real na questão das fronteiras do Sul, com o intuito de ser *temporária*. Para o terceiro tipo, o de associações literárias ocasionais, o autor toma como exemplo as Exéquias de Paracatu, mandada celebrar pelo Conde de Valadares no Arraial de Paracatu, em 1771, por intenção da morte de uma infanta, filha de D. José I. A forma de expressão dessas exéquias eram a poesia, os sonetos e as elegias a serem produzidas sobre o evento fúnebre, tomando a literatura como atividade de reunião grupal, mesmo que por ocasião restrita e com a expectativa de desarticulação ulterior imediata. Ver: CÂNDIDO, 1975, p. 84.

perto da criação da ABL – também houve várias tentativas de estabelecer uma instituição com o fim de promoção da literatura do país e da sociabilidade dos escritores brasileiros, pelo menos os que estavam estabelecidos na capital federal. Alessandra El Far reconhece que os homens de letras do país “queriam reconhecimento social e uma identidade que os diferenciasse dos outros setores da sociedade intelectual”¹⁴. A expectativa de distinção era uma constante entre as camadas letradas, desde as investidas do período colonial, como observara Antônio Cândido, citado anteriormente. A elite intelectual desde muito antes se portava como uma espécie de escribas em meio a desorganização de uma população formada em sua grande maioria por analfabetos. Angel Rama é outro que nos mostra que desde os primeiros tempos da presença européia no terreno colonial da América Ibérica, esse grupo de letrados sempre manejou suas ações e posições para estarem próximos ao poder, promovendo assim sua “distância em relação ao comum da sociedade”, entre a “letra rígida e a fluida palavra falada”, reservando-se como uma estrita minoria, que compunham os códigos, as leis, as normas definidoras da sociedade¹⁵.

No Brasil do final do *oitocento*, uma parte dessa camada letrada, com certo prestígio e reconhecimento entre o público leitor, se pronunciara a favor de uma entidade cultural para reunir os seus partícipes e também no compasso à tendência de racionalização e cientificidade também para o âmbito literário, uma atitude que se viabilizava em meio à atmosfera modernizadora e progressista das elites do final do século XIX. Os efeitos dessas tendências e pretensões não tardam a tomar corpo. Nesse tempo surgiram, meteoricamente, no Rio de Janeiro, o Grêmio de Letras e Artes, criado em 1887; a Sociedade dos Homens de Letras (1890)¹⁶, entre outras instituições que

¹⁴ EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. 42-43.

¹⁵ RAMA, Angel. *A cidades das letras*. São Paulo, Brasiliense: 1984. p. 55.

¹⁶ EL FAR, *op.cit.* p. 43.

tinham como objetivo congregar os homens de letras, estimular a literatura e a elevação do nível cultural do país e garantir o reconhecimento do meio intelectual, principalmente lutar e proteger as atividades dos escritores, encampanando um processo de profissionalização para os mesmos.

Porém a aparição da Academia Brasileira de Letras tinha como objetivo romper com a efemeridade das experiências anteriores. O apoio do Estado garantiria a regularidade de financiamento da instituição pelo Estado e também a possibilidade de publicação regular de obras dos acadêmicos e da ABL pelas oficinas da Imprensa Oficial. João Paulo Coelho Rodrigues afirma que o apoio oficial era bem vindo para “dar solenidade aos seus atos e impressionar o público”¹⁷. Contudo os planos para que o cenáculo vingasse também se apoiaria na idéia de superação das possíveis cisões ou tensões literárias, estéticas e políticas dos seus membros e da dedicação exclusiva ao universo literário e lingüístico como um dos objetivos máximos e únicos da associação literária. Para isso seria necessária uma seleção rigorosa dos membros para representarem-na e comporem os seus quadros¹⁸.

Com tantas ambições em mente, o apoio oficial se fazia necessário, segundo a ótica de boa parte dos homens envolvidos na criação da agremiação. Além disso o projeto da Academia Brasileira se inspirava na Academia Francesa e no país europeu a instituição originária e inspiradora, recebia o apoio do governo francês desde a sua

¹⁷ RODRIGUES, *op.cit.* p. 41.

¹⁸ João Paulo Coelho Rodrigues mostra a cartada empreendida por Lúcio de Mendonça na elaboração da lista dos nomes que comporiam a futura Academia Brasileira, ainda em 1896, à espera do apoio do governo republicano de Prudente de Moraes. Na análise de Coelho Rodrigues, Lúcio de Mendonça usara um artifício no qual dos quarenta nomes escolhidos, dez seriam indicados pelo governo, que elegeriam outros vinte previamente escolhidos. Os 30 por sua vez indicariam mais dez membros correspondentes, que moravam no exterior ou fora do Rio de Janeiro. A intenção era driblar o mal-estar do apoio da República a um instituto que reuniria antigos monarquistas, alguns até com tendências restauradoras. A situação causava desconfiança, não só dos governantes mas também dos próprios literatos e a solução de Lúcio foi o único caminho trilhado para superar a picuinha. RODRIGUES, *op. cit.*, p. 40-43.

fundação, em 1635.¹⁹ Todavia, os custos e possíveis desgastes políticos do apoio oficial para uma instituição, que reunia de republicanos mais radicais à monarquistas com tendências restauradoras, não tornava a idéia benquista pelos círculos mais assíduos dos gabinetes oficiais do novíssimo regime instaurado em 1889. Uma República, que ainda trazia as cicatrizes do período jacobinista de Floriano Peixoto, dos efeitos das lutas da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, sob o impacto da política financeira de Rui Barbosa (o Encilhamento) e com ameaças paranóicas de uma possível restauração monárquica, um cenário dantesco que deixava veios abertos que desestabilizavam o novo regime sobejamente àquela altura, passados pouco mais de sete anos da sua instalação.²⁰

Assim o apoio estatal à Academia foi perdido à primeira hora, para desgosto da maioria dos envolvidos com a criação do cenáculo, que mesmo assim lutaram para que o feito fosse alcançado com êxito logo adiante. O evento de fundação da instituição marcado simbolicamente para ocorrer em 15 de novembro de 1896 – data oficial de aniversário de sete anos da proclamação da República – não aconteceu. Para a decepção dos homens de letras que esperavam pela proteção e estímulos governamentais para a área da cultura e das letras e lançaram campanha panfletária na imprensa a favor da proteção do Estado à associação literária em gestação.

¹⁹ A Academia Francesa foi criada em 1635, por força do cardeal Richelieu, no reinado de Louis XIII e àquela época era patrocinada pela realeza francesa. Desde então teve funcionamento ininterrupto, a não ser nos anos da Revolução até o período napoleônico, entre 1793-1803, sob a justificativa de que ali reunia-se grandes nomes da nobreza que dedicavam-se a investidas restauradoras para a dinastia dos Bourbon, ameaçando os rumos da revolução, principalmente durante o período jacobino e girondino. Os estatutos acadêmicos da instituição francesa previam 40 membros efetivos e o espaço de sua atuação, teoricamente, se restringiria à literatura, à língua, à ortografia e às coisas das letras francesas. Na época de movimentação para a fundação da Academia Brasileira, em 1896, a inspiração para sua organização se pautou na congênere francesa pela enorme influência cultural que o país europeu exercia entre a elite letrada e entre a burguesia do país, lançando modas, tendências e comportamentos. Sobre a história da Academia Francesa foram consultados os dados do sítio da instituição: <http://www.academie-francaise.fr>.

²⁰ Sobre o quadro em que se encontrava o país no período de criação e fundação da Academia Brasileira de Letras, em que o reflexo da instabilidade política e financeira atinge de alguma forma, o feito ver a análise de RODRIGUES, 2000, pp. 25-26; 35-39. Um detalhamento maior sobre os graves episódios de crise do período jacobino no início da República ver QUEIROZ, S. R. R. *Os radicais da República – Jacobinismo: Ideologia e Ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Nos jornais do país, o apoio visado era justificado pela tendência da preocupação estatal para com o campo cultural como sinônimo de elevação civilizatória para os representantes do governo brasileiro. A idéia foi divulgada sistematicamente pelos órgãos de imprensa do período, onde publicavam os principais nomes que seriam contemplados posteriormente na Academia. Porém alguns dos novos “donos do poder” não se convenceram desse discurso, uma vez que não foi assim que as coisas se sucederam. A data inaugural de instalação da Academia só se deu de fato em julho do ano seguinte e nesse meio tempo – de novembro de 1896 a julho de 1897 – ainda tentou-se de tudo para agarrar a simpatia e os fundos do erário da jovem República, o que foi em vão.

Talvez, por conta dessa querela, o discurso de fundação atribuído a Machado de Assis, na sessão inaugural, inflama ainda mais a feição que ele queria dar à Academia Brasileira de Letras, onde a superação das picuinhas políticas e de escolas literárias aliada a uma dignidade e polidez aristocrática requerida dos presentes e pretensos imortais era o recurso buscado para superar o orgulho ferido com a recusa governamental para a criação e o financiamento da Academia. Machado reforçava um chamado para o culto da arte literária e à despartidarização temporária dos seus membros – mas cremos que não à despolitização – visando a dedicação aos assuntos circunscritos à esfera da instituição, quando estivessem ali reunidos. A peça discursiva de Machado deixava clara a opção que ele buscava para a ABL, pelos anos que esteve à sua frente:

“Nascida sobre os graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde, estendendo os olhos

para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens aqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora. (...)”²¹(grifos nossos)

Lembrando a situação política e social do período, em um tom implícito, mas que todos presentes à sessão inaugural compreendiam o que estava sendo aludido, a proposta do primeiro presidente da ABL apontava para a formação presente e para o futuro esperado para o instituto. Mas não tão doce e ingênua foi a previsão de Machado. A virtual torre de marfim sobre a qual pretendeu isolar momentaneamente parte da elite intelectual do país não demorou a ruir. A história não só foi escrita, mas como também foi feita e refeita pelos imortais e pela Academia ao longo dos cento e dez anos de sua existência. Seja no início da instituição, com certeza no curso dos anos 30 e 40.

A instituição e sua representatividade entre o campo intelectual e pela sociedade brasileira são pontos enigmáticos que sempre requerem mais análise. Se nos ativermos às imagens que foram sendo forjadas sobre a instituição, pelos membros que a ela pertenceram não podemos deixar de perceber com clareza a relação ambígua travada ante da ABL ante ao Estado republicano. Como nos mostra João Paulo Coelho Rodrigues, nos anos seguintes à fundação da Academia, as relações com esse Estado e com os governos que estavam à sua frente, variaram e muito: da indiferença inicial aos pedidos de apoio financeiro ou de cessão de espaços para o funcionamento da instituição e de suas sessões ordinárias e extraordinárias.

Quanto aos pedidos de cessão de espaços para a realização das sessões acadêmicas não podemos deixar de enumerar os locais em que a ABL esteve instalada até a sua aterrissagem definitiva no edifício do *Petit Trianon*. As sessões iniciais da agremiação ocorreram nas apertadas salas da *Revista Brasileira*; depois, a partir de

²¹ Machado de Assis apud RODRIGUES, *op.cit.*, p. 66.

1898, passaram a acontecer em algumas das salas do Colégio Pedagogium, localizado na Rua do Passeio, entre a Cidade velha e a Lapa. No entanto, nos momentos de posse de novos membros ou de outras sessões extraordinárias, como a recepção de personalidades estrangeiras, os primeiros imortais se reuniram em instalações mais sofisticadas, como o Palacete Monroe, o Teatro Municipal, as dependências do Ministério das Relações Exteriores ou do Ministério da Justiça, que eram cedidos a partir das posições de seus membros em meio aos quadros oficiais da República. Entre a fundação até o ano de 1905, a Academia também se abrigou no Real Gabinete Português de Leitura, na Biblioteca Fluminense e no escritório de advocacia de Rodrigo Otávio, um de seus membros. A partir desse ano, as sessões ordinárias foram transferidas do Pedagogium para um ala do Silogeu Brasileiro, no Cais da Lapa, sob a benção de uma lei federal, que permitiu a transferência.²²

Em outro aspecto, a falta de recursos, que era uma incômoda característica desde a fundação, sempre foi motivo de inconstância e dificuldades para o andamento das atividades da nova instituição. Isso era um das graves problemas da ABL em seu início. Como reflexo disso, era difícil a aceitação ao cargo de tesoureiro, uma vez que era um “trabalho de Hércules” se responsabilizar pelas parcas receitas da instituição, o que exigia criatividade e paciência para driblar as condições financeiras e dar continuidade e visibilidade à Academia e aos trabalhos produzidos por ela.

Porém, em 1917, após completar vinte anos, a Academia recebeu um poupo presente, provocando uma reviravolta na sua sempre difícil e desestimulante situação

²² A decisão da transferência coube à aplicação, pelo Ministro J. J. Seabra, da Lei Federal n.º 726 de 1900, que indicava ser de responsabilidade do governo federal a concessão de um local definitivo para a instalação da Academia Brasileira de Letras. No prédio do Silogeu, a ABL dividiu suas instalações com a Academia de Medicina e com Instituto de Advogados do Brasil. De acordo com João Paulo Coelho Rodrigues a falta de uma instalação definitiva para abrigar o “grêmio dos imortais” desfavoreceu a reunião regular dos acadêmicos e da seqüência de trabalhos importantes, como o dicionário biobibliográfico de escritores brasileiros e um outro de “*brasileirismos*”. O historiador acompanha a relação da Academia com o Estado principalmente pela necessidade de instalação de uma sede própria para o cenáculo a ser patrocinado pelo governo. Sobre isso ver RODRIGUES, *op.cit*; pp. 129-30.

econômica. O editor Francisco Alves deixava-lhe toda a fortuna, exigindo em troca que fosse de responsabilidade do instituto a promoção de concursos anuais de poesia e de livros na área da língua portuguesa e de pedagogia. A surpreendente dádiva do “velho e ranzinza” Alves – como era conhecido pelo círculo literário e entre os escritores que publicava – veio bem a calhar à Academia e sanear os seus problemas financeiros, garantindo-lhe a possibilidade de autonomia financeira ante aos cofres oficiais. A independência financeira foi conseguida de fato, mas a total independência com relação ao Estado não foi, nem de longe alcançada, quiçá pretendida, como veremos mais adiante.

Por outro lado, o processo de reconhecimento da ABL por outra chave se reforçava no anos seguintes com outros “presentes” materiais de grande monta. Em 1922, ocorreu a doação do prédio onde está instalada atualmente, O *Petit Trianon*. O edifício, uma réplica em miniatura do Trianon – famoso por ser a residência oficial da rainha Maria Antonieta – foi um presente do governo francês que tinha mandado o erguer para abrigar o Pavilhão da França na Exposição Mundial junto às Comemorações do Centenário da Independência, naquele mesmo ano.²³ Após o evento a construção estava inutilizada e as investidas para a sua aquisição ou doação não tardaram, já que até então a ABL não tinha sede própria, apesar dos planos para a construção de um prédio para esse fim, já que àquela altura havia recursos mais que suficientes para a

²³ A antiga Avenida das Nações, atual Presidente Wilson, na área central do Rio de Janeiro foi tomada por novas construções para abrigar os pavilhões dos diversos países presentes nos eventos de comemoração do centenário da independência, em 1922, que contou com uma Exposição Mundial. Para a abertura da avenida foi arrasado o tradicional Morro do Castelo, o que causou grande polêmica acompanhada de perto pela imprensa. O local considerado berço da fundação da cidade, onde se localizava as igrejas de São Sebastião do Castelo e de Santo Inácio e a sede da mais antiga faculdade de Medicina do Rio de Janeiro mas sinônimo de atraso e decadência com os seus 400 casebres que abrigava uma população pobre de cerca cinco mil pessoas, “mística e fanática” o que para muitos impedia o desenvolvimento da cidade, num olhar higienista, eugênico e cientificista que ainda ecoava nos anos 20. Com relação ao certame mundial na Exposição do Centenário tiveram assento diversos países como Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Bélgica, Tchecoslováquia, Suécia, Dinamarca, Itália, Portugal, além da França, que se instalou no edifício réplica do *Petit Trianon*. Sobre o arrasamento do Morro do Castelo e da Exposição Mundial de 1922 ver: MOTTA, M S. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro; Ed. FGV, 1992. pp. 47-78.

empreitada. Como já era pretensão do governo da França a doação do lugar ao governo brasileiro, após as comemorações de 1922, esse mediou decisivamente o processo, adquirindo o prédio e cedendo o espaço para a instalação definitiva da associação literária, que para ali foi transferida em 1923.²⁴ Ainda nesse mesmo ano, contribuindo para uma positivação à instituição e aos seus membros, foram criadas as cátedras de Literatura Brasileira nas universidades de Paris e de Lisboa, subsidiadas com recursos da Academia. Somando-se a isso tudo, a partir desse ano a ABL empreendeu, por força do seu presidente Afrânio Peixoto, o início da publicação da coleção “*Clássicos Brasileiros*”, com vistas a difundir as obras literárias e históricas, tomadas como de “interesse para a cultura geral do país”, e escritas por muitos dos seus membros, desde os mais antigos.

Todavia, junto ao processo de robustez financeira, de instalação em uma sede suntuosa, além de empreendimentos consideráveis como a criação das cadeiras de literatura brasileira em universidades do exterior e da regularidade de publicar uma coleção financiada com recursos próprios, num outro extremo da balança imagética sobre a ABL uma áurea de conservadorismo era endereçada à instituição e a seus membros, como já visto acima. Isso porque, sua rápida ascensão e consolidação, a sua

²⁴ Em 1931, na revista da Academia há uma retrospectiva sobre esse feito: “*Em 1923, realizou-se a doação do Palácio da Avenida das Nações, dádiva devida principalmente ao esforço dos srs. Afrânio Peixoto (então presidente da ABL) e o embaixador Alexandre Couty. Auxiliaram a efectivação da mesma o presidente da República, Artur Bernardes, seus ministros Felix Pacheco, das Relações Exteriores e João Luiz Alves, da Justiça.*” In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. v. 35, n.º 110, fev/1931, pp. 173-4. A posse definitiva do prédio do *Petit Trianon* pela Academia Brasileira de Letras só ocorreu em 1943, quando o “imortal” e chefe do Estado Novo, Getúlio Vargas, promoveu a transferência definitiva do imóvel para a instituição, lhe reconhecendo o título de propriedade, suspeitosamente após sua eleição para a Casa. O jornal “A Manhã” de 15/04/1943, estampava o fato em uma pequena nota que assim dizia: “*Afim de agradecer ao Presidente da República a recente doação à Academia de Letras do ‘Petit Trianon’, onde há muito vinha funcionando essa entidade, esteve no Palácio Rio Negro uma comissão integrada pelos acadêmicos Pedro Calmon, Roquette-Pinto, Múcio Leão, Manuel Bandeira, Cláudio de Souza e Ataúlfo de Paiva. Recebidos pelo Chefe do governo democrático em seu gabinete de trabalho, os visitantes tiveram a oportunidade de renovar a gratidão da Academia Brasileira de Letras (...)*”. (grifos nossos). O terreno contíguo à Academia, que abrigava o pavilhão da Inglaterra durante a comemoração do centenário da Independência em 1922 e onde hoje está situado o edifício do Centro Cultural do Brasil, foi também doado pelo governo federal à instituição, ainda em 1944.

bem sucedida e constante invenção de uma tradição literária para o país e por outro lado, as ausências sempre sentidas entre os seus “quarenta” causavam polêmicas, inveja ou desprezo dos literatos mais jovens e dos excluídos de participar da agremiação e compartilhar das benesses e dos efeitos simbólico e material de pertencer ao local.

1.2 - As contra-imagens da Musa

A Academia ao se estabelecer como templo de consagração de parte do campo intelectual provocara assim os muitos olhares sobre si. Lutando para firmar-se enquanto o espaço modelar para os homens de letras e um exemplo do grau de civilidade alcançado pelo país no terreno da literatura, os imortais também sofreram com os discursos que tentavam instabilizar as bases em que estava se ancorando o instituto.

A partir do acompanhamento de algumas crônicas diárias dos jornais que circulavam pelo país, após o recebimento da herança do livreiro Alves, os ataques anti-acadêmicos se tornaram mais vivazes e publicizáveis, como veremos. À prática oposicionista ao cenáculo podemos acompanhá-la até mesmo nas décadas de 1930 e 1940, a partir do mesmo tipo de fonte. Diante do conhecimento da herança do editor português para a ABL, as críticas dirigidas ao feito foram correntes na imprensa e os pequenos jornais do país, com tiragens tímidas, mas com mensagens objetivas mesmo que parciais, eram os lugares preferidos para críticas mais transparentes e aciduladas. Esses espaços de divulgação de uma imagem negativa a respeito da Academia não se tergiversavam-se pelas mãos censórias de algum editor, que preferiria não abri fogo direto contra os imortais, ou que até mesmo não permitia o ataque aos mesmos, já que o compadrio entre os grupos literários que se confundiam com as próprias redações do

jornais e revistas era prática comum entre a intelectualidade. Mas outras publicações de maior tiragem e inserção, também se portavam de uma maneira anti-acadêmica.

Em meio aos muitos desses artigos, que hora ou outra, apareciam pelas páginas dos jornais, é importante citarmos o teor corrente de seu conteúdo. De maneira que possamos captar as contra-imagens lançadas à Academia por parte do campo intelectual, a partir do aspecto material que permitiu a consolidação da instituição, a partir de então. Em 1933, Carlos Fernandes dava as suas alfinetadas contra a Academia se pautando pelo critério financeiro:

*“(…)Veio ulteriormente a herança do livreiro incoseqüente, que restituiu o furto à família dos roubados, fraudando a própria família em prol de quem cujo patrimônio tanto furtou, no bom sentido do patrocínio de Mercúrio aos seus proselytos mercantis. Essa última circunstancia vem particularmente influir nos máos destinos da Academia, que perdeu a sua índole pobretona, para se tornar plutocrata, vendedora de livros e onzenarias (...)”.*²⁵

O artigo, que tem um conteúdo de ataque e depreciação das práticas acadêmicas e dos imortais, era um dentre centenas que insistiam em não deixar esquecer entre a opinião pública os efeitos negativos da herança do editor Francisco Alves sobre os destinos da ABL. O aspecto comum desses artigos era explicitar como as dádivas materiais advindas com o dinheiro do livreiro eram chamariz para as concorrências que se verificava nos pleitos para as vagas da Academia. Além disso, demonstrava-se que os aspectos meritórios que teoricamente deveriam ser próprios dos candidatos à imortalidade acadêmica foram descartados pelos membros da ABL após o recebimento

²⁵ FERNANDES, Carlos O. “A bagunça das letras”. *Jornal Avante*. Rio de Janeiro, 05/12/1933. p. 03. CGB – Coleção Gustavo Barroso.

da herança, ruindo a imagem talhada pelos fundadores da instituição. Uma imagem que corria o risco de ser totalmente desconstruída por conta das novas eleições que vão mudar a face da instituição nos anos 30 e 40.

Mas não só contra suas finanças se fizeram as críticas contra a Academia. Um ingrediente estimulante para outros ataques ao instituto e aos seus membros originava-se nas constantes negativas aos pleiteantes a uma das vagas abertas para o cenáculo. Um dos mais arrefecidos escritores do período, que destilou a sua ironia contra a Academia foi Lima Barreto. Talvez resignado pelas três malogradas tentativas de fazer parte de seus quadros, era dos seus depreciadores mais tenazes e irônicos, como era de se esperar vindo dele. Suas palavras dizem tudo:

“(...) Em letras, temos a nossa Academia Brasileira – é verdade. É uma bela senhora, generosa, piedosa, religiosa; mas tem um defeito: só estima e julga com talento os seus filhos legítimos, naturais, espúrios e, mesmo, os adotivos. Quem não sugou o leite da academia ou não foi acaalentado por ela, quando de colo, a rabugenta matrona não dá mérito algum.”²⁶ (grifos nossos).

Mas os “renegados” à ABL não figuraram como os únicos praticantes dos ataques aos seus métodos e práticas. Surpreendentemente, alguns dos seus membros provocaram constrangedoras situações para o cenáculo ao mirarem suas palavras e penas contra o local e contra seus colegas, com quem, teoricamente, deveriam compartilhar de um projeto minimamente comum por conta da mesma filiação institucional. Vejamos algum dos exemplos das fissuras internas expostas que ocorreram na ABL, que deixava serem vistas pelo público externo à instituição.

²⁶ Lima Barreto citado por VENÂNCIO, Giselle. *op. cit.*: in: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. “O meu conselho”. In: *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Brasiliense, 1956. pp. 172-173.

Um dos discursos mais apimentados e contrários à Academia Brasileira, que aparece aos olhos de uns com um peso considerável e simbólico para a literatura brasileira, partiu pela voz de um dos seus membros mais antigos e que figurava entre os seus fundadores: Graça Aranha. O escritor, adepto e entusiasta da renovação estética do movimento modernista, em sessão pública realizada em junho de 1924, quando a ABL já estava instalada majestosamente no *Petit Trianon*, destilou o seu veneno contra a agremiação, denunciando-lhe o que acusou de serem práticas aristocráticas, pautadas em uma visão tradicionalista e atacanhada da maior parte dos seus membros, que pelo pouco que faziam ainda tinham pretensões de engessamento da literatura e da língua com sua perspectiva de padronização constante e do conservadorismo reinante dos imortais.²⁷

Por conta desse episódio, a Academia vai assumir parcialmente, num plano simbólico, uma perspectiva antimodernista, explicitado desde antes do discurso de Graça Aranha – uma peça que assustou os acadêmicos e parte da elite cultural do país. Na ocasião o escritor chegou mesmo a pedir o seu desligamento da instituição que ajudara a fundar vinte e sete anos antes, desconsiderando que o título de imortal era irrevogável, segundo os estatutos acadêmicos. Com essa atitude, o escritor causou a ira dos imortais, mas por outro lado foi agraciado com aplausos delirantes dos modernistas, que o carregaram pelo braço após o fim da sessão. O ato em si agudizou a tensão entre os acadêmicos e os modernistas durante a década de 1920.

Curiosamente, dentre os nomes que aplaudiram Aranha e o carregaram após a sessão, em clima de euforia, figuravam alguns futuros imortais dos anos 30. O líder católico, Alceu Amoroso Lima foi um deles, mas não o único. Entre os futuros

²⁷ Alessandra El Far dedica parte da sua dissertação para o tratamento do efeito bombástico que o discurso de Aranha obteve. Os detalhes do evento foi pautados na análise da pesquisadora. El FAR, *op. cit.* p. 154. Ainda ver Ata da reunião de 25/06/1924. Sobre o evento também ver: ARANHA, G. *Minhas próprias memórias*. Rio de Janeiro: Comp. Editora Nacional, 1931. pp. 54-58.

acadêmicos muitos assistiram a peça discursiva de Graça Aranha e o ovacionaram após a sessão, carregando-o entusiasticamente.²⁸ O evento marcante foi das grandes rupturas da ABL com efeito traumático para a instituição e depois do calor da hora, preferiu-se o silêncio momentâneo sobre o assunto, pelo menos entre os acadêmicos.

Mas para parte da imprensa do país, descompremetida com a Academia e com os seus homens, o evento foi motivo de longas e contínuas citações e comentários jocosos. Mesmo assim, alguns anos depois, o fato era mencionado implicitamente por alguns imortais com a intenção clara de depreciá-lo e reverter as imagens negativas que as frases corrosivas do escritor promovera e que permaneceram ecoando e pairando fantasmagoricamente sobre a Academia e os acadêmicos. Mas o evento já tinha deixado realmente suas marcas e estilhaços, causando mágoas e fissuras, o que perdurou por anos a fio até mesmo após a morte do escritor, em 1931. Durante os eventos fúnebres os imortais não puderam deixar de comentar os méritos literários e pessoais de Graça Aranha, o que era de praxe para ocasiões daquele tipo, mas ainda tentavam minimizar o que ocorrera em 1924. No entanto, o discurso de Aranha abriu precedentes, já que outros imortais se enfileiraram entre os que não desperdiçaram tempo em reconhecer as práticas internas da ABL e se portarem, publicamente, contrários aos seus mecanismos, mesmo sendo um dos seus.

²⁸ Em seu “Diário sobre o Modernismo”, que não é datado, um dos poucos documentos manuscritos da “Coleção Amoroso Lima”, o escritor em tom próprio de um diário, comenta a ocasião do discurso de Graça Aranha, tomando o ato como um dos momentos simbólicos da ruptura entre o modernismo e as práticas literárias vigentes e clássicas, àquela altura representadas pela Academia Brasileira. São as seguintes as palavras de Amoroso Lima: “*Não é nas idéias que se deve procurar a explicação para o fato inegável de que entre 1922 e 1924, houve uma mudança radical de rumos em nossa cultura literária e artística. E no gesto de Graça Aranha, na pessoa de Graça Aranha, no éco que suas palavras despertaram, no escândalo que produziram, na agitação que promoveram. Foi o fato de ter simplificado as coisas, de ter levado as letras e as artes para a praça pública, de as ter portanto libertado dos corrilhos, dos salões, das capelas literárias, dos grupinhos, que marcou uma data, ou mesmo duas datas, um biênio, 1922-1924. O primeiro em São Paulo, o segundo no Rio. O primeiro tomado com uma pura brincadeira. O segundo, já é considerando sério por muitos e tido como uma gravidade das letras brasileiras, já combatido gravemente, já pronunciado por um acadêmico de prestígio, no próprio recinto da Academia (...)*”. (grifos no original). CAL – Coleção Amoroso Lima.

Durante a década de 1930, essa ação de repúdio à ABL e aos imortais vai assumir diversas nuances e complexas relações, como veremos e dos imortais “rebeldes” contrários a própria instituição, esses não se limitaram à Graça Aranha como dissemos. Anos após o seu discurso, múltiplas polêmicas foram geradas por conta de litígios internos que vindo a ser publicadas nos jornais do país, causaram efeitos embaraçosos para a instituição e para os imortais.

Num dos mais graves desses episódios, Gustavo Barroso, quando comandava a presidência da Academia em 1933, teve que abrir mão do cargo por conta dos seus comentários pouco lisonjeiros aos membros do cenáculo, criando verdadeiro alvoroço entre o campo intelectual e contribuindo para cobrir de legitimidade os ataques externos contra a ABL, já que até mesmo o seu presidente não lhe reservava boas impressões, como sugeriu os jornais mais radicais. O episódio seguiu a seguinte trajetória: supostamente o acadêmico falara, em certa altura da entrevista dada ao jornal “*Folha de Minas*” de Belo Horizonte, que na Academia “nada fazem os moços e os velhos nem sequer se apressam em morrer”²⁹. As poucas e derradeiras palavras atribuídas ao presidente da ABL foram absorvidas com espasmo e com injúria pelos outros acadêmicos, supostamente seus colegas³⁰. Por conta da pressão sofrida e por não

²⁹ A citação às palavras de Barroso aparece em outro artigo de jornal. Ver “O nosso momento literário”. *O Carioca*. Rio de Janeiro: 29/08/1933. p.03. CGB – Coleção Gustavo Barroso.

³⁰ Gustavo Barroso, eleito para a ABL em 1923, sempre foi uma figura polêmica dentro da instituição. Anos antes do episódio da sua abdicação da presidência da Academia, ele tinha sofrido outros golpes, dentro e fora da Academia. Durante as eleições presidenciais de 1930, era claro para todo o mundo a sua predileção ao candidato paulista Júlio Prestes. Inclusive foi ele quem encabeçou o “*Manifesto dos Inteligentes*” em favor do paulista para o pleito nacional. Quando da vitória do movimento revolucionário desse ano que colocou o candidato derrotado à presidência, Getúlio Vargas, como chefe do Executivo nacional, Barroso foi imediatamente afastado da direção do Museu Histórico Nacional, instituição que ele ajudara a fundar em 1922, durante o mandato de Epitácio Pessoa, de quem recebera o cargo de Diretor da instituição por período vitalício. Em seu lugar foi colocado seu colega de Academia, Rodolfo Garcia, indicado pelo Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos. Por conta da indisposição enviesada com os novos donos do poder, a presidência da ABL, que segundo as regras da tradição caberia a Barroso, já para o ano de 1931, lhe foi retirada pelas mesmas motivações que o tirou do Museu. O eleito para a presidência da ABL para a gestão de 1931 foi novamente Fernando de Magalhães. Era prática corrente da ABL que o secretário geral de uma gestão assumisse a presidência no ano seguinte. Como secretário geral da gestão de Fernando de Magalhães em 1930 era Barroso esperava-se que fosse ele quem assumisse em 1931 a presidência da Casa, mas não foi o que ocorreu, pelo visto como estratégia para não contrariar a nova ordem de coisas do pós-30. No final de 1932, Barroso assumiu interinamente a

desmentir a notícia, Barroso abdicou da presidência da Casa de Machado de Assis, o mesmo local que ele queria fazer um “centro propulsor do integralismo no Brasil”³¹. O escritor cearense deixava claro, alguns meses depois, as suas próprias imagens sobre a ABL, a mesma que ela havia presidido, alimentando ainda mais a polêmica, com palavras duras e diretas: “Quando tirei o fardão bordado de uma agremiação de múmias a que pertenço e vesti a camisa oliva, me senti outro homem (...)”³². Um Barroso ressentido, exacerbava a sua nova e “integralíssima” doutrina política e a camisa oliva a que se refere o acadêmico era a cor do uniforme dos integralistas. O movimento político concentrado na Ação Integralista Brasileira se ascendeu incrivelmente no início da década de 1930, e o antigo presidente da Academia era um dos seus chefes mais graduados, ao lado de Plínio Salgado.

O acadêmico integralista, que não rompera em definitivo com a ABL, por sua vez, se rebelara contra os seus pares por conta da inatividade e inoperância dos imortais ante aos impasses por que passava o país e o mundo durante a sugestiva década de 1930. Isso, segundo os argumentos do próprio escritor. Não é mera retórica vazia o sentido de suas afirmações de que sentia-se outro homem ao envolver-se cada vez mais com o integralismo e com o universo político *stricto sensu* do que permanecer em meio à “inércia acadêmica”. Mesmo assim após algum período relegado à sombra da atividade intelectual o escritor cearense voltou à convivência dos acadêmicos, e de forma assídua alguns anos depois, quando os efeitos negativos para com ele foram

presidência da Casa de Machado de Assis, por conta da renúncia de Fernando de Magalhães, continuando à frente da instituição durante o ano seguinte. A eleição do integralista para o fim da gestão de 1932 e para a gestão de 1933 pode ser considerada uma maneira de reparar a injustiça cometida pelos imortais em 1930 ao lhe impedirem a direção do cenáculo, o que feriu a tradição da ABL. Sobre as informações aqui citadas consultar o artigo. “A política na Academia Brasileira de Letras”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 28/12/1930. p.02 e “Actualidade Brasileira – A questão da sucessão. *Correio Paulistano*. São Paulo: 03/01/1933. p. 01. CGB – Coleção Gustavo Barroso.

³¹ “O nosso momento literário”. *O Carioca*. Rio de Janeiro: 29/08/1933. p.01. CGB – Coleção Gustavo Barroso.

³² “Conferência”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 13/12/1933. p.05. CGB – Coleção Gustavo Barroso.

atenuando-se, o que pode ser explicado pela renovação por que passou a instituição durante o período.

Assim, ao chegar-se à década de 1930, a ABL era das instituições culturais mais importantes do cenário intelectual do país, fosse para o bem ou para o mal. O local mexia com o imaginário social, era notícia na imprensa, era combatida e/ou ambicionada, provocava tensões, comentários, análises ostensivas, expectativas calorosas, desprezos fatais e polêmicas que se arrastavam por anos a fio. Umas pueris, outras mais sérias. No mais, ainda era na Academia que eram recebidas as grandes personalidades culturais do mundo que passavam pelo país, num reconhecimento da instituição como parte do circuito oficial de entidades a serem visitadas em território nacional, presente nos trajetos das visitas dessas mesmas personalidades internacionais.³³

Um outro aspecto que marca a relevância conferida da ABL para o campo intelectual, girava em torno de sua representatividade, apesar de todo o teor das campanhas de depreciação por que passava, dia após dia. Era pensando em ser agraciado para uma das suas vagas num futuro próximo ou distante que muitos

³³ Fernão Neves elenca as principais visitas de figuras ilustres recebidas na Academia, de 1907 a 1936. Convidadas propriamente pela ABL foram somente três personalidades: Guilherme Ferrero, em 1907; Anatole France, em 1909 – junho com seu secretário Brousson que deixou suas impressões sobre a visita à ABL – e o presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Júlio Dantas, em 1923. Outros visitantes são destacados pelo autor quando da sua visita à ABL: a escritora portuguesa Olga de Moraes Sarmiento, da Academia de Ciências de Lisboa, recebida em 1911; o escritor francês Paul Adam e o poeta nicaraguense Ruben Dario, em 1912; o economista e filósofo francês Leopoldo Mabilleau e o diplomata americano Robert Bacon saudados em 1913; o poeta espanhol Salvador Rueda, recepcionado em 1914; o cardeal francês Baudrillart, recebido em 1922; o filólogo e crítico literário da Universidade de Innsbruck, Arturo Farinelli, em 1927; o teatrólogo italiano Luiz Pirandello, também em 1927; o romancista inglês Rudyard Kipling e o político socialista belga Emilio Vanderveld, em 1928; os médicos portugueses Ricardo Jorge e Egaz Moniz, em 1929; o neto do cientista Pasteur, Pasteur Vallery-Rodot; o milionário e filantropo francês Henri Rothschild, recebido em 1932; o orador libanês Habib Stefano, em 1933, o presidente da Real Academia da Itália, Guilherme Marconi, e o político espanhol Salvador Madriarga, em 1935; o romancista austríaco Stefan Zweig e o biógrafo Emil Ludwig, em 1936. Ainda nesse último ano, foram recebidos os escritores franceses Georges Duhamel e Jacques Maritain. É preciso lembrar que as visitas de personalidades culturais e políticas de todo o mundo à Academia Brasileira de Letras era retribuída com o intercâmbio dos imortais a várias instituições culturais, embaixadas, academias, universidades em vários países. Ver: NEVES, *op.cit.* pp. 75-77.

escritores dedicavam a sua carreira literária e artística, com o fim último de uma eleição para a Casa de Machado de Assis. Por essas e outras a Academia Brasileira de Letras tornou-se ao longo de um curto espaço de tempo, o templo sagrado, a “torre” responsável – ou que ao menos detinha esse poder – de consagração do campo intelectual brasileiro, de maneira legítima. A quase exclusividade dessa ação laudatória ao campo intelectual pode ser observada por conta da inexistência de outros espaços que dividissem essa finalidade, como um complexo de universidades, e/ou uma rede consolidada de grandes editoras ou ainda de órgãos governamentais tradicionais prontificados para esse objetivo, além de outros institutos culturais e literários no Brasil, capazes e com legitimidade para agir nesse sentido.

Mais uma vez recorremos a Pierre Bourdieu para embasarmos o papel reservado à Academia de Letras ao longo dos anos levados em conta para a dissertação. O autor admite a idéia que as academias detêm o poder simbólico de garantir ao campo intelectual, os vetos, as auto-imagens e a confirmação da sua representatividade. Por outro lado, ele nos lembra que isso só é possível porque essas instituições assumem o lugar legitimado de poder nomear e selecionar os que podem ser alçados ao seu seio e ao seu reconhecimento, sendo mais uma possibilidade de acumulação dos títulos. Bourdieu nos diz que

*“Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram em lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre taxinomias instituídas, como os títulos”.*³⁴

³⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 146.

As academias, assim, exerceriam o efeito de assistência e de licitação para o campo intelectual numa ação de arrematação e/ou de mudança de posse para o mesmo. No Brasil dos anos 1930 e 1940, com a inexistência de outros lugares possíveis dessa responsabilidade, como já mencionado, a Academia Brasileira de Letras em poucas décadas já havia catalisado e quase monopolizado esse poder, o que em parte acabou em êxito. A imagem de espaço máximo de consagração para o campo intelectual brasileiro foi construída, e como não podia deixar de ser, também foi rebatida e rarefeita ao longo desse tempo.

Dessa maneira, do fim do século XIX até meados do século seguinte, os homens de letras agiram num movimento que agitou o campo intelectual, provocando a ação e reação dos seus agentes, que lutaram e jogaram para absorverem e construir o capital simbólico que os distinguissem enquanto grupo e a ABL foi a instituição gerada e legitimada nesse movimento, tomando a feição descrita acima, ao longo da sua curta trajetória. A atração da Academia era tamanha e entre os seus membros havia a necessidade de permitir a sua permanência enquanto local estratégico para os homens de letras, mesmo que simbolicamente. Mas contribuindo como matéria-prima para a confecção de suas imagens e contra-imagens, a instituição se destacou por outro aspecto que foi a da participação incessante de não literatos em seu seio. Essa característica tem uma origem que remete aos anos 10 do século XX, mas ela se estende por décadas a dentro, talhando a idéia daquilo que chamou-se de “expoentes” da Academia. Vejamos como se fundamentou a idéia a respeito de quem podia entrar para o cenáculo mesmo os que não tivessem uma carreira literária anterior ou posterior à sua estada na ABL.

1.3 – Os “expoentes” da Musa

Como vimos, nem tudo eram flores na Academia Brasileira de Letras. Com o objetivo de consagrar os mais destacados sujeitos do mundo literário e cultural brasileiro, desde sua fundação a ABL tinha em seus quadros homens que atuavam na administração pública, na diplomacia, no funcionalismo. Aliás, pessoas nessa situação eram a grande maioria, uma vez que a profissionalização do escritor e a renda que pudesse vir do seu trabalho inteiramente intelectual eram insuficientes e deficitárias, impossível de lhes garantir a sobrevivência e a exclusividade para a execução de seu papel de homem de letras.

Os serviços públicos, secundários ou no primeiro escalão dos governos foram os destinos preferenciais ou únicos possíveis para esses intelectuais. E simultaneamente à carreira literária trilhada por alguns se fazia a carreira no funcionalismo público³⁵. Esse fenômeno não se esvaiu ao longo das décadas iniciais da Primeira República, ainda que entrassem em cena novos elementos que provocaram uma maior valorização do trabalho de escritor – como é o caso da expansão do mercado editorial – e também, mais adiante, outras possibilidades de variação da carreira, em atividades mais próximas ao universo cultural e intelectual, com a criação e expansão das universidades e dos vários

³⁵ É fácil justificar esse argumento, já que é possível rapidamente elencarmos as funções públicas dos três mais importantes fundadores da ABL, como o próprio Machado de Assis, que fôra chefe de Seção do Ministério da Indústria, Viação e Obras; Joaquim Nabuco como diplomata, também foi Ministro das Relações Exteriores; Lúcio de Mendonça, Ministro do Supremo Tribunal Federal, além de outros membros da ABL em situação semelhante, desnecessário listarmos aqui e que acompanharemos mais de perto, aos que nos interessarem. Desde, porém, que tivessem destaque e reconhecimento no mundo literário, não era uma contradição as entradas de tais homens no cenáculo, nascido forçosamente sob a marca da desvinculação com o Estado. Para o caso dos anos 30 e 40, Sérgio Miceli na análise sociológica que faz a respeito do papel dos intelectuais junto à classe dirigente, de 1920 até 45, ele toma nota da posição familiar dos intelectuais e a sua trajetória para a ocupação desses cargos. Na ótica de Miceli, como espécie de “parentes pobres” ou de “herdeiros” dos grupos que sempre estiveram à frente do poder (a classe dirigente), a participação e a distribuição dos intelectuais às funções públicas crescentes com o processo de burocratização estatal no curso das duas décadas e meia que ele traça em seu trabalho vai depender do capital simbólico e cultural adquiridos por eles, além da história social de suas famílias e das relações de parentesco e compadrio com a classe dirigente. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

órgãos públicos ligados à área da educação, da cultura, do patrimônio histórico, o que se verificou a partir dos anos Vargas, e que atraiu, por necessidade e competências técnicas, parte desse campo intelectual.

Por outro lado, desde a fundação da ABL, nela se reuniram homens de diversas tendências políticas, literárias e sociais, usando do artifício da polidez aristocrática de que deviam se orientar como “homens de letras”, com vistas a superar e solidificar o projeto de perenidade de uma academia literária nascida com expectativas pouco promissoras mas com as esperanças de se firmar e se consolidar definitivamente como espaço sagrado da elite intelectual do país. Podemos aceitar que aos trancos e à instabilidade dos primeiros anos, esse projeto não demorou a se constituir e a se consolidar. Mas por sua vez, esse mesmo programa também se perdeu, tempo depois, estimulado pelas reviravoltas com que a instituição foi contemplada e a complexificação crescente dos campos intelectuais e literários, que reservaram um espaço cada vez mais restrito ao cenáculo.

No duplo movimento para a construção simbólica do lugar destinado à Academia Brasileira, reservada a sua finalidade e promoção, a sua imagem institucional foi sendo atacada simultaneamente à sua configuração interna. Desde a sua fundação, a instituição contou com partidários de primeira hora favoráveis à sua existência, quanto também fortes opositoristas, como já vimos, que assim se comportaram por diversas explicações. No entanto, há um aspecto histórico da ABL que se firmou desde suas primeiras décadas, que é preciso entender para nos portamos melhor sobre as imagens e contra-imagens que foram se desenhando ao longo do tempo a seu respeito. De modo também, que não nos estranhemos com os nomes que foram se vinculando aos seus quadros.

Trata-se da chamada “teoria dos expoentes”, inventada pelo médico baiano e também acadêmico, Afrânio Peixoto, ainda em 1911, que foi alimentada e acionada por muitos outros nos anos seguintes. Com o intuito inicial de justificar a possível candidatura do sanitarista Oswaldo Cruz³⁶, para a ABL, eleito naquele no ano seguinte, Peixoto explicava defendia a idéia de que o conceito de “homem de letras” deveria ser alargado e adaptado para dar conta da entrada de pessoas que mesmo pouco familiares com a cultura literária eram destaques em outros campos e por isso mereceriam a consagração sancionada pela Academia de Letras. Se a “teoria dos expoentes” se iniciou a partir da candidatura de Oswaldo Cruz, de acordo com João Paulo Coelho Rodrigues ela se coroou e se firmou com a eleição de Lauro Müller³⁷, também em 1912.

A teoria ou critério dos expoentes de Peixoto – também um dos membros mais atuantes da instituição até a década de 1940 – justificava a eleição para as vagas da ABL a partir do critério de brindamento às personalidades mais destacadas do país, independente das áreas de que viessem. Áreas que incluiriam a literatura, o magistério, a magistratura, o jornalismo, as ciências, a engenharia, a medicina, o exército, a diplomacia, a política, e até os meios eclesiásticos. O afamado e polêmico critério foi acionado e aplicado desde então com grande maestria pelos defensores de eleições de

³⁶ É redundante explicar quem foi Oswaldo Cruz, mas vale a pena lembrar que ele foi o higienista incumbido de sanear o Rio de Janeiro da febre amarela, pelo presidente Rodrigues Alves, em 1903, junto à reforma urbana por que passou a capital federal. A obrigatoriedade da vacina contra a febre culminou na revolta popular conhecida como Revolta da Vacina, em outubro de 1904. O sanitarista, na década de 1910 já era conhecido, famoso, presidindo o Instituto de Manguinhos, que depois levaria o seu nome, mas também era bastante contestado por seus métodos. A campanha de alguns imortais para a sua candidatura à Academia gerou conflitos e cissões internos e externos ao cenáculo. Sobre a polêmica e os dados biográficos de Oswaldo Cruz ver: RODRIGUES, *op.cit.* pp. 151-55 e o sítio eletrônico: <http://www.academia.org.br>.

³⁷ Engenheiro militar, Lauro Müller foi colega de Euclides da Cunha, na Escola Militar da Praia Vermelha, ex-ministro de Viação do governo Rodrigues Alves e ministro das Relações Exteriores do governo do Marechal Hermes da Fonseca. Müller nunca tinha escrito um livro até então e para atender o critério da publicação de pelo menos uma obra pelos candidatos à uma das vagas da ABL, ele mandou publicar às pressas, na França, um livro com seus discursos políticos. O mal-estar causado pela eleição de Müller pode explicar os adiamentos injustificados do novo imortal para assumir a cadeira, só vindo a tomar posse em 1917, cinco anos depois da sua eleição. Dados sobre a biografia de Lauro Müller nas foram colhidos no sítio: <http://www.academia.org.br>. Sobre a polêmica em torno da eleição do acadêmico ver: RODRIGUES, *op.cit.* pp. 160-69.

“homens” que de letras, no seu sentido literário, não tinham nenhuma afinidade. A maior parte dessas eleições foi impiedosamente contestada pela imprensa, visto o apagamento e o distanciamento do novo imortal do universo da literatura ou de qualquer outra área possível da cultura.

Segundo essa ótica, eleições desse tipo poderiam deturpar em definitivo a intenção original de uma academia de letras, para as letras e dos letrados. Acompanhando o rol de nomes que foram eleitos para a ABL, podemos indicar que eleições como do arcebispo de Mariana, Dom Aquino Corrêa, em 1923, a do inventor Santos Dumont, em 1931³⁸ e a de Getúlio Vargas, em 1941³⁹ vão ser emblemáticas nesse sentido, já que esses pretensos imortais passavam muito longe da literatura.

Junto à entrada dos expoentes para a Academia, as contra-imagens dirigidas à mesma foram sendo insufladas, e respondendo a elas os imortais não se portavam calados. Se as críticas, cada vez mais tenazes, se davam predominantemente contra os nomes que entravam para a instituição, ao longo da década de 30, ampliou-se as possibilidades e justificativas de quem poderia ser determinado como expoente cabível dentro da instituição. As investidas para angariar alguma legitimidade para os novos ingressos se tornam melindres capazes de explicar até mesmo a eleição do presidente Vargas. Vindo a ser um momento-chave para percebermos como os homens que faziam parte do seu quadro agiram de modo a justificar a aplicação irrestrita da “teoria dos expoentes”, contribuindo para a reconfiguração da imagem que os fundadores da ABL criaram para a instituição e tentaram assegurar-lá para o campo intelectual do país ao fim

³⁸ Alberto Santos Dumont foi eleito em 1931, para a vaga deixada com a morte de Graça Aranha. No entanto na chegou a tomar posse da vaga, visto o seu suicídio no ano seguinte.

³⁹ Getúlio Vargas foi eleito em 1941 para a vaga deixada pelo professor Alcântra Machado. Num momento em que o Estado Novo consolidava-se com sua feição claramente autoritária e personalista, tem-se a noção clara sobre qual orientação era a proeminente na Academia, além de todo o simbolismo que tem o fato, que por si já é digno da curiosidade e incômodo para o historiador. No terceiro capítulo, falaremos com mais pormenores sobre o feito, tendo analisar a sua significação tanto para a ABL associada ao contexto político do início dos anos 40.

do século XIX. Havia algum tempo que a imagem original do instituto vinha sendo perdida e na década de 30, os resquícios da sua pretensão original que ocasionou na sua criação vão, pouco a pouco, se desvencilhando do ambiente acadêmico.

A partir do momento em que a instituição foi se distanciando definitivamente da sua mais importante finalidade máxima original – que era de consagrar parte do campo intelectual, lançar e promover simbolicamente os parâmetros lingüísticos e literários e sancionar os nomes e ações teoricamente permissíveis e modelares para esses homens de letras – parte desse campo empreendeu uma forte oposição contra a instituição, ancorado numa imagem ideal da Academia, que foi perdida e que procuravam recuperá-la pela força de suas palavras.

Na outra ponta também é mister esclarecer que as inovações por que passara a Academia durante esses anos, só foi possível por que houve uma drástica mudança em seus quadros. Durante os anos que vão de 1931 a 1943 nada mais que vinte e quatro novos nomes vão entrar para a agremiação⁴⁰ dentre suas quarenta cadeiras. Como parte do espetáculo e da ritualística conferida pela imprensa, essas eleições ainda provocavam a ira e a surpresa de parte do campo intelectual. Quando os eleitos eram pouco familiares ao campo, algumas pessoas usavam esse fato como justificativa para as campanhas que faziam tanto para enxovalhar o novo ingresso quanto a Academia, onde o escritor foi se abrigar. Quando havia a escolha de um nome realmente digno da consagração pelos critérios dessas análises, ou seja, um escritor renomado e apreciado pelo campo intelectual, a notícia era encarada como surpresa. Em tom irônico e satírico, os jornalistas corriam para reconhecer a ação, mais no tom de tratá-la como “exceção” cometida pelos acadêmicos já que aos seus olhos a mal afamada “teoria dos expoentes” encarada como regra, não havia vingado.

⁴⁰ Ver Anexo II.

As datas das posses dos novos membros são esclarecedoras de como se comportava a imprensa, das noções e da firmação das imagens sobre o cenáculo. Optase, tanto pelo elogio ao novo ingresso, quanto pela sua depreciação, o que dependia tanto do novo acadêmico quanto do autor do artigos e do editor do jornal ou revista, a que se refere a fonte. Em 1940, na posse de Oliveira Vianna, o jornal niteroiense *O Fluminense* favorável à eleição do sociólogo, natural da cidade, ainda relembra o que chamava de “desastroso critério dos expoentes”:

“A Academia Brasileira de Letras parece nos últimos tempos mais inclinada a uma glorificação menos injusta aos verdadeiros valores nacionaes. O desastroso critério dos expoentes fel-a aceitar , como romancista o General Dantas Barreto, talvez como sociólogo, o Marechal Lauro Müller, ou como poeta o Major Gregório da Fonseca, para não fallarmos na consagração collegial na musa do arcebispo Aquino Côrrea, em detrimento do merecido gallardão à lyra tropical de Hermes Fontes ou o saber profundo de Pinto Silva e de Manoel Bonfim. Ao lado desse critério tem a Academia embora com menos prejuízo para as boas letras, glorificado muitas vezes aos acadêmicos mortos, elegendo as pessoas sem dúvida illustres dos seus médicos assistentes (...)”⁴¹

Vê-se que alguns pleitos polêmicos do passado ainda não haviam desanuviado na memória do autor do artigo sobre a eleição de Vianna, o que vale dizer também que parte da sociedade interessada nessas eleições ainda também não tinha digerido as que consideravam injustas e incabíveis. A sutil acidez do artigo é própria dos comentaristas da época, que diariamente destilavam em seus estilos próprios, suas impressões da vida

⁴¹ GUERRA, Proto. *O Fluminense. Oliveira Vianna*. Niterói, 29/05/1937. p. 01, 02. COV – Coleção Oliveira Vianna.

social, política e cultural da sociedade brasileira pelas páginas de vários jornais do país. As imagens sobre a ABL tinham uma continuidade com o seu passado recente, que a desfavorecia e a minimizava do seu papel original ante aos olhares dos seus críticos. Por outro lado, essas mesmas contra-imagens eram sempre passíveis de serem revistas e corrigidas por que, dia a dia, a vida acadêmica era noticiada, para o bem ou para o mal, e as novas práticas dos imortais poderiam redimir temporariamente a instituição.

A Academia, assim, não saía das páginas dos jornais e revistas do país. Nem a instituição, nem os seus membros. Eram notícia para dar, para fazer rir e fazer pensar também. Do escárnio à ovação, ou em menor tom, de sérias críticas ao reconhecimento, o cenáculo era realmente considerado pelo campo intelectual. O teor das notícias dependia da sua origem, e dos autores e das expectativas sobre o lugar, o que já vínhamos sugerindo. Os momentos de fermentação dos discursos favoráveis ou contrários à ABL são vastos e numerosos. E as polêmicas e explicitação das imagens a respeito do lugar não paravam.

Quando da eleição de Pedro Calmon, em 1936, outro jornal batia na mesma tecla, com a mesma crítica, o que já era dado como cantilena. No entanto revela o “estranhamento” da exceção promovida pela Academia ao eleger o escritor baiano, um destacado historiador e sociólogo, apadrinhado de Xavier Marques, esse último um dos acadêmicos mais antigos àquela altura. No entanto, segundo o autor da peça, existia um novo ingrediente nas eleições acadêmicas naqueles anos 30. O que ele lembrava aos mais desavisados para que percebessem que junto à teoria dos expoentes outro aspecto de apreciação e permissão para os seus quadros configurava-se a partir de então com formas cada vez mais precisas, que se agigantavam:

“Parece-nos que devido à influência política nas escolhas dos candidatos, a Academia Brasileira, de

alguns anos para cá, começou a preferir os escriptores de posição em detrimento dos que escrevem fóra dos influxos do poder. Por isso mesmo foram eleitos para as vagas abertas, ministros, senadores, secretários da presidência da República contra homens de letras de valor provado”⁴².

Na ótica do autor o fator novo que extrapolaria a teoria dos expoentes se dirigia à aproximação dos eleitos com os círculos oficiais do poder, que explicam as vitórias de inusitados políticos sobre escritores e literatos de tradição e carreira. Ao fim do artigo, ironicamente, ele lembrava que se havia vários literatos que “namoravam” a instituição, lhes fechava as “portas à cara”, sempre que havia os “candidatos de palácio” como seus concorrentes. Mal poderia prever o autor do artigo, que o próprio presidente da República, o mais visado dos que passaram pelo Palácio do Catete, assentaria definitivamente numa das famosas cadeiras azuis da ABL e alcançaria a “imortalidade”, alguns anos adiante. A eleição de Vargas será analisada com mais pormenores em outro ponto dessa dissertação. No entanto, sobre as contra-imagens a respeito do cenáculo, resta-nos observar uma delas, que até hoje, ainda paira sobre o imaginário a respeito do mesmo: a de que a Academia é pouco afeita à cultura popular. Vejamos como parte dessa noção acerca da ABL vai ser reconstituída na década de 1930, arrastando mais um ponto polêmico para a sua compreensão.

⁴² “Cartas Cariocas”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 23/04/1936. p. 02. CPC – Coleção Pedro Calmon.

1.4 – Uma Academia antipopular?

No meio das imagens externas que foram se fixando sobre a ABL não é desprezível uma delas que alguns dos seus contrários empreendiam desde a sua fundação: a de que a instituição e seus respectivos membros eram desconectados e críticos a tudo que viesse do povo, o que lhe reservava o título de ser um espaço aristocrático e conservador, alheio aos problemas e às criações das camadas populares. Isso se fez durante as polêmicas promovidas pelos acadêmicos em diversos assuntos em que se metiam. As contra-imagens acadêmicas foram insufladas, dia após dia, por conta das opiniões transmitidas pelos imortais, em que também pesava suas atitudes antipopulares.

Dependendo do conteúdo das falas dos acadêmicos, a interpretação das suas ações e práticas acabava se colando à própria idéia que se fazia a respeito da Academia Brasileira. Nos anos 30, quando já havia uma tradição em que parte do campo intelectual, se debruçava para captar e remeter de legitimidade a originalidade da cultura popular, como o que estava fazendo os escritores regionalistas e parte dos modernistas⁴³, a imagem antipopular da Academia de Letras e seus imortais não eram meros ataques desesperados e pueris, tendo respaldo no realismo das práticas de alguns dos seus acadêmicos.

Uma dessas polêmicas gravitou em torno da posição do mesmo Pedro Calmon contra o samba, em 1939. Calmon, o acadêmico baiano chegado três anos antes, tornou-se um efetivo membro da ABL nos anos que se seguiram, sendo um imortal atuante e

⁴³ Sobre a ação dos modernistas e da formação de um projeto cultural novo que tentava captar a realidade nacional, tentando configurar uma nova identidade para o país, apoiada em novos critérios ver: GOMES, A. C. Essa gente do Rio...*Estudos Históricas*, v. 6. n.º 11, pp. 62-73, 1993; PIMENTA, M. V. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricas*, v. 6. n.º 11, pp. 89-112, 1993; IANNI, O. e a obra *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

representante do cenáculo, apesar de ainda contar com menos de quarenta anos. Em artigo veiculado pelo vespertino *A Tarde*, de Salvador, Calmon atacava ardosamente o samba: “Volta-se a valorizar perante platéias estrangeiras para o seu espanto e o seu appaluso (em todo o caso mais para a admiração) essa música afro-brasileira, de que não temos o monopólio (...)”.

Para ele o samba era incapaz de representar culturalmente o Brasil aos olhos estrangeiros e, segundo os seus argumentos, faltava ao estilo musical – que já estava sendo forjado como representante da cultura nacional – letra e música capaz de resguardar e legitimar o ritmo e elevá-lo a um patamar além daquele de representar “uma moda cosmopolita que o paladar do forasteiro nos impõe”. E completava em definitivo suas previsões para o futuro, equivocadamente: “As toadas e a poesia do preto nacional não chegarão, fóra dos seus congos melódicos a transpor a restrita região em que ele se confinava no Brasil de outróra”⁴⁴.

Como não podia deixar de ser, as palavras de Pedro Calmon encontraram ressonância e respostas, concordantes ou divergentes, transformando-se em grande polêmica que a imprensa escrita acompanhou e incitou. Um dos promissores escritores do período, o também nordestino José Lins do Rêgo, foi quem promoveu as réplicas mais ardentes se portando como o oponente mais visível ao escritor baiano, associando a posição de Calmon com a da Academia de Letras que o abrigava desde 1936:

“Todo esse ódio do sr. Pedro Calmon vem de uma coisa que é muito commum ao espírito acadêmico que é o horror ao povo. O espírito acadêmico é muito verniz para supportar a torrencial pancada d’água de um Rabelais. Tudo que é uma força desencadeadora

⁴⁴ CALMON, Pedro. “Samba e Batuque”. *A Tarde*. Salvador, 29/06/1939. p. 02. CPC – Coleção Pedro Calmon.

*de grandeza humana real não é feita para um acadêmico, só acadêmico”.*⁴⁵

Ver-se-á que o que estava em jogo vai para além da polêmica entre Calmon e Lins do Rêgo⁴⁶. Trate-se de fato de expressar as duas leituras e projetos intelectuais sobre o país que tomaram fôlego e se revelavam definitivamente durante todos esses anos, assumindo proporções de uma simbólica guerra entre as duas alas e seus respectivos representantes. O primeiro dos projetos filia-se a uma tradição conservadora e elitista, que não considerava permissível a elevação da canção popular originada das “toadas e poesia do preto nacional” como digna de representatividade da música nacional, conclamando assim uma visão elitista e ainda apoiada nos paradigmas europeus a respeito do país. Essa tendência era tributária do pensamento intelectual predominante de fins do século XIX e início do XX, que privilegiava as noções de progresso, eugenia, raça baseado num modelo cientificista e racialista. Essa leitura, embora antiga, ainda encontrava espaço e se atualizava para se adaptar aos novos tempos, mesmo que, perdesse terreno e respeitabilidade entre os intelectuais, cada vez mais.⁴⁷

Um outro projeto que se opunha ao primeiro, vinha da tradição modernista que se apegava às origens populares, regionalistas, historicamente silenciadas e relegadas a segundo plano para reconfigurarem e positivarem as imagens a respeito do país, das suas identidades múltiplas e contraditórias, numa escolha pelas culturas populares como

⁴⁵ RÊGO, José Lins do. “O sr. Pedro Calmon é contra o samba”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02/07/1939. p. 01. CPC – Coleção Pedro Calmon.

⁴⁶ É interessante tomar nota que Lins do Rêgo também acabou por se candidatar e ser eleito para a ABL, em 1955, vindo a ocupar a cadeira 25, provando mais uma vez os meandros ambíguos que não escapam das composições das imagens e contra-imagens da ABL, que são circunstanciais e movidas pelos sentimentos e ao sabor dos ventos, que podem soprar em qualquer direção, dependendo da ocasião da produção das imagens acadêmicas, inclusive vindo os seus opositores a tornarem-se um imortal tempos depois.

⁴⁷ Sobre a questão nacional nas primeiras décadas da República ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

modelo exemplar e singular para a interpretação e representatividade nacionais. Uma lógica intelectual em ebulição, desde os anos iniciais do século XX, mas se confirmando com o modernismo, cujo expoente é Mário de Andrade, mas que tem outros representantes de peso. Mais que um simples modismo, a tradição modernista se consolidou no percurso dos anos 30 aos 40, influenciando também as gerações seguintes.

Concordando com a cisão entre o campo literário na seus pontos de vistas diferenciados sobre uma tradição nacional, um colunista de pseudônimo Jack, no jornal *O Globo* incitava e analisava a oposição entre as duas correntes inusitados, com certa irreverência:

*“Com a polêmica José Lins do Rêgo – Pedro Calmon, nosso mundo literário cindiu em dos partidos: um é o ‘balangandans’, tem séde nos terreiros, calça alpercatas e sandálias no chão bruto das batucadas (...) leva no estandarte as côres frescas e ingênuas dos altares de S. Damião – S. Cosme e dos bahu’s de folha onde Tarsila do Amaral estraie a poesia creoula de suas telas. O outro é ‘joujoux’, calça coturno doirados e echafrins espelhantes, abusa da lantejoula e do ‘pailete’(...), nomeia o Jornal do Brasil, estação official da Academia, porque suas ondas antisépticas não contaminam o ether com o plebeismo melódico do môrro”.*⁴⁸

Assim vê-se que da polêmica entre Calmon e Lins do Rêgo, tomemos como problema as palavras ditas por esse último e que era opinião corrente, segundo o próprio comentário d’*O Globo*. A questão que pede reflexão é sobre até que ponto podemos concordar que a Academia e todos os seus homens eram refratários a tudo que soasse a

⁴⁸ “Dois partidos literários”. *O Globo*. Rio de Janeiro: 22/07/1939. p. 07. CPC – Coleção Pedro Calmon.

popular, a tudo que viesse do povo e que não manifestasse a “alta cultura nacional”, influenciada e marcada pelos paradigmas europeus? Aliás, quando e como essa afirmação seria cabível? Ou será que não passavam de meros ataques insensatos, histéricos e inverídicos ante à realidade acadêmica?

Um veredicto favorável seria pouco plausível nesse contexto, por conta das dezenas de inovações com as eleições de novos nomes, tão diferentes entre si, em que um critério de conservadorismo e tradicionalismo não pode ser estendido a todos, nem mesmo aos membros mais antigos. Basta lembrar a leva de modernistas de outrora, que originalmente se opunham à Academia, mas que no período em questão entraram para o cenáculo. Uma negativa às questões aqui colocadas porém é pouco verossímil, uma vez que a ABL não só era dada por alguns, como realmente um espaço aristocrático e elitista do campo intelectual, como acabava por merecer esse título e mesmo a se portar como esse lugar em várias ocasiões.

Assim mesmo, algumas das ações dos imortais que expressavam a imagem institucional são ocorrências e acontecimentos restritos a um público muito específico e pequeno. A não ser em assuntos de interesses visivelmente amplificados, como nas reformas ortográficas, que tinham repercussão garantida ante aos olhos da sociedade brasileira, além da subliminar e constante elaboração de uma tradição literária nacional, que atravessava as paredes do *Petit Trianon* e escapava da sua ressonância reservada somente ao campo intelectual sendo observada e absorvida pelo restante da sociedade.

As imagens e contra-imagens sobre a Academia de Letras não são inteiramente modificadas ao longo desses anos 30 e 40, no entanto elas sofrem novas contribuições e repaginações. Durante esse curto espaço de tempo o projeto da associação fundada no final do século XIX, irreversivelmente toma corpo e identidade própria com novos

atores à sua frente. Os ingressos à ABL durante esse período lhe deram nova fisionomia, redefinindo e permitindo novos rumos e novas incursões à instituição.

Na outra ponta, as mesmas práticas e ações próprias do instituto tiveram continuidade mas confirmando um lugar cada vez menor da Academia dentre o campo intelectual brasileiro, que tornava-se mais complexo, mais dinâmico e se ampliava. Essa nova caracterização do campo intelectual pode ser explicada por uma série de novidades que se impõe nesses anos e permitem novas redes, trânsitos e realidades. Ela se deu, por exemplo, pela criação das universidades, o que possibilitou a formação e a especialização de novos profissionais gabaritados ao meio intelectual, que escaparam ao controle simbólico da ABL, e mesmo assim adquiriram legitimidade e visibilidade. Por outro lado, a expansão do mercado editorial brasileiro nesses anos também permitiu a ascensão de novos literatos que não necessariamente deveriam passar pela apreciação de espaços restritos de brindamento intelectual, tal como era a Academia Brasileira⁴⁹.

Além dos pontos levados em conta, todo o projeto de aplicação da “teoria dos expoentes” acabou por ruir parcialmente a imagem da ABL durante esses anos, ao ser cada vez mais corriqueiro a entrada de políticos, ministros, embaixadores, juristas, alheios ao universo literário e artístico, o que acabou por abalar o seu projeto original de espaço reservado às letras nacionais. E ainda: o estratégico posicionamento ante ao

⁴⁹ Os concursos de poesia, de literatura, de obras eruditas promovidos pela ABL eram ainda momentos de consagração e de lançamento de novos nomes, espaço que não foi deixado de lado e nem descartado pelas novas gerações ansiosas por compartilharem dos favores e facilidades dos prêmios acadêmicos. Isso denota o caráter ambivalente que os jovens literatos lançavam à instituição. Ambos – a Academia e os candidatos – não abriam mão das estratégias de se auxiliarem mutuamente. A primeira para a sua necessidade constante de legitimação e de demonstração do poder simbólico e os segundos para a sua inserção bem sucedida ao campo intelectual, ainda no início de suas carreiras. Assim mesmo, nesses concursos eram premiados outros conhecidos nomes do campo intelectual, já freqüentes nas rodas culturais e editoriais do país e reconhecidos de há muito tempo pelos acadêmicos. Por outro lado, algumas premiações recaíam sobre os próprios imortais. As editoras tinham uma disposição com os escritores da ABL pois boa parte deles eram garantia de sucesso editorial e conseqüentemente de lucro para as empresas. A marca “da Academia Brasileira” junto ao nome dos autores dos livros também foi uma prática corrente. Durante o período de 1931 a 1943, entre os vários documentos levantados eram comuns as “licenças” dos acadêmicos, pedindo aos presidentes da casa, a permissão para o uso do nome da Academia, tanto em artigos publicados nos jornais quanto também em obras de sua autoria que estavam sendo lançadas.

Estado varguista e associado a tudo o mais, acabou por lhe reservar duras críticas em que o seu estatuto de seriedade e exclusividade literária gradativamente se minimizaram e se esvaíram para parte considerável do campo intelectual.

Contudo toda a áurea simbólica de reconhecimento e de consagração da ABL não foi totalmente perdida nas décadas seguintes. Muito embora, em menor grau, essa característica ainda esteve presente na instituição numa continuidade da tradição forjada, a duras penas, nos decênios de sedimentação da agremiação. Literatos, políticos, diplomatas, ex-presidentes, poetas, dramaturgos, sociólogos, historiadores não cessaram os seus sonhos de entrar para a Academia de Letras. Até hoje, seu poder de atração ainda não se dissipou e toda a magia e prerrogativas de pertencer ao lugar ainda é entoada pelos pretendentes a entrar para o cenáculo e pelos acadêmicos que transitam entre as paredes da Casa.

Quando tomamos os anos Vargas, a visibilidade e referência da instituição não se definham com os novos tempos prometidos e instaurados sob o novo governo. Nem haveria motivos. A imagem (re)criada sobre a ABL nesses anos foi se cotejando por múltiplos interesses, demandas e relocalizações, que foi reflexo da adaptabilidade posta em ação pelos imortais, numa gradual e estratégica aproximação com o campo político. Essa redefinição acadêmica reforçou ainda, à sua maneira, a imagem de uma nação brasílica – o que era um sério projeto de governo àquela altura, que abrigou e estimulou parte do campo intelectual a essa empreitada. Assim a imagem acadêmica redesenhada durante essa década se embaralhou e foi estimulada em meio a outros projetos, mesmo que de maneira implícita.

No meio de todo o processo de redefinições de rumos e de materializações de um programa de presentificação do Estado, dirigindo a sociedade à uma modernidade requerida, a necessidade de uma unidade nacional reproduzia a busca por uma

identidade positiva ao país. Uma experiência que mais uma vez vai ser vivenciada no Brasil dos anos 1930 e 1940, sob o tacão do governo Vargas. A elaboração de uma identidade nacional aparecia como atribuição tanto do campo intelectual quanto do Estado, que seguiram juntos no empreendimento. Cada um a sua maneira e com suas cartadas, mas lado a lado, e em ações simultâneas. E mais: alguns dos próprios membros do vasto e emaranhado campo intelectual assumiram os postos diretivos da estrutura administrativa e burocrática do Estado para encamparem um projeto cultural que tivera a idéia da nação como conceito aglutinador, norteador e definidor.

Dentre os vários elementos levados em conta para a composição da nação, devemos tomar nota dos vários lugares possíveis que auxiliam engendrar uma idéia permissível de identidade nacional. Não só as agências e ministérios do governo Vargas foram responsáveis pela produção, circulação e fixação do discurso nacionalista, próprio àquela época. Foi nessa brecha, que os homens à frente da Academia Brasileira de Letras, assumiram posições e ações cada vez mais próximas da necessidade de um projeto cultural do governo Vargas atrelado à idéia circulante e renovada da nacionalidade. Não sem razão, visto o trânsito dos imortais em locais oficiais promotores desse discurso. Mas o interessante é que as falas, as ações, a construção do que fosse essa identidade nacional foi um dos pontos de convergência mais firme entre a instituição e o governo. E no caso da ABL, os esforços a respeito da criação da nacionalidade brasileira se concentraram nos assuntos que ela se sentia legítima defensora e *maximé* em solucionar e intervir. Ou seja: as questões relacionadas à língua e à literatura do país, além da invenção de uma tradição literária colada à imagem da nação. O papel da Academia na tentativa de produção legitimada e de gerência desses assuntos é o que veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

A Nação passa no *Petit Trianon*

“ (...) teríamos motivo de complacência estética, e de altivez nacional, se o nosso idioma fôsse um conglomerado, um vatapá filológico de toscos vocábulos dessa dupla procedência (indígena e negra), envoltos em uma babélica mistura de palavras e frases importadas de várias terras européas? (...) Pois bem: fóra de tal hipótese fantástica, só uma realidade existe, por fortuna: é a de nossa língua portuguesa, e a de nossa raça, no fundo, na estrutura, no nosso espírito, portuguesa”
(grifos nossos)⁵⁰

“Machado de Assis foi ou não foi um gênio?
Sim, afirmamos todos nós na harmonia do pensamento acadêmico e no sentir nacional quasi unânime (...). Somos obrigados a concluir que pelas fôrças fatais da consagração nacional, que Machado de Assis foi a maior expressão literária do Brasil”. (grifos nossos)
(Discurso do presidente Antônio Austregesilo, na sessão solene da ABL em 21 de junho de 1939)⁵¹.

“(...) a língua representa a tradição do pensamento nos domínios de uma expressão geográfica; é a fatalidade dinâmica de intercâmbio da vida gregária em determinada região, sob o mesmo céu, num clima de civilização e cultura” (grifos nossos)⁵².

Ao longo dos dois últimos séculos, o nacionalismo tomou uma trajetória tão surpreendente e grandiosa que, grosso modo, é comum as pessoas o tomarem como uma

⁵⁰ AZEREDO, Carlos Magalhães. “Língua Brasileira?”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jan. a jun./1939. vol. 57. p. 177.

⁵¹ AUSTERGESILO, A. Discurso do Presidente na sessão solene comemorativa do centenário de Machado de Assis. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jan. a jun./1939, vol. 58, pp. 14, 16.

⁵² FRAGA, Clementino. “Língua Brasileira?”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jul a ago/1939. vol. 58. p. 217.

idéia naturalizada e introjetada no seio das sociedades, principalmente as ocidentais. Em seu percurso o ideário nacionalista estimulou e orientou a ação de homens e mulheres, Estados e exércitos, culminando em concretudes históricas inescapáveis aos nossos olhos. Essas realidades históricas, no entanto, levam-nos a um trato mais atento e desconfiado para a carga social, psicológica, política, econômica e cultural com que os nacionalismos foram encarnados e encarados. Tanto à direita quanto à esquerda, podemos dizer que o nacionalismo foi a cultura política mais difundida e experimentada pelos seres humanos ao longo desse extenso período.

No entanto, ao analisarmos operosidade intelectual e política para a composição de uma identidade nacional, melhorada e valorizada, nos anos 1930 e 40 do século passado no Brasil sob o governo Vargas, não é possível nos determos em uma busca pelo purismo de uma cultura nacionalista desses anos. A porosidade de qualquer cultura política permite uma interação, em maior ou menor grau, entre elas. Como diria Serge Berstein⁵³ as culturas políticas são móveis e na sua evolução se alimentam com as contribuições de outros fenômenos políticos para não se estacionarem no tempo, num processo interminável de adaptação e transformação. Assim o encontro entre as culturas políticas não as cristalizam em um determinado período histórico e por isso não criam e nem permitem a emersão de uma tradição sólida e perene. O uso do conceito em questão permite-nos, com validade, fazer uma leitura do fenômeno histórico, na consideração da carga simbólica, dos valores, das normas, que trazem as impressões que uma sociedade faz de si, do seu passado e do seu futuro em uma determinada época.

O nacionalismo, como outras culturas políticas do mundo moderno, deixou suas marcas e efeitos que podem ser consideravelmente tratados à luz da noção de cultura política. Os símbolos, comportamentos, discursos, as noções acerca do mundo, a

⁵³ BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. pp 13-36.

construção de expectativas sociais lançadas ao futuro, uma recuperação seletiva do passado, a precisão de um estatuto de verdades compartilhado pelos seus seguidores, a definição de padrões sociais a serem seguidos e outros a serem contestados e a produção e promoção de um efeito duradouro e permanente das noções estandarizadas são elementos da cultura nacionalista. Tudo o que Berstein nos assegura como vital para a ocorrência e sustentabilidade de experiências políticas que não hibernam mais no restrito espaço da política institucional e eleitoral, se servindo de elementos estimulantes que compõem a cultura geral da sociedade em questão.

Dentre as chamadas culturas políticas, o nacionalismo talvez seja o maior e mais abrangente fenômeno a abarcar boa parte da humanidade nos últimos dois séculos. Uma experiência tão socializada e introjetada que realmente é plausível a alusão que Eric Hobsbawm traça ao supor a visita de um alienígena ao planeta Terra, depois de uma catástrofe nuclear que eliminaria a raça humana e todas as suas invenções e tecnologias. Do ponto de vista do autor, para esse visitante galáctico compreender o que se passara com os antigos habitantes do planeta nos tempos anteriores ao desastre total seria imprescindível abrir mão da compreensão e do uso do conceito de nação⁵⁴. Vale a brincadeira provocada por Hobsbawm, a qual compartilhamos sem correções, já que notamos de fato que as nações e nacionalismos foram as construções e experiências humanas mais importantes e fascinantes, criativas e destrutivas, por boa parte do globo, nos últimos duzentos anos.

No nosso caso, boa parte das imagens sobre uma dita nação brasileira continuam com força no imaginário social. Outras foram completadas com novos elementos e novas dinâmicas e intencionalidades. Entretanto, algumas antigas representações nacionais, por força de novos tempos e por outras experiências e

⁵⁴ HOBBSAWM. E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998..p.11.

expectativas sociais, foram abandonadas e descartadas. No entanto é preciso ressaltar que a cadeia de movimentos múltiplos que culminou de fato numa cultura política nacionalista nos anos 30 no Brasil, tem suas raízes nas décadas anteriores, em que uma reviravolta modernizadora nos campos intelectual, da literatura, das artes – que se fechava para uma introspecção para as realidades internas do país, em suas diversas regiões geográficas, rompendo com os cânones e parâmetros europeus – já sinalizavam para o campo político novos caminhos a serem seguidos e pensados para a forjação de uma nova roupagem à nação.⁵⁵

Se observamos bem, é evidente que a cultura – e todas as suas manifestações – são marcas indissociáveis das imagens criadas a respeito das nações em várias partes do mundo. Com o sentido moderno que é encarnado o nacionalismo, a partir do advento da modernidade ao fim do século XVIII, os olhares sobre os elementos étnicos, lingüísticos, folclóricos, arquitetônicos, históricos, literários foram acionados recriados sob uma perspectiva de valorização das singularidades dos Estados, tornando-se marcas indispensáveis no processo de invenção das nações, ao longo dos dois últimos séculos. Essa conclusão se alinha à análise feita por Eric Hobsbawm.

No caso do Brasil, se nos ativermos aos elementos que tradicionalmente foram levados em conta na construção da noção de identidade nacional, não perderemos de vista que a língua foi um dos elementos indispensáveis para que se promovesse sua simulação e materialidade, dos seus sentidos vividos, executados e experimentados.⁵⁶

⁵⁵ Mas isso não quer dizer que todo o arsenal ideológico científico que sustentou uma chave racista de interpretação da realidade brasileira, muito em voga na passagem do século XX até as décadas de 1910 e 20, estivesse longe de ser descartado e superado. Essas várias teorias coexistiram ainda nas décadas de 30 e 40 do século passado, sem sombra de dúvida, e seus representantes ainda foram piamente considerados.

⁵⁶ Dentre o rol de elementos nacionais não são descartáveis outros, como a composição étnica dos habitantes, a religiosidade, as manifestações culturais, a história local, a monumentalidade arquitetônica, a diversidade regional e geográfica, as características psicossociais da população, a diversidade das belezas naturais, a trajetória das instituições políticas, a produção literária e artística. Essas características, em menor ou maior grau, são constitutivas do processo de criação e de afirmação das identidades nacionais, variando de lugar para lugar, mas sempre com o interesse de comporem uma singularidade dos países no concerto das nações modernas. Eric Hobsbawm nomeia alguns desses elementos como *protonacionais*,

Além do mais, o idioma – escrito e falado – permitiu a idéia de unidade tão apreciada pelos “cruzados” nacionalistas, como diria Eliana Dutra,⁵⁷ agindo como capaz de unificar o plural, o diverso, o múltiplo, o contrastante, que os outros elementos insistem em demonstrar e que torna o Brasil *sui generis* no concerto das nações, de acordo com um discurso nacionalista que ainda perdura, tanto de fora quanto de dentro do país.

Mas o processo que fomentou e deu forma às imagens sobre o país não é obra do acaso e nem de um só tempo histórico. Diversos agentes produziram e estimularam essa empreitada contínua e complexa. Foi e é obra de governos, intelectuais, artistas, do povo que agem a partir de intenções tão múltiplas quanto a força dessas imagens, que são disseminadas pelos mais variados instrumentos de comunicação: livros, rádio, televisão, telas, músicas, cinema, discursos e são redesenhadas pelos vários destinatários a quem são remetidas, que não as recebem passivamente, recriando-as num circuito que extrapola a mera relação unidirecional produtor-receptor.

Em outros períodos da recente história do país não foi diferente. Como já dito, os anos 30 e 40 foi um período privilegiado para observarmos a ação estatal junto à teia de criação da identidade nacional, onde outras tantas instituições e pessoas se juntaram a uma rede pensante, atuante e militante que tentava dar corpo e forma às imagens de uma nação brasileira que coubesse ao projeto político que se implantava no país. Dentre essas instituições sem dúvida figurou a Academia Brasileira de Letras.⁵⁸

como se certas características apresentassem um predisposição inicial que no curso da construção das imagens nacionais vão ser acionadas para o fim último de condicionar e legitimar as identidades social, cultural e política de determinada nação. No caso do historiador inglês ele elege a religiosidade, a etnicidade, a língua e uma entidade política centralizada anterior ao processo de forjação das nações como os típicos elementos *protonacionais*. Embora o termo lançado por Hobsbawm traga um certo embaraço, visto o prefixo *proto* permitir uma possibilidade de interpretação em que esses elementos já carregassem uma perspectiva nacionalista, na espera das ações que os configurassem, séculos depois, para o conjunto das características identitárias de uma nação.

⁵⁷ Sobre o termo “cruzados” nacionalistas ver: DUTRA, 2005.

⁵⁸ Para a investida de promoção dos elementos nacionais, e como maneira de fazer sentir a ação e presença do Estado brasileiro, o governo Vargas se serviu e se orientou sob uma série de novas agências e órgãos criados naqueles anos para tais fins. Só para citar como exemplo, temos o Ministério da Educação e Saúde, criado em 1931; o INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo) de 1936; o INL (Instituto Nacional do Livro), instituído em 1937; o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico

A “torre de marfim” dos literatos brasileiros do final do século XIX, não era descartada do cenário nacional durante os anos analisados, como vimos pelas imagens e contra-imagens a respeito da instituição. Em menos de quarenta anos a Academia enraizou-se entre o campo intelectual do país e se sedimentou como a agremiação literária e cultural das mais visadas e notadas. O que vinha dali não passava despercebido entre o meio literário e cultural. Uma trajetória institucional surpreendente que rapidamente promoveu a ABL como *loci* privilegiado da cultura nacional. E como não podia deixar de ser, os imortais não se calaram na chamada em torno da cultura política nacionalista redesenhada durante os anos 30, com novos atributos, novas formas e fórmulas. Os imortais atuaram como agentes e promotores dessa cruzada, ao seu modo e de maneiras tão complexas, representativas da heteronomia de homens que estavam à frente da instituição no período que vai de 1931 a 1943.

Um outro ponto importante sobre o papel da instituição no período diz respeito às novas atribuições e ampliações da luta política. Se no curso dos anos 30 e 40 do século passado houve uma restrição da participação nos espaços tradicionais das disputas políticas – principalmente após a recrudescência do governo a partir da tentativa malograda dos comunistas em promover um golpe, em 1935 – isso não quer dizer que elas deixaram de ser travadas ou que tenha se confinado aos espaços oficiais da república estado-novista. Isso porque desde o início do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930, o discurso que foi tido e redito para os quatro cantos e que chegou aos milhões de brasileiros era de romper com a ordem da Primeira República. Uma lógica, que nos anos 30, era reconhecida como

Nacional), também de 1937; o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) criado em 1939. Para maiores detalhes ver: D'ARAÚJO, M. C. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. FGV, 1999.

excludente, elitista, oligárquica, protagonizada por uma burguesia progressista e liberal, alheia aos problemas internos do país, onde reinava um coronelismo localista cruel e pernicioso em que a regra era o favorecimento das oligarquias estaduais em detrimento de um projeto nacional que abarcasse o todo da sociedade brasileira.

Além disso, nas primeiras décadas do regime republicano, houve um recuo flagrante ou um calar propositado dos intelectuais, estimulado pela cissão dos campos político e intelectual, patrocinada pela elite dirigente à frente do Estado. Nesse período a literatura teve ganhos e perdas. Se os literatos por ora saíram da cena política, frustrados com as novas regras impostas pelo titubeante regime republicano, as suas penas acabaram por refletir sutilmente as condições da sociedade. Duas espécies de grupos literários vêm a tona, independentes das escolas que seguiam: um que foi tocado “pelo canto da sereia” das elites urbanas, *smartistas* e arrivistas, produzindo uma literatura ao gosto desse público leitor e próximo aos círculos de poder e outro grupo que não abriu mão de usar a pena para radiografar a sociedade brasileira e suas contradições gritantes do *fin-de-siècle* e início do século XX e deixar suas impressões em clássicas obras que trazem análises críticas de grande valia para o estudo do país.⁵⁹

Junto a esse quadro se tem ainda a predominância de um discurso depreciativo sobre a maior parte da população do país, etnicamente mal visada antes aos cânones eurocêntricos dominantes, o que também relegava a tradição histórica e cultural dessa gama da sociedade, a segundo plano. Essa situação não foi unânime e começou a romper-se já mesmo durante a década de 1920, quando o modelo oligárquico republicano dava sinais de desgaste e de fissuras irreparáveis e irreversíveis

⁵⁹ Sobre o assunto ver a análise de SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como missão: tensão social e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. O historiador, após o estudo das condições vivenciadas na Primeira República, foca sua análise nas figuras emblemáticas de Euclides da Cunha e de Lima Barreto para arrematar a sua tese sobre o envolvimento e o posicionamento do campo intelectual com as novas esferas do poder republicano e de suas observações às mudanças sociais, políticas e econômicas em curso nas primeiras décadas do século XX.

Com a revolução política de 1930, do processo de instalação do governo provisório, passando pelos anos constitucionais até a guinada autoritária de 1937, criou-se um discurso ferrenho de antinomia ao período republicano anterior e seus vícios. Gradativamente, o recurso à identidade nacional retomou o fôlego e novas formas e ingredientes foram adicionados durante o período, fornecendo forte suporte ao discurso oficial nos diversos momentos do governo Vargas. Junto à ideologia nacionalista que fervilhou durante a década de 1930 e início dos anos 1940, nas suas mais variadas manifestações, a ideologia trabalhista reforçou o grosso da maquinação governamental – e intelectual – para reafirmar a legitimidade e a continuidade do regime getulista.⁶⁰ Ao lado disso, como um aspecto contribuinte dessa característica, no curso dos anos 30 houve uma reaproximação contínua e tácita do campo intelectual com o campo político, o que teve efeito inelutável para a vitória de uma cultura política nacionalista produzida e compartilhada pelos dois lados, numa aliança que deixou suas marcas na sociedade, que se amparou e foi sugada para esse projeto nacional.⁶¹

⁶⁰ Embora não seja de nosso interesse aqui tratar sobre a questão do trabalhismo no Brasil sob o governo Vargas, não abrimos mão de consultar a obra referencial de Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. Ao nosso ver a ideologia do trabalho experimentou junto à criação de uma cultura política nacionalista uma dupla base sobre a qual as ações do governo Vargas encontraram apoio e respaldo em seu projeto e programa de modernização do país, lembrando que ao custo de um regime autoritário e antidemocrático, o que chega a ser redundante apontarmos mas se faz necessário.

⁶¹ Para Ernest Gellner, o despertar dos nacionalismos só é possível a partir do encaminhamento dado ao processo pelos detentores de uma cultura erudita estandardizada e centralizada. Para ele, quando ocorre a congruência da cultura erudita sob os auspícios de um teto político sólido há a oportunidade mestra para a espraiamento da ideologia nacionalista à grande parte da sociedade que quer abarcar em seu seio, além da expectativa que se segue para o tipo de sociedade industrial que aparece como inevitável e com a qual se completa. Ele cola a sua argumentação à idéia chave de que o aparecimento do conceito moderno de Nação só faz sentido em um mundo tomado pela industrialização e suas implicações inescapáveis, que requer uma unidade e uma homogeneidade social amparadas num discurso que os confirme. Para ele só o nacionalismo deu conta de responder à altura essa demanda. Para Gellner a adesão societal aos nacionalismos pôde se dá, tanto pelo voluntarismo natural quanto pela coerção e constrangimento externo. Na visão do estudioso essas duas fórmulas sempre tiveram presente na cena humana nos vários tipos possíveis de associação entre as pessoas. Tanto em um quanto em outro caso, a ação do campo político é necessária por conta da detenção do Estado da violência legítima que pode auxiliar na aplicação dos projetos nacionais; enquanto o campo intelectual, detentor da cultura erudita, encampa a formulação dos discursos que engendram e delineiam a nação. GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1993.

Para o sucesso do empreendimento nacionalista algumas medidas tomadas pelos condutores do projeto tiveram que ser levadas em conta. No canteiro de obras para a composição identitária do país vários elementos foram vasculhados e usados na tentativa de consolidá-la. A importância da língua como meio aglutinador e unificador na busca por única identidade nacional é um fator privilegiado na trajetória moderna de forjação das nações, o que é apontado pelos estudiosos que trabalham com o tema. De acordo com Gellner “isso implica a difusão generalizada de um idioma mediatizado pela escola e supervisionado academicamente, codificado segundo as exigências de uma comunicação burocrática e tecnológica relativamente precisa”⁶². Para ele a linguagem aparece como o traço mais distinguível e como maior peso para se fixar e enunciar a nação.⁶³

Por outro lado, o encaminhamento que o Estado brasileiro deu a essa premissa no decorrer dos anos 30 e 40 foi algo real e concreto, mesmo que à custa de sobressaltos, recuos e avanços. Um sistema nacional de educação e de comunicação sob a égide do Estado – único protetor e guardião eficaz em meio a processo de elaboração nacional, segundo essa literatura sobre os nacionalismos – foi uma atitude crescente durante o período. Pensando em Hobsbawm, podemos apontar o percurso que vai dos anos 1920 à década de 40 como um momento da passagem da circulação restrita da idéia sobre a nação por uma *minorité agissante* para uma sustentação de massas, em que foram levados em conta diversos aspectos da vida social e política brasileira que os anos Vargas ajudaram a fixar, a consolidar e a florir. Isso se explica pelo fato de que somente

⁶² GELLNER, *op. cit.* p. 91.

⁶³ Mesmo assim ele não descarta outros importantes traços associativos na construção imaginária das nações, como os elementos genéticos-étnicos, os hábitos religiosos-culturais e o processo de industrialização. Na concepção do autor, essa última característica, em curso na modernidade, vai permitir uma maior mobilidade social, que no entanto requereria certa dose de homogeneização do ponto de vista cultural gerando expectativas de uma certa igualdade ao corpo populacional considerado para a sociedade nacional. Nesse rol consta alguns dos elementos que Hobsbawm chamara de *protonacionais*. GELLNER, *op. cit.* p. 114.

a entidade estatal enquanto agente poderia dar conta do sucesso da empreitada nacionalista, dado a sua capacidade de investimento materiais e técnicos, de intervenção legitimada e de um aparato burocrático em expansão, capaz de dar conta de compor o enredo nacionalizante e levá-lo adiante com êxito.

Como já mencionado, o princípio étnico-lingüístico das nacionalidades muitas vezes foi encarado como fator fundamental que não escapou às análises clássicas sobre o nacionalismo. Benedict Anderson, é outro estudioso consagrado sobre o tema que não omitiu o quão é importante o uso que se fez das línguas como sustentáculo das ideologias nacionais⁶⁴. Para Anderson a imaginação social compartilhada sobre a identidade nacional, o que ele nomeia como *comunidade imaginada* sustentou a força com que as nações foram experimentadas e vividas. Para ele, um componente moderno, o *capitalismo de imprensa*, foi elemento privilegiado que sustentou e supriu as fórmulas de sucesso na composição das nações, ao longo dos séculos XIX e XX, em várias partes do globo, ao permitir a difusão das línguas vernáculas, o garantiu, *a posterior*, a conjugação do idioma como um forte atributo das nações . O estudioso ainda afirma que dois sistemas culturais preexistentes aos nacionalismos modernos – a comunidade religiosa e o reino dinástico – foram formas contra as quais o ideário nacionalista se erigiu, se opôs e se impôs.

Mas levando em conta os laços de pertencimento que eram presentes nesses sistemas o autor destaca que, de uma forma ou de outra, eles foram parcialmente indispensáveis para o sucesso nacional. O autor releva a questão das grandes religiões universais como relevantes formas preexistentes de associação que ligadas às suas

⁶⁴ A obra de Benedict ANDERSON leva o título em inglês de *Imagined Communities. Reflections on the Origin and a Spread of Nationalism*. Londres, Nova York: Verso, 1983. Aqui usamos a primeira edição em espanhol, datada de 1993, que foi traduzida a partir da segunda edição no inglês e recebe o título traduzido literalmente do inglês de *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

línguas sagradas davam a unicidade e a obscuridade necessárias à perenidade estrutural das religiões. Aliado a esse processo o desenvolvimento da imprensa permitiu uma divulgação em vernáculo que teve o efeito de dar início a um número cada vez maior de pessoas que compartilhava do mesmo idioma. A imaginação geral de uma comunidade nacional provocara, tempo depois, a sua concretude histórica, na qual a língua foi o elemento de maior visibilidade, a responsável pela catalisação cultural proeminente para a vingança dos nacionalismos na era moderna⁶⁵. No entanto, Anderson ressalva a sua atitude ante ao assunto:

*“Siempre es erróneo tratar las lenguas como las tratan ciertos ideólogos nacionalistas: como emblemas de la nacionalidad, como las banderas, los costumbres, las danzas folklóricas y demás. Lo mais importante de la lengua, es, como mucho, su capacidad para generar comunidades imaginadas, forjando en efecto solidariedades particulares (...)”*⁶⁶

A incursão nas análises sobre o nacionalismo pelos autores tratados aqui permite-nos transitar pela discussão com a identidade nacional dos anos 30, a partir da ABL, o que se faz necessário para sustentar a noção de que a comunhão do idioma, por determinado grupo e em determinada época é imprescindível para dar forma às sociedades nacionais, segundo as construções dos seus produtores. E é por isso que quando no Brasil, sob o governo Vargas, o projeto nacionalista passou a ser obra de

⁶⁵ Segundo Anderson, as línguas impressas edificaram as bases das consciência nacional por três formas distintas: 1º) criaram campos lingüísticos particulares de unificação e de intercâmbio aos falantes de um mesmo idioma, que era diversificado na conversação; 2º) o capitalismo de imprensa forjara uma antigüidade e tradição ao idioma vernacular, criando formas permanentes no tempo e no espaço para a língua ao ser adotada nas obras impressas, e 3º) o capitalismo impresso criou linguagens de poder de uma classe que dominava a forma final do idioma ao impor suas noções e preferências lingüísticas. ANDERSON. *op. cit.* p.72-4.

⁶⁶ ANDERSON. *op. cit.* p. 189.

engenharia política e intelectual, a busca pelos elementos que dessem sustentabilidade e unidade ao país foi um traço real e não somente acessório.

Como já apontado e pelo modo como é largamente trabalhado pela literatura historiográfica sobre o período varguista, a fixação pela cultura, pela história, pela tradição, veio substituir e compensar a insistência pelo quesito racialógico que predominou o discurso depreciativo e pouco acalentador de uma nação brasílica, numa visão própria do início do século XX e que deixara suas marcas. No curso desse processo de tentativa de rompimento com a ordem da Primeira República, outros paradigmas foram se redesenhando para dar forma à identidade nacional. Entre os inúmeros elementos considerados nesse novo ambiente e contexto, a língua e suas variações, como a ortografia e literatura foi um deles.

E como não podia deixar de ser, é sobre esses assuntos, em que a Academia Brasileira de Letras que ter domínio, é que se deram as ações dos acadêmicos no envolvimento com o projeto cultural nacionalista que também era obra do governo. As ações dos imortais são encaminhadas para demonstrarem sua autoridade dentre o campo intelectual e também para a tácita aproximação com o novo governo, no início da década de 1930, em que pese a sanção estatal para essas ações, como foi o caso do aval para o Acordo ortográfico de 1931 e para os pedidos de impedimento do governo federal contras as campanhas para a mudança da denominação da *língua portuguesa* para *língua brasileira*.

A essa necessidade de supervisão do idioma – e todas as mais atitudes que viriam daí – e da constante invenção de uma tradição literária para o país, a Academia Brasileira, desde a sua origem, havia se prestado muito bem, apesar de alguns insucessos, como a tentativa de reforma ortográfica de 1907. Assim mesmo, a ABL sempre se portou como detentora e responsável direta a respeito desses temas. E é no

rastrado dos atos da instituição e de seus homens na órbita desses assuntos, no decorrer dos anos 1930, que se seguem os subcapítulos seqüentes. Primeiro, sobre a prova de fogo, em que se deu o Acordo ortográfico de 31; em seguida trataremos da polêmica causada pela mudança do nome do idioma para *língua brasileira*, ato que a ABL desaprovou com vigor hercúleo, entre 1935 e 1936 e por último, as comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis, em 1939 – um evento emblemático para observarmos os parâmetros para a criação de uma tradição literária nacional, que contou com o importante auxílio do governo, sendo também gerado pela própria Academia que o escritor carioca ajudou a fundar quarenta e dois anos antes.

2.1 – Solução à vista na “bagunça das letras”: O Acordo ortográfico de 1931

Ao percorrermos, anteriormente, o panorama teórico sobre o qual nos assentamos é propício rever os caminhos que a Academia Brasileira e os seus homens se envolveram e promoveram na cruzada nacionalista que foi vivenciada ao largo da década de 1930 e 1940 e que teve a língua⁶⁷ como um dos princípios. Daniel Pécaut⁶⁷, se aproximando de Ernest Gellner, parte da idéia de que durante os anos Vargas houve um “imperativo nacionalista” que a tudo e a todos tentou abarcar, tanto como projeto político de um Estado com vias de tornar-se cada vez mais burocratizado e presente na vida das pessoas quanto também de um projeto intelectual que se completava ao primeiro. Isso expressava a volta dos homens de letras a um lugar relevante e de peso para os destinos nacionais. Ainda que escapemos da idéia um tanto engessada, fechada e generalizante de um “imperativo nacionalista” para esses anos, não podemos deixar de concordar com o ambiente promissor desse período onde se instalou uma “boa vontade”

⁶⁷ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

política com os temas e as ações que lidavam com a nacionalidade e com o nacionalismo. O redirecionamento político por que passava o país com o governo Vargas também se serviu dos quadros intelectuais para comporem os cargos abertos para as investidas no plano da cultura, das artes, do patrimônio histórico e das cátedras universitárias, para além da reordenação em outras áreas: da economia, da política, das questões sociais.

A idéia nacional era sim, força motriz de grande parte dos projetos, das incursões e criações tanto dos intelectuais quanto do Estado. Ainda que essas duas forças – intelectuais e homens de Estado – se confundam em alguns momentos, onde não distinguimos com transparência e segurança se quem está agindo é um ou outro, já que as fronteiras entre ambos se tornam muito tênues, obscurecidas com a tendência que vigorou durante os anos 1930, em que uma atmosfera política favoreceu a ação sistemática dos intelectuais e vice-versa. A busca de novas bases para formular uma nova identidade nacional já tinha sido encaminhada e trilhada desde o início do século XX e foi revivida pela renovação estética e teórica da escola modernista, no âmbito literário, artístico, musical, sociológico, arquitetônico com reflexos em várias outras partes.

Na década seguinte, parte desses mesmos modernistas, por sua vez, vai ter espaço privilegiado no governo Vargas, ao lado de figuras de outras tradições, que propunham inovações em outras áreas como, por exemplo, a educação. Além de participarem em várias camadas da estrutura do Estado, nas suas diversas esferas – federal, estadual e municipal – e em vários lugares do país, suas experiências orbitam na aplicação dos projetos e intenções de mudanças, por meio da estrutura burocrática e administrativa em expansão. Um país que se modernizava precisava da presença de um Estado eficiente e racional através das suas vestes burocráticas dirigidas por suas elites

intelectuais. A renovação e propostas encampadas por parte da intelectualidade do país foram encontrar um abrigo acolhedor e incentivador durante o período no seio do governo e na gestação de um programa amplo de renovação política.

Porém devemos nos atentar que a composição do que fosse uma nação brasileira era um trabalho árduo e onde a força dos discursos, tomou primeiro o centro das atenções, mesmo antes das ações que materializaram esses projetos. Se entre os componentes reveladores e catalisados para a produção do que fosse uma nação, podemos percorrer um caminho que nos leve ao ambiente dos tumultuados anos 30 e de toda a sua efervescência e cruzada nacionalista, possibilitando-nos entender as noções que estão por trás das ações e criações das imagens e de representatividade nacionais. E mais os locais de origem desses discursos, que não estão confinados e confiados aos espaços próprios da administração oficial, como os ministérios e os institutos.

A idéia de a Academia Brasileira de Letras ser um pilar e uma referência para o culto e a promoção da língua e da literatura no país vai, uma marca mesmo que fosse simbólica, incitou a ação dos acadêmicos para a afirmação e tentativa de monopolizarem o assunto ante aos olhos da sociedade e da opinião pública nacional. Ainda por cima, estava posta a tarefa de redefinirem o lugar que os fundadores da ABL quiseram assegurar à instituição e que dava sinais de desgaste e de perda da autoridade no período que vai dos anos 30 aos 40. Assim o movimento dos acadêmicos para sustentarem e forjarem uma unidade nacional lingüística e seguindo na produção de uma tradição literária do país se fez num duplo sentido: tanto para de fato fazerem sentir suas fórmulas teóricas sobre o assunto, assim como de recuperarem e sustentarem uma respeitabilidade do lugar institucional frente aos seus muitos opositoristas de plantão.

Vejamos os passos da instituição em meio ao turbilhão de projetos, reformas, ações do novo estado de coisas aberto com o movimento político que levou Vargas ao

poder. Se os primeiros meses do governo provisório, enunciado e dado como evento fundador de um novo tempo para o país, eles também foram propícios para uma enxurrada de reformas e inovações que permitissem a realização dos projetos que se tinha em mente para dar corpo à idéia de inovação. O contorno dessas medidas via ao encontro de uma perspectiva de marcar o terreno de diferenciação do novo Estado ante aos ditames da Primeira República. Uma espécie de “reformamania” se abatia sobre o país, dos grandes centros urbanos até os afastados pontos do interior. Mas é preciso lembrar que as várias medidas tomadas não traziam nenhuma ação mais radical que abalasse por vez a reinante estrutura excludente que era um ingrediente histórico inerente ao Brasil. Uma frase de Antônio Carlos de Andrada, último presidente de Minas Gerais no período da Primeira República, de 1926 a 1930, revela bem o caráter com que foi encaminhada e cristalizada a chamada Revolução de 30: “Façamos a revolução, antes que o povo a faça”⁶⁸.

O movimento político de 1930 pode ser entendido muito mais pelas disputas entre as oligarquias estaduais junto às contradições da estrutura do Exército contestada pela jovem oficialidade tenentista, somadas ao abalo econômico desencadeado pela crise de 1929, do que pelas ações, pressões e pretensões das camadas populares e pelas classes médias urbanas em ascensão. No entanto, é importante dar os devidos créditos aos novos donos do poder, uma vez que houve uma preocupação real da nova classe dirigente do país de atender parcialmente, e sob seus auspícios, as reivindicações das classes operárias e das camadas médias das cidades, num processo audacioso de dar início à promoção mínima de um estado de bem-estar social.

⁶⁸ Sobre os anos iniciais do governo provisório de Vargas e das suas características mais marcantes nos apoiamos nas análises de FARIA, 1982; SCHWARTZMAN et. all, 1984. CARVALHO, 1990. D’ARAÚJO, 1999 e 2002; VERGARA, 2002.

Em meio às peculiaridades da instável situação do país nos meses seguintes a outubro de 1930 e da vulnerabilidade e instabilidade política dos primeiros meses do novo regime observamos uma movimentação vinda da Academia, que, no entanto, foi ressonar para além das paredes do *Petit Trianon*. À primeira vista nos parece algo menor e descontextualizado do ambiente do início da década de 30 e de todas suas perspectivas de mudanças. Mas, no entanto torna-se algo sério e substantivo naqueles anos, quando vêm à tona as implicações do que a proposta trazia.

Tratava-se de um acordo entre a ABL e a Academia de Ciências de Lisboa sobre a ortografia da língua portuguesa compartilhada pelos dois países. Depois de alguns meses, que se arrastaram desde 1930, o Acordo Ortográfico, como ficou conhecido, foi celebrado em 30 de abril de 1931 em uma sessão compartilhada, no mesmo dia, no Rio de Janeiro e em Lisboa. À primeira vista o acordo era justificado por conta do desregramento e a “anarquia” com que era escrito o idioma no Brasil, o que pode ser acompanhado pelo acesso às fontes escritas desse período e que a própria revista da Academia retrata em textos produzidos, em sua maioria, pelos próprios acadêmicos. Muito embora já se tivesse ensaiado outras reformas ortográficas no passado, a reforma de 1931 era acompanhada de um forte apelo que chegava a ser panfletário, tanto para os discordantes quanto para os favoráveis à mesma. As tentativas malogradas do passado pediam uma atitude mais ruidosa, firme e ativa dos imortais para que o seu plano desse certo. É importante frisar que desde a primeira tentativa de reforma ortográfica, em 1907, elas foram encabeçadas pela ABL, mas a falta de apoio governamental e da imprensa para a empreitada destinou ao insucesso as medidas vindas do instituto.

Sentado à mesa de trabalhos da sessão de abril de 1931, estava Medeiros e Albuquerque, o relator do primeiro projeto que a Academia lançou quanto à tentativa de

uniformidade ortográfica, vinte e quatro anos antes⁶⁹. Ainda dividiam a mesa com ele, o ministro Francisco Campos, que àquela altura ocupava o posto da recém criada pasta da Educação e Saúde, além do presidente da ABL, Fernando Magalhães e o membro correspondente da instituição portuguesa no Brasil, Carlos Malheiros Dias. Na platéia do salão nobre do *Petit Trianon* estavam outros imortais, escritores, jornalistas, professores, advogados, políticos. O evento foi cercado de uma áurea que permitisse uma legitimação ao acordo firmado entre as duas instituições congêneres. Os representantes das duas academias, literatos e escritores do cenário nacional, além do representante do governo federal eram peças chaves para que o acordo fosse aceito e compartilhado pela sociedade. A necessidade do acolhimento do tratado ortográfico pelo novo governo republicano se explicava pela capacidade de intervenção e promoção legal do feito, o que deveria se espalhar ante ao resto da população, segundo as previsões mais otimistas.

No discurso do próprio Medeiros de Albuquerque ficavam claras as novas intenções para o acordo de 1931, querendo ele superar o fracasso que marcou sua tentativa de reforma ortográfica em 1907:

“(...) Desde então até hoje a Academia Brasileira, marchou e contramarchou varias vezes. Isso provocou muitas críticas. Os que preferem sempre louvar o estrangeiro e deprimir o nacional nunca deixam de comparar as variações da Academia

⁶⁹ A primeira reforma ortográfica se estendeu de 1901 até 1907. Nesse último ano, deu-se por encerrada os estudos que antecederam a proposta de reforma, que foi encaminhada por uma comissão de acadêmicos, presidida pelo imortal Medeiros de Albuquerque. João Paulo Coelho Rodrigues dá conta de como se deu a reforma de 1907 e dos seus efeitos malogrados: “(...) debatida em 11 tensas e atribuladas sessões, entre abril e agosto de 1907, foi aprovada com modificações em relação ao texto original apresentada por aquele acadêmico Introduziu-se, entre outras coisas, a ressalva de que os imortais não tencionavam impor ao governo, às escolas, à imprensa ou aos brasileiros em geral as resoluções adotadas. Os membros da ABL ressaltavam que a reforma era apenas uma medida de economia interna, que serviria para uniformizar a ortografia de suas publicações”. Ver: RODRIGUES, *op.cit.*, p. 183.

*Brasileira com a estabilidade da reforma portuguesa. Esquecem, porém, que isso dizem aquela diferença essencial: que a reforma portuguesa passara a ser lei e a nossa nunca tivera o apoio do Governo. Foi esse fato – o de ser um ato com plena força de lei – que a impediu de mudar facilmente. (...)”*⁷⁰

Medeiros de Albuquerque fazia referência à reforma que ele projetou em 1907 e que foi descartada ainda na década de 1910 por falta tanto de apoio oficial quanto da campanha opositora da imprensa e da burocracia estatal que se negaram a adotar o que ele chamava de “recomendações ortográficas”. Em 1911, com a instalação do regime republicano em Portugal, iniciou-se por lá uma reforma do idioma português que foi contemplada pelo novo governo do país por força de decreto-lei. E era sobre as inovações da reforma portuguesa de vinte anos antes que os acadêmicos brasileiros se voltaram para recompor as novas tentativas de modernizarem, racionalizarem e uniformizarem a escrita do português desse lado do Atlântico⁷¹. Assim, se inspiraram e se moveram para promover um acordo entre os dois países no âmbito da ortografia que pudesse ser adotado definitivamente por aqui. Um país que tinha uma população, que

⁷⁰ ALBUQUERQUE, Medeiros de. “Acôrdo Ortográfico”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, maio/1931, vol. 36, n.º 113, pp. 27-52.

⁷¹ Quando em 1911, o novo governo republicano de Portugal decidiu uniformizar e regularizar a ortografia daquele país os acadêmicos da ABL retomaram a discussão, para ver se acatavam ou não a reforma da antiga metrópole. Decidiram, porém, a continuar com as fórmulas malquistas da reforma de 1907. Por sua vez, a reforma de Medeiros e Albuquerque foi definitivamente capitulada em 1919, quando opta-se por revogá-la pela falta de apoio governamental e da imprensa, ficando a escrita ao gosto pessoal, sustentando a anarquia que se verificava em 1931, quando da decisão do acordo bilateral entre as academias brasileira e portuguesa. O cerne do Acordo de 1931 foi a acolhida pela ABL da reforma portuguesa de 1911, vinte anos após aquela, tentando assim seguir a uniformização em Portugal no Brasil, com algumas variações que levavam em conta as diferenças culturais entre os dois países. Sobre o assunto ver DE LUCCA, *op. cit.* pp. 247-248; RODRIGUES, *op.cit.* pp. 181-214. Também sobre a evolução do quadro polêmico da questão ortográfica no país até a década de 1970 ver PINTO, E. P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ LTC, 1978. 2 vol.

mesmo em sua maioria analfabeta, até pouco tempo antes vivia à turras sobre a grafia do próprio nome: se *Brasil* ou se *Brazil*.⁷²

No entanto, mais uma vez, as medidas em torno da solução ortográfica no país não foram totalmente benquistas por parte da comunidade letrada que não cessou esforços para depreciar as indicações do Acordo. Mesmo com as inúmeras andanças dos acadêmicos em faculdades, institutos, escolas para promoverem a aceitação do tratado bi-acadêmico, parte da imprensa e da classe política contra-atacou, o que alguns chamavam de “famigerado *accordo orthographico luso-brasileiro*”⁷³. Era estratégico e necessário, então que a contemplação do acordo pelos novos donos do poder, assegurasse as intenções e ações da Academia. O percurso que vai de 1931 a 1934 reflete a indecisão do novo governo ante ao acordo e as pressões dos imortais e de parte do campo intelectual para que o Acordo se tornasse, ou não, lei. O primeiro passo favorável à ABL se deu ainda em 1931, quando foi publicado o Decreto Federal n.º 20.108, de 15 de junho de 1931⁷⁴, que validava oficialmente o acordo. E mais: tentava-se com isso levar em conta as modificações e recomendações sugeridas para que fossem incorporadas pelos órgãos da administração pública e também pelas escolas do Estado. A partir de então, é também percebido que os interventores dos estados são continuamente congratulados pelos imortais, em pequenas notas pelas páginas da revista

⁷² Sobre a polêmica da escrita da denominação apropriada para designar o país se *Brasil* ou *Brazil*, ainda nas primeiras décadas do século XX ver DUTRA, 2005. pp. 79-133.

⁷³ “O que nos fala o escriptor Gustavo Barroso sobre a reforma orthographica”. *Jornal da Manhã*. Porto Alegre, 24/05/1931. p. 06. CGB – Coleção Gustavo Barroso.

⁷⁴ O decreto dispunha “*sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino*”. O texto do decreto é o que se segue: “*O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil: Considerando a vantagem de dar uniformidade à escrita do idioma nacional, o que somente poderá ser alcançado por um sistema de simplificação ortográfica que respeite a história, a etimologia e as tendências da língua, resolve: Art. 1º - Fica admitida nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino a ortografia aprovada pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa. Art. 2º - No ‘Diário Oficial’ e nas demais publicações oficiais será adotada a referida ortografia. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1931, 110º da Independência, 43º da República.*” Assinam o decreto todo o primeiro escalão do governo provisório: Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Francisco Campos, José Maria Whitaker, Mário Barbosa Carneiro, José Américo de Almeida, Lindolfo Collor, Afrânio de Melo Franco, Protógenes Guimarães, Leite de Castro.

da ABL, por decretarem em seus domínios estaduais o uso da ortografia acadêmica recomendada pelo Acordo e que àquela altura também era indicada pelo governo federal.

Se do lado do governo parecia que as coisas estavam bem encaminhadas, por outro, parte da imprensa insistentemente desautorizava o Acordo ortográfico, refletindo a insolução do assunto, em que o acatamento às modificações propostas não era simples assim, tal como se previu com o decreto governamental. Uma coisa que impressiona nos discursos contrários em aceitar a uniformização da ortografia foi um curioso recurso antilusitano e anticolonialista, que demonstrava um nacionalismo enviesado recorrendo à idéia de autonomia nacional ante a Portugal. Para os discordantes das mudanças ortográficas na escrita do idioma pesava o fato de o acordo ter sido uma combinação entre a ABL e a Academia de Lisboa, sem consulta aos meios intelectuais ou empresariais que seriam diretamente atingidos com a medida. Dizia-se que os brasileiros não poderiam acatar passivamente as imposições idiomáticas da antiga metrópole. E miravam aos acadêmicos seus ataques mais vorazes, lhes atribuindo a pacatez das decisões, que segundo eles, tinham sido absorvidas unilateralmente pelos imortais responsáveis pelo encaminhamento do Acordo, sem a consideração do posicionamento das visões e das preferências do lado brasileiro.

O acadêmico Laudelino Freire – em uma das muitas excursões que os imortais fizeram para o esclarecimento da Acordo – dessa vez na Academia Carioca de Letras, tentava desanuviar a confusão que se instalou sobre o feito e partia para o ataque: “A língua nacional do Brasil é a mesma língua nacional de Portugal. Os melindres das nacionalidades, que aqui se não deveriam quadrar, no entanto, despertados pela suposição de que o acôrdo ortográfico nos foi imposto pelos nossos confrades

lusitanos”⁷⁵. Freire ainda lembrava que o acordo não foi solicitado pelos seus colegas do além-mar e muito menos por eles impostos. Segundo ele, foi o presidente da ABL, ainda em 1929, quem solicitara, em caráter confidencial a Júlio Dantas – então presidente da academia lisboeta – uma parceria que visasse a solução da “anarquia resultante da prática simultânea de tantas e tão desarrazoadas grafias” do idioma português no Brasil.

Além da desconfiança de parte da intelectualidade quanto ao caráter de uma possível unilateralidade dos portugueses no Acordo, outros viam que a imposição acadêmica para o uso das novas regras ortográficas. E quanto ao governo, que tomou a medida como oficial as insinuações para a obrigatoriedade parecia como uma afronta às liberdades individuais, uma invasão política em assunto que antes não lhe cabia. Essas vozes amparavam seus pontos de vista na tradição da prática pessoal de escrita do idioma, que segundo eles já estava incorporada ao cotidiano de parte da população brasileira – obviamente àqueles que sabiam escrever, para quem era lançado o discurso dos oponentes ao acordo. A possível obrigatoriedade para a sociedade para acatar a forma ortográfica do Acordo era vista como uma intromissão abusiva e autoritária do Governo Provisório. E as desavenças se multiplicavam, sempre em torno de polêmicas consideráveis. O tom das declarações são viscerais e desafiadoras. Vejamos os exemplos, a partir das próprias fontes, que elucidam a matizes rubras com que foram se desenhando o litígio sobre a ortografia:

“(…) Deante de tão graves declarações, as primeiras que surgem em entrevistas feitas pelos jornaes fazemos um appelo a todos os intellectuaes do paiz para que se unam, para que se congreguem, no combate sem treguas, que deve ser dado a esse

⁷⁵ FREIRE, Laudelino. “O Acordo Ortográfico”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. maio/1931. vol. 36, n.º 113. p.281.

impatriótico decreto, que além de nos aviltar moralmente, pode representar dentro em pouco a ruína completa da nossa indústria livresca, isso sem falar na miséria de dezenas de milhares de operários, cujo crime maior fo de ter nascido num paiz de pouco patriotismo e ainda de menor vergonha”⁷⁶.

A passagem acima pede alguns esclarecimentos para termos noção de qual é o ambiente onde se instalou o Acordo. Primeiro devemos dar os créditos aos autores da matéria, que teoricamente seria remetida da “Liga para a defesa do idioma falado no Brasil”. Um segundo ponto, diz respeito aos aspectos econômicos que a medida supostamente traria, já que era previsto – de acordo com o teor do artigo e de outras previsões correntes no período – que o uso da nova ortografia acarretaria um impacto enorme no mercado editorial, visto as adaptações que os empresários deveriam acolher. Com isso já se fomentava um discurso ameaçador da possibilidade de desemprego dos trabalhadores de atividades ligadas ao mercado editorial, o que nos soa muito atual.

Apesar da força dos discursos opositores aos efeitos do Acordo havia a ala dos favoráveis à medida tomada pela ABL, admitindo-a em tom de serenidade e se apegando a uma noção de razoabilidade e de racionalidade que queriam à medida bi-acadêmica e apoiada pelo governo provisório, tentando desacreditar e ridicularizar os oponentes à mesma. Em artigo publicado no *Correio da Manhã*, Antônio Leão Veloso admitia o brio e o serviço de utilidade pública que o Acordo conferiria e apelava aos membros da Assembléia Constituinte de 1934 para que contemplassem o solução diplomática entre Brasil e Portugal no terreno da ortografia, após anos de “discussões bizantinas”, visto essa ser a parte mais delicada da relação entre os dois países durante o

⁷⁶ “A Orthographia – os prejuízos materiaes que o decreto provocará – Escreve-nos a Liga para a defesa do idioma falado no Brasil”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23/06/1931. p. 02. CXM – Coleção Xavier Marques.

período. Mesmo lembrando para a grande maioria dos quarenta milhões de brasileiros, a grafia do idioma era indiferente por conta do alto índice de analfabetismo no país, ele criticava os que acusavam como arbitrário a forma como foi decretado o Acordo pelo novo governo, alguns anos antes:

“O ato do govêrno, adotando por decreto a reforma ortográfica entre as duas Academias, tem despertado muitos comentários e críticas, entre êles se apontando o fato de querer impor ao povo, por uma decisão arbitrária do poder público, a sua ortografia, que seria, no dizer de quantos assim se pronunciam, patrimônio da nação e como tal a ela somente confiada. Mas, do tumulto das palavras para a realidade, que se puser a procurar essa nação, maximé para dar-lhe o encargo de estabelecer um sistema ortográfico, poderá passa pelo dissabor de não a encontrar, porque ela é na verdade mais uma abstração dos ideólogos do que uma realidade (...).”⁷⁷

Veloso tocava num ponto-chave que envolvia a polêmica que era o recurso à nacionalidade preferido pelas duas partes, principalmente a oposicionista. Os críticos ao Acordo o viam como uma submissão dos brasileiros aos ditames lusitanos, o que para eles era incabível ao país com mais de um século de independência da antiga metrópole. O mal-estar em acatar a medida era dado como subserviência eterna do Brasil a Portugal, segundo esses discursos. Por sua vez, se aos nossos olhos, o Acordo ortográfico parece como algo menor e com peso restrito ele tem uma implicação ampla e substancial. Sua aplicação, ou não, teria reflexo na burocracia estatal – que se alargava; respingava com peso considerável na imprensa escrita e no mercado editorial

⁷⁷ VELOSO, Antônio Leão. “A simplificação ortográfica”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04/04/1934. p.01. CXM – Coleção Xavier Marques.

– que também se consolidavam⁷⁸, e ainda no sistema de ensino – em expansão, principalmente com uma preocupação relativa com a educação primária em que pesava o domínio mínimo do idioma escrito e falado. Esses lugares que sofreriam os efeitos do Acordo, eram os mesmos que no seu conjunto, ao longo da década de 1930 vão ter interferência direta e vigiada do Estado, que os viam como cruciais para o sucesso ou o fracasso do projeto cultural do governo.

Seguindo o ponto de vista dos imortais envolvidos como o Acordo e percebendo as defesas de outras tantas pessoas favoráveis ao mesmo, eram válidas suas justificativas, já que a homogeneidade lingüística e o uso uniforme do idioma, pelo menos no âmbito da escrita, era uma necessidade que urgia solução. Primeiro, com o fim de racionalizar e tornar inteligível a comunicação e o ensino da língua no país e, certamente, com a intenção última de dar corpo e unidade à nação. E é sobre esse fundo nacional, que se verificou a cruzada dos imortais para cobrir de legitimidade a sua ação, que para eles foi considerada a mais importante naqueles anos. Isso de acordo com suas impressão e declarações, publicadas nos jornais em que contribuía e pelas páginas da revista da Academia, que era a porta-voz da instituição.

Mesmo assim, não podemos deixar de estabelecer como são atados os nós em torno da situação e como são desenlaçados nesse processo. Se à primeira vista, em 1931, o que vem à tona de forma mais nítida é a questão técnica do acordo ortográfico, onde o discurso de cientificidade e racionalidade são mais de uma vez lembrados, há uma reviravolta nessa tendência. Isso porque, após o decreto presidencial, assinado por

⁷⁸ Sobre o Acordo Ortográfico, alguns editores se portaram contrários às mudanças sugeridas, visto que a adaptabilidade à ortografia renovada recairia em prejuízo, segundo os seus argumentos. Levantaram contra a medida os seguintes editores: “(...) *Paulo de Azevedo, Paulo Isard, Casa Garnier, os proprietários da Editora Jacyntho dos Santos, além do editor Freitas Bastos*”, segundo o Jornal do Brasil de 23/06/1931. “A Ortographia – os prejuízos materiaes que o decreto provocará”. p.01. CXM – Coleção Xavier Marques.

Vargas, a mudança ortográfica vem mais uma vez para o campo das lutas e dos discursos políticos, como percebemos.

Já vimos que um discurso antilusitano foi o recurso preferencial dos opositores do Acordo. Mas houve mais ingredientes políticos nessa história. Isso é verificável em 1934, durante o processo de aprovação da Constituição Liberal. Uma comissão de deputados descartou as inovações que a reforma trouxera e aprovaram uma emenda que previa como legal o uso corrente e “ao gosto pessoal” na escrita da língua portuguesa, retrocedendo à situação pré-1931 e abolindo o Acordo e sua obrigatoriedade. Ou seja, com essa medida, validavam a mesma “anarquia ortográfica” de antes, tal como os acadêmicos gostavam de mencionar à situação anterior.

A ação dos constituintes pegou de surpresa os imortais, que já davam por encerrada a peleja. A irritação com que eles responderam à medida parlamentar, deixa claro que eles não se calariam e nem ficariam atônitos e inertes em torno do que tinham assegurado alguns anos antes. Um dos membros mais antigos da ABL, o baiano e já octogenário Xavier Marques, apresentado como um respeitado estudioso no terreno da filologia, consciente da situação movediça do Acordo retrucava e denunciava a ação dos deputados. A citação é longa, mas vale ser transcrita para percebermos o teor da atitude dos acadêmicos, já que por estar nas páginas da revista da Academia, a mensagem aparece aos olhos dos leitores da publicação como uma posição oficial da instituição, ainda mais sendo remetida por Marques, por sua respeitabilidade de estudioso da língua, mesmo que com as ressalvas de sua postura conservadora e clássica sobre o assunto:

“A indisciplina mental em que tem vivido o Brasil não perde ocasião de se manifestar. Vício de educação ou de temperamento, engravescem, nestes últimos anos – e isto era de prever – do influxo irritante da revolução (...) Um desse aspecto de estado de espírito, nem tão

significante como a muitos parece, é o que se revelou a propósito da questão ortográfica. Questão já resolvida satisfatoriamente entre a Academia Brasileira e a Academia de Lisboa, com a sanção do govêrno provisório, foi de súbito reaberta pela interferência descabida e perturbadora da Assembléa Constituinte, onde aliás tinha o govêrno uma disciplinada maioria. Dessas soluções é justo salientar o voto do legislador constituinte, que tendo aprovado todos os atos da Ditadura, inclusive o que oficializou a ortografia simplificada, trabalho de duas comissões técnicas, aprovou com intervalos de dias, uma emenda à Constituição, em virtude da qual ‘fica adotada no país’, a ortografia anterior ao acordo das duas academias. De tal jeito, está e não está aprovado o decreto do govêrno provisório’. (grifos nossos).⁷⁹

Vê-se que a mensagem do acadêmico extrapola a questão técnica sobre o assunto. A sua intenção era clara em desautorizar a ação dos deputados e junto desabonar a indecisão do governo que não parecia ter autoridade em suas medidas e nem confiabilidade em suas ações. A repercussão da crítica deve ter sido sentida impiedosamente a quem aplaudira antecipadamente a emenda parlamentar que desconsiderava o Acordo ortográfico de três anos antes.

Dessa forma, vemos que os atributos sobre o assunto deixaram de ser predominantemente técnicos para passarem, cada vez mais, a contornos nitidamente políticos e também com implicações econômicas. Nesse processo o Estado passou a arbitrar sobre o assunto, passando a ter uma posição de ingerência sobre a questão ortográfica. Contudo percebemos aqui como ação política os argumentos usados em um

⁷⁹ MARQUES, Xavier. “A ortografia anarquizada”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, 1935, vol. 49, n.º 166, pp. 201-2.

assunto de dimensão nacional, tal como o Acordo ortográfico foi lançado e vivenciado; além dos elementos que foram catalisados e validados para sua elaboração junto aos postos oficiais e a posição institucional pela sustentação e legitimidade da Academia como órgão máximo para a formulação e a aplicação da medida.

A “petulância” dos deputados federais – como se pronunciaram alguns imortais – em intervirem no assunto foi visualizada como uma ação desautorizada, oportunista e desprovida de sentidos, a não ser o de agradar os bolsos e o orgulho dos opositores do Acordo. O acirramento das duas frentes em torno da questão ortográfica se espalhou para o restante da sociedade. Os prós e os contra marcavam sua posição aonde podiam. E para reafirmarem seu lugar e os interesses abstratos e intocáveis da Academia, eram lançados na sua revista, todos ensaios, discursos, medidas, palestras, simpatias, que favoreciam ao Acordo, usando da publicação oficial um espaço de reunião dos pró-Acordo. E como nessa época, a revista era mensal, os ecos dos discursos favoráveis ao Acordo eram sentidos quase que imediatamente à sua publicação. Foi assim que se deu com a transcrição da palestra do professor M. A. Teixeira de Freitas, realizada em dezembro de 1934 na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e publicada na revista no número de março de 1935. As palavras do conferencista deixavam claro como parte da opinião pública encarava a “agitada questão da ortografia”:

“A análise dos aspectos sociais e jurídicos de um tema que empolga a opinião pública, que afeta a interpretação da Nova Carta Política, há pouco promulgada – que interessa profundamente no formidável problema da alfabetização do povo, diz respeito à unidade da língua materna, tanto vale dizer, dos fundamentos da unidade nacional. (...)”⁸⁰

⁸⁰ FREITAS, M. A. Teixeira de. “A Constituição de 1934 e a ortografia”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. mar/1935. vol. 47, n.º 159. p. 387.

Os elementos que vão ser enxertados ao Acordo ortográfico, dão conta do clima e da atmosfera do período, onde a questão vai ser acobertada pelas empreitadas nacionalizantes. Observamos desse modo que o assunto passara a ser sustentado por um teor político e social de grande monta. As repercussões da validade e assimilação do Acordo ortográfico tinha interesses amplos e diretos em várias áreas como vimos. Sua solução era necessária. Ao final de todo o processo o governo federal cedeu às pressões dos imortais e recuou, sancionando mais uma vez o decreto sobre o acordo e validando-o oficialmente, obrigando gradativamente sua adoção, tal como antes. Por sua vez, os acadêmicos atuavam no campo de batalha em prol da aceitação da medida, dia após dia, durante anos a fio, já que a situação era insolúvel e necessitou de movimentos lentos e graduais para configurar um ambiente de aceitação geral às inovações ortográficas. Em 1937, Alceu Amoroso Lima comentando a posição de Mário de Andrade no *Congresso de Língua Nacional e Falada de São Paulo*, posicionava-se em prol da medida. E mais: a colava à imagem nacional e ainda lembrava da autoridade da ABL e dos seus “eruditos” na solução da questão:

“(...) Bem sei que não é com decisão de Congresso ou de regras de gramática que se impõe uma língua a um povo. (...) Embora, seja o povo que faz a língua com seus gestos e sua linguagem oral, é indispensável que os eruditos se reunam e procurem fixar um padrão para a linguagem escripta e o estylo literário. E se foi aprovado a expressão carioca como o typo commum penso que se terá dado um passo para uniformizar as tendências individualistas e regionalistas, tão perigosas para a unidade nacional de que a língua é o factor de fundamental importância”⁸¹.

⁸¹ “Língua Nacional”. *A Ordem*. Natal/RN, 28/07/1937. p. 02. CAL – Coleção Amoroso Lima.

Muito embora as posições favoráveis ou contrárias ao Acordo fossem vastas e cobrissem boas páginas das publicações do período, por outro lado é impossível acompanharmos, passo a passo, sua evolução e sua aceitação global. Mas uma coisa é certa: pouco a pouco e a duras turras foi se definindo minimamente uma uniformização da ortografia no país, apesar da insistência permanente das vozes discordantes em aparecer e se fazerem ouvir. Isso é observável a partir do acompanhamento cronológico de publicação das fontes documentais pesquisadas. A partir de 1935, há uma maior homogeneidade na grafia das palavras. Porém, nos anos seguintes, o uso dos acentos, dos *ss*, *rr*, *ph*, *sc*, *pt*, *mb*, *mm*, *mp* e de todas outras recomendações presentes no Acordo ortográfico de 31 foram mais uma vez colocados como assunto de dedicação e solução do Estado, que agiria, lado a lado, com a Academia Brasileira de Letras.

Em 1941, ainda encontramos uma ação governamental nesse sentido. Nesse ano, o governo ditatorial de Vargas baixou um decreto tornando obrigatório o uso da ortografia oficial do Acordo pelos órgãos de imprensa do país. Isso foi um golpe para os que tinham nos jornais, o espaço principal para discordarem do Acordo, ao escreverem ao gosto pessoal os seus textos, agindo de forma a desautorizar as instâncias promotoras da medida: o governo e a Academia. Ainda sim, sutilmente e pela pena, mas correndo sérios riscos, salientavam a preferência da ortografia pessoal, a qual sustentavam como forma de liberdade de expressão e alguns chegavam a perceber como um movimento de “desobediência civil”. Na outra ponta, a imprensa que acatava o Acordo, deixava a impressão de quanto a ação governamental em prol da ABL e da simplificação ortográfica luso-brasileira era benquista, sinalizando racionalidade, razoabilidade e uma tendência que se verificara em vários outros idiomas, depreciando os opositores do Acordo. No entanto vamos observar as estratégias adotadas a partir de algumas dessas

fontes, para percebermos a ambigüidade propositada na leitura desses comportamentos. Às vezes, eles nos trazem mais elementos que os que aparecem num primeiro olhar. Em 1941, ao comentar a aprovação do decreto que impunha a imprensa o uso da ortografia acadêmica, um cronista anônimo do jornal “O Imparcial” rasga de elogios a medida:

*“(...) Mas o mundo marcha e com elle todas as idéas de progresso. Apesar de tudo a campanha em prol da simplificação orthographica vem vencendo as arguições de maior peso. Entre nós felizmente, essa campanha terminou há pouco com o decreto do Gôverno que sanciona o accordo orthographico luso-brasileiro, tornando-o obrigatório o seu emprego por toda a imprensa brasileira”.*⁸²

A citação acima tem um duplo sentido percebido no conteúdo e na forma. Nota-se que o autor do artigo, que não é assinado, ele mesmo escorrega propositalmente em não levar em conta as regras da uniformização ortográfica, muito embora, à primeira vista e pelo conteúdo, pareça ser um entusiasta e defensor do decreto governamental. Isso porque o jornal que ele escrevia, *O Imparcial*, foi um dos paladinos contra o Acordo, dez anos antes. A estratégia parecia ousada. O duplo sentido que ela traz, podemos fazer perceber a via de mão dupla da ação do governo autoritário ante ao assunto e das possíveis restrições aos “desobedientes” que não acatassem a decisão acadêmica, reforçada, ampliada e legalizada pelo poder público.

As medidas de retaliação aos que não seguissem a decisão governamental sobre a obrigatoriedade do uso das indicações do Acordo não foram observadas, visto o decreto governamental não deixar pistas mais aparentes. No entanto, podemos, sem risco, levantar algumas possíveis medidas retaliativas. A primeira delas fixa em torno da

⁸² “Dos dois lados do Atlântico: uma única ortografia”. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 04 /04/1941. pp. 01, 02. CLC – Coleção Levi Carneiro.

disponibilidade do papel jornal para a impressão das publicações. A distribuição das cotas do material ficava nas mãos do governo. Em tempos de guerra a importação do produto foi afetada e restringida e a centralidade das transações da compra e venda do papel nas mãos do burocracia do Estado Novo, alimentava a censura dos órgãos de imprensa por um meio muito simples e pouco digno: quem não seguisse à risca as recomendações do regime poderia não ser agraciado com as cotas de papel jornal, indispensável para a existência de qualquer publicação, àquela altura longe dos tempos da tecnologia digital.

Por conta disso foi impossível encontrar com facilidade matérias de jornais ou revistas que atacassem explicitamente a imposição autoritária do governo Vargas para o uso da ortografia acadêmica, a essa altura chamada de oficial, por conta da decisão de anos antes de inserir o seu uso nas repartições e instituições de ensino públicas. Embora haja existido, certamente, vozes discordantes e contrárias à ação, essas mais uma vez foram sufocadas e silenciadas por força da arbitrariedade do regime autoritário do Estado Novo e de suas medidas de fazer sumir os rastros dos seus opositores.

Quanto à reforma ortográfica em si, a confusão e a insolvência do assunto da continuaram anos a fio, sendo impossível destacar com clareza quando o assunto foi estancado com êxito⁸³. Nos idos de 1942, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em visita à Academia de Letras, discursava aos imortais e lembrava do velho “problema

⁸³ Se bem que no momento de finalização da escrita desse texto, no último trimestre de 2007, fui surpreendido pela notícia da expectativa de uma reforma ortográfica para o português no país, promovido pelo governo federal em acordo com o governo e entidades de Portugal e de países africanos e asiáticos que adotam o idioma. A situação provocou a discussão sobre muitos dos antigos elementos da década de 1930, que no início do século XXI foram mais uma vez acionados: a questão do mercado editorial, dos sistemas escolares, da comunicação e diplomacia entre os países falantes do português. A complexidade da uniformização ortográfica, hoje em dia é muito maior, visto mais número de nações envolvidas em busca de uma solução em conjunto, já que as antigas colônias portuguesas se tornaram independentes no último quartel do século passado e fazem parte nas rodadas de negociação que tentam uniformizar o idioma português. Seguindo algumas notícias, entrevistas, artigos sobre o assunto, percebe-se que esse *revival* sobre a racionalização da escrita do português tem haver, atualmente, com a intenção de uniformizar a ortografia da língua nos oito países que a adotam como idioma oficial, com vista a dar um caráter de internacionalidade à mesma, visto ser a quinta mais falada no mundo.

do vocabulário nacional”, que naquela altura ele considerava como não solucionado, tentando agarrar a dedicação dos acadêmicos e incitando-os a uma ação mais firme e séria. A citação de Capanema também podia estar relacionada à inconclusão do pretendido e inacabado *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, o que não fica muito claro pelas palavras do ministro.⁸⁴

Por outro lado, o assunto ortográfico era de tamanha abrangência e sempre alvo das circunstâncias políticas e históricas, que durante as décadas seguintes o país foi submetido a novas reformas no terreno da ortografia. A grafia do idioma, tendo em busca a sua racionalidade e simplificação sempre foi assunto de interesse tanto do Estado quanto da camada intelectual. As palavras de Pedro Calmon, em entrevista ao jornal *A Tarde*, em fevereiro de 1940, deixam-nos mais pistas sobre a visão que a elite letrada do país tinha a respeito do assunto. Na ocasião, o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, dava início a uma campanha nacional pelo rádio, através do programa *A Hora do Brasil*, contra a gíria, e segundo a publicação, “procurando formar um ambiente de defesa e estrutura da língua portuguesa”. Calmon, com sua autoridade intelectual e como representante da Academia, foi um dos entrevistados sobre o assunto,

⁸⁴ A idéia de uma versão brasileira para um *Dicionário de Língua Portuguesa* era antiga entre os imortais. Desde o início da instituição foram feitas ações no intuito de realizar a empreitada, que incluiria a presença dos chamados “brasileirismos”, incorporando noções e palavras existentes no país, mas que não apareciam nos dicionários portugueses do idioma. Em 1924 foi enfim organizada a Comissão por proposta e projeto do acadêmico Laudelino Freire. No entanto, após a existência de várias comissões responsabilizadas de encaminhar o estudo e a conclusão do “Dicionário”, e de uma despesa enorme de recursos dedicados à atividade, decidiu-se por sua suspensão, em 1934, visto a inoperância e a inconclusão da mesma. De acordo com Fernão Neves, cada acadêmico participante da comissão recebia uma cédula suplementar de 50\$000 semanais. Ao fim o custo total da empreitada malograda foi contabilizadas em cerca de quinhentos contos de réis. (NEVES, 1940, 54). Por conta da recompensa financeira a quem participava da Comissão do Dicionário havia uma disputa interna entre os acadêmicos para serem a ela integrados. Em documento do acervo documental de Gustavo Barroso, o escritor em resposta a uma enquete sobre o fim, ou não, da Comissão do Dicionário é categórico em afirmar o drama em que se instalou na ABL a respeito do assunto: “(...) voto contra a emenda favorável ao Dicionário, porque não receio que a Academia extinga o Dicionário porém receio que o Dicionário extinga a Academia”. Carta datada de 19 de dezembro de 1935. CGB – Coleção Gustavo Barroso. Por sua vez, o projeto de um dicionário brasileiro para a língua comungada nos dois lados do Atlântico foi apropriada pelo Instituto Nacional do Livro - INL, anos mais tarde.

onde não abria mão de expor o seu ponto de vista – e que ele queria que fosse o a da ABL:

“Preconizamos, todavia, uma atitude de defeza do idioma, mediante a acção combinada da publicidade periódica, dos livros escolares, da radio difusão, que podem, sem a restricção mental, impor pelo exemplo a linguagem certa e inteligível que pertence aos níveis mais instruídos da sociedade”⁸⁵

O imortal baiano não era o único a compartilhar dessa opinião em que a grafia correta da língua pertencia à elite intelectual. E como uma voz importante vinda da ABL era a opinião institucional que ele provavelmente transmitia e encampava. Quanto à forma ortográfica do idioma, essa não foi a única preocupação dos acadêmicos. No curso dos anos 30 a designação da língua foi outro *front* em que os imortais estiveram envolvidos diretamente. As variadas nomenclaturas ao longo da história recente do país: *língua pátria, língua brasileira, língua nacional, língua portuguesa* foram posta à prova durante os anos em questão. Ainda durante os anos 30, a condição nominal do idioma foi circundada por longo e tumultuado jogo político com envolvimento direto dos membros da Academia. A conjuntura dessa nova querela e as posições tomadas pelos imortais contra os defensores de uma língua autóctone e chamada *brasileira* serão analisadas a seguir.

⁸⁵ “Combate à gíria pelo D.I.P”. A *Tarde*. Rio de Janeiro: 16/02/1940. p.07. CPC – Coleção Pedro Calmon.

2.2 – Que língua é essa? Brasileira, Portuguesa ou Nacional?

O quesito língua no Brasil pode ser destacado como um atributo unificador para a construção da homogeneidade requerida e buscada para materialização da nação, de acordo com os agentes que produzem e tentam fixar uma idéia em torno do que ela seja. Se precisarmos o ideário que inspira e guia as ações dos homens dispostos a promover as noções idiomáticas da nação não perderemos de vista os discursos e ações sobre a questão ocorrida no país durante os anos 30. Marcar o espaço de ocorrência do idioma é uma atribuição passível e necessária dos cruzados nacionalistas ao transferirem o sentido de comunicabilidade original e natural de qualquer idioma para sua representatividade de uma dada sociedade. Além da necessidade de intervenção corretiva e de regramento da língua que é um aspecto de demonstração do poder de um grupo sobre outros.

A associação entre a língua e o território parece ter sido a saída mais fácil para atribuir a unidade requerida para a nação brasileira, driblando o contingente heterogêneo e múltiplo que recaía sobre todas as outras características indicadas para formulá-la. A citação de Fraga é exemplar de outros discursos do período que frisavam o idioma e o território como os ingredientes mais possíveis de reger a lógica nacional em ascensão. No entanto ao focarmos a língua como o elemento chave dessa atividade intelectual, vemos que a unanimidade entre o campo dos homens de letras, responsáveis por essa criação estava longe de ser alcançada.

A historiadora Ângela de Castro Gomes, ao comentar Hobsbawm, é objetiva ao observar quais os conteúdos programáticos que são vasculhados e empenhados para se permitir uma situação de autonomia nacional:

*“a afirmação da língua e da cultura identifica-se com a afirmação da autonomia do Estado-nação, tanto no sentido político (a conquista da Independência), quanto no econômico (a luta pelo desenvolvimento) e no cultural (a negação da dependência do outro e a busca da singularidade)”*⁸⁶

A análise sobre apropriação de um idioma tributado à sociedade brasileira a partir da herança colonial, mais uma vez, vem à tona durante a década de 30, num desdobramento do que estava encaminhado desde o início do século XX.⁸⁷ O suceder de ações e discursos a respeito do assunto se desenharam a partir de um motivo que, à primeira vista, parecia ingênuo e desprezioso: a mudança da denominação da língua. A nomeação do idioma falado no país – se nacional brasileiro ou português, revelava um conteúdo ideológico e político que durante a metade dos anos 1930 foi colocado à prova. A situação ganhou contornos inimagináveis anos antes, já que sob o prisma do nacionalismo a busca de uma unidade e da peculiaridade nacional se agigantavam, situação em que podemos compreender os aspectos acionados para justificar uma ou outra designação para o idioma no país. Aos homens da ABL restou tomarem uma posição majoritária e oficial da instituição que representavam tomando a mudança do termo para “*língua brasileira*” como um movimento despropositado.

⁸⁶ GOMES, *op.cit.*. p. 18.

⁸⁷ Eliana Dutra, em seu livro *Rebeldes literários da República*, nos mostra o posicionamento dos homens reunidos em torno do *Almanaque Garnier*, a respeito das suas discussões sobre a língua e sua ligação com a nacionalidade, ainda mais tendo à frente da direção da publicação, o escritor João Ribeiro, estudioso referencial sobre as questões relacionadas ao idioma português no Brasil. A postura dos intelectuais que colaboravam no almanaque muito se aproximava do que estava posto para os imortais da ABL nos anos 30, variando da recorrência ao classicismo português à busca pela autonomia idiomática como ações para construção da identidade nacional, que remetiam a duas matrizes diferentes na construção de uma identidade nacional brasileira. É também possível lembrarmos que muitos dos que contribuíam no almanaque eram membros da Academia, como o próprio João Ribeiro, Ramiz Galvão, Joaquim Nabuco, Laudelino Freire, José Veríssimo, dentre outros. Quanto à questão da discussão do idioma no *Garnier* ver principalmente a parte 2 do livro citado, “Brasil com S ou Z?”. DUTRA, *op.cit.* pp. 79-146.

Mas alguns problemas vão surgindo na exposição desses fatos. Por exemplo: como se deu essa tendência real de mudança do nome do idioma? E mais: quem promoveu essa modificação? Qual o ambiente que estimulou tal situação e onde ela se amparava? Essas ações, a nosso ver, alimentaram os nacionalismos na busca de uma matriz ibérica para dar o arcabouço à nação ou trilhavam uma singularidade ao país que permitiria uma identidade própria e única, a partir das contribuições étnicas incorporadas ao idioma e diante da sua evolução histórica na ex-colônia portuguesa.

Os homens de pensamento e de cultura se investiram para cobrir de legitimidade uma ou outra tendência. Ou seja, enunciar a língua como brasileira ou portuguesa teve um sentido político acobertado porque denotava qual a percepção e as preferências das matrizes que condicionariam a nação também pelo seu viés lingüístico. Aos adeptos da autonomia idiomática sua atitude se aproximava muito do que diria Monteiro Lobato, anos antes, que era um dos defensores da autonomia de uma língua brasileira, que concordaria que já estava mais que na hora de “Brasilina” se separar “D. Manuela” e assumir sua identidade e expressividade nacional. Os nomes criados por Lobato são os de duas personagens para designar um e outro idioma, ficando claro quem é quem.⁸⁸

No curso de meados da década de 30, as duas posições vão ficar explícitas de acordo com os discursos auferidos na defesa de uma língua brasileira ou em sua contestação. No caso dos imortais, esses preponderantemente vão preferir manusear o arsenal de noções que atentaria para uma tradição ibérica para o idioma não admitindo a possibilidade da autonomia lingüística. Fiquemos atentos então ao desenrolar dos acontecimentos.

⁸⁸ A indicação sobre as personagens de Lobato para enunciar a separação de uma língua brasileira, além de toda discussão sobre a busca pela independência idiomática foi tratada no curso das décadas de 1910 e 1920 por um importante órgão editorial do país, a *Revista do Brasil*, publicação que o próprio Lobato dirigia. A citação sobre a polêmica entre “Brasilina” e “D. Manuelina” pode ser apreciada em DE LUCCA, 1999, pp. 254-255.

Em 1935, quando toda a polêmica sobre o Acordo ortográfico ainda não havia se solucionado, um outro episódio ocorrido na capital federal dava combustível para mais uma luta simbólica entre os imortais da ABL e os “mortais” do campo intelectual que não participavam das suas fileiras. Nesse ano, foi apresentado um projeto na Câmara distrital do Rio de Janeiro, de autoria do vereador Frederico Trotta, e que aprovado mudou o nome dado ao idioma: passaria a partir de então a ser nomeado de *língua brasileira*. Pelo projeto todas as denominações oficiais sobre o assunto trataria assim o idioma nacional, pelo menos entre os cariocas. Nas escolas ficou decidido que o ensino do idioma passaria a ser chamado de *língua brasileira* e só seriam adotados os livros didáticos que trouxessem essa denominação.⁸⁹ Certamente, o efeito prático da mudança do nome era insignificante; no entanto, ela pressupunha todo um simbolismo autonomista da língua que não passava pela Academia Brasileira de Letras, uma atitude contra a qual os acadêmicos não se calaram chegando a considerá-la uma “heresia” à instituição e também às matrizes lusitanas do país que os acadêmicos, de um modo geral, preferencialmente recorriam como imbatíveis para a composição da língua.

A medida que foi impulsionada mais uma vez pelo campo político, ou seja, foram os vereadores da Câmara do Rio de Janeiro quem investiram e promoveram a mudança do nome da língua, o que também pode nos demonstrar o perfil conservador da Academia, que não se lançava com facilidade e desenvoltura em assuntos polêmicos, tal como garantiu os sopros da mudança do nome do idioma pelos políticos da capital da República. Ao modificarem a denominação, os vereadores justificavam a medida

⁸⁹ Para maiores detalhes sobre o episódio da mudança do idioma pela câmara carioca ver DIAS, 1996. pp. 9-14; 47-63; 71-90. Em um análise serena, circunscrita na área de Letras na linha da semântica da enunciação, o autor traça o quadro que se abateu em torno da polêmica sobre a mudança do nome dado ao idioma a partir da medida dos legisladores cariocas, em 1935.

tentando ressaltar o grau de autonomia e de curso próprio dos destinos que a velha língua portuguesa seguiu no território brasileiro.⁹⁰

Naqueles anos, os entusiastas de uma *língua brasileira* destacavam, insistentemente, que ao longo da colonização lusa, das misturas culturais entre portugueses, indígenas, africanos e outras etnias européias, ainda durante a consolidação do Estado Nacional no período imperial até a configuração republicana e nacionalista que se delineava na década de 1930, o idioma português havia assumido vida própria no território nacional que há muito em nada lembrava a matriz portuguesa. Uma configuração, que aos olhos da turma favorável à mudança da nomenclatura era suficiente para romper com a estrutura da língua metropolitana visando assim a criação de uma língua singular e única ao país, que conferiria em definitivo o *status* de independência cultural de Portugal, remodelando o que o país luso tinha deixado como a principal herança à sua antiga e principal colônia. Só como exemplo é importante lembrar que até o final dos anos 1920, boa parte dos artistas de teatro ainda apresentava suas peças a partir da pronúncia portuguesa, o que para muitos era um sinal deprimente de subserviência à antiga metrópole⁹¹.

Quanto à polêmica sobre a mudança da designação da língua essa se arrastou com vivacidade durante algum tempo, impondo a demarcação do território de cada um dos lados. Monteiro Lobato, um dos ícones do grupo autonomista mais de uma vez deixava suas impressões a respeito da situação. A citação que se segue nos permite perceber qual o teor do conteúdo das posições concordantes com a idéia de uma língua brasileira:

⁹⁰ Luiz Francisco Dias nos alerta que a preocupação dos destinos que a língua portuguesa assumiu no Brasil vinha desde o século XVIII, quando D. João V, em 1727 já recomendava ao Superior da Companhia de Jesus no Maranhão que ensinasse os índios a língua portuguesa e quando da expulsão dos mesmos Jesuítas em 1757, o Marquês de Pombal proibiu o uso da *língua geral*, ou o *nheengatu*, nas escolas, “*não consentindo de modo algum que Meninos, Meninas, que pertençam às Escolas, e todos aqueles índios, que foram capazes de instrução na matéria, usem línguas próprias nas suas Nações, ou da chamada geral*”. DIAS, *op.cit.* p.11.

⁹¹ DE LUCCA, *op.cit.* pp. 246-47.

“Assim como o português saiu do latim pela corrupção popular dessa língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo; a corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper o que o brologistões chamam evoluir”.⁹² (grifos nossos)

Junto a Lobato, outros nomes de peso e com validação ante o campo intelectual sinalizavam sua simpatia ao processo de reconhecimento de uma língua nacional bem diferente da de Portugal: uma língua brasileira, única e que se encaixava muito bem ao projeto nacional de independência cultural, tão em voga naquele contexto. Os argumentos usados nessa defesa passavam pela prosódia, pela incorporação de novos vocábulos, das diferenciações mesológicas e semânticas do português instauradas no Brasil, pelas inovações vindas da miscigenação étnica, além das noções díspares sobre um mesmo termo quando aplicado nos dois lados do Atlântico.

A tendência de autonomização da língua ao ser declarada brasileira começou a ganhar força e se espalhar com vistas a poder ser aplicada em todo o território. Isso representava uma ameaça aos olhos dos acadêmicos mais radicais, como veremos. Na onda dos legisladores cariocas, no mesmo ano de 1935, o deputado federal pela Bahia Edgar Sanches apresentava à Câmara dos Deputados, um projeto de lei de mais de quinhentas páginas, em que sugeria, com base em amplo estudo, a mudança da nomeação da língua para “Língua Brasileira”. Contra a medida do seu conterrâneo o imortal Xavier Marques condenava o que chamava de “inocente impostura” que veio à tona para “dar satisfação a certos pruridos nacionalistas, ainda que a custo do bom senso”. O velho acadêmico compartilhava da mesma opinião que seus outros tantos

⁹² Retirado de SOBRINHO, Barbosa Lima. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2000. p. 37.

colegas da ABL: “O português, mais ou menos diferenciado, continua a ser o idioma nacional dos brasileiros e a língua brasileira fica sendo um bela hypothese afagada pelo orgulho nacional e as nossas louváveis aspirações de completa autonomia”⁹³. A característica do texto fomentou em toda a imprensa do país, declarações favoráveis a tal medida, ensaiada antes na capital federal e com o vislumbre de ser transposta a todo o país. Um dos defensores da *língua brasileira*, na Câmara carioca, se assentava na velha idéia corrente que em solo brasileiro “a língua portuguesa creou alma nova. Como tronco que talvez, não vingasse, ella se distendeu em ramos frondosos, acobertada por essa natureza exuberante, que é a brasileira, parecendo pedir, desde então, vida própria, genuinamente nacional, e naturalização”⁹⁴.

Todavia, os entusiastas de uma *língua brasileira* não se comungaram uníssona e homogeneamente. Além disso, do outro lado da linha de frente havia os contrários a tal medida, rancorosos e afetados com o desprendimento da medida dos cariocas. A dissonância e a contestação mais visível veio do *Petit Trianon*, já que entre os discordantes à mudança percebemos um número muito grande de acadêmicos, como observamos nas palavras de Xavier Marques, transcritas acima. Tanto, que pela publicação oficial da ABL o que vemos são uma gama de artigos, em que predominantemente, se denunciava a ação independentista tomado pelos legisladores do Distrito Federal.

O número de discursos dos imortais contra a medida configura uma posição oficial da Academia que foi de denunciar a mudança do nome do idioma. Isso porque a medida passava fora do ambiente acadêmico, o que no final desautorizava a instituição, renegando-lhe o lugar de templo máximo de sanção ou de veto sobre o que girava em

⁹³ “A intellectualidade bahiana repelle o projecto língua brasileira”. *A Tarde*. Salvador/BA. 04/09/1935. p. 05. CPC – Coleção Pedro Calmon.

⁹⁴ Anais da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Julho de 1935. pp. 228-29, retirado de DIAS, *op. cit.* p. 61.

torno da língua e da literatura do país. Além disso, nos vários artigos analisados, observamos uma tendência dos imortais de atribuir positividade e singularidade ao português do Brasil, abarcando todos os seus traços históricos, culturais e regionais. No entanto, eles eram firmes em destituir de qualquer possibilidade à elevação de uma língua brasileira, dando como desmedida e desregrada a mudança da denominação idiomática que era insinuada ou defendida por uma parte considerável do campo intelectual, com o risco de tornar-se uma lei federal, caso o projeto de Edgar Sanches fosse aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República.

Assim, as tentativas dos acadêmicos foram de desestabilizar e desacreditar as medidas de autonomização idiomática, contidas na mudança da nomenclatura para *língua brasileira*. Os imortais tinham de convencer o campo intelectual do seu papel de corporação real e ideal para a ocorrência e anuência dessas medidas, não querendo deixar escapar esse seu domínio. Toda a ênfase dos imortais foi de revelar a real diferença entre o português no Brasil e em Portugal. No entanto salientavam que as diferenças eram perceptíveis e cabíveis nas maneiras de falar, conquanto na escrita permanecesse a mesma estrutura, o que incapacitava uma emancipação lingüística. Joaquim Ribeiro, acadêmico e filho de João Ribeiro, filólogo e gramático, e também membro da Academia de Letras, comentava em momento oportuno, o livro de seu pai, “*A Língua Nacional*”, lançado em 1905 e que até aquela data era uma referência para os estudiosos do idioma. De acordo com o autor do artigo, o livro foi uma “lança dos espíritos modernistas”, ansiosos por romper com a ordem eurocêntrica modelar das artes e da cultura brasileira. Ainda sob o efeito da morte do escritor João Ribeiro, que morrera meses antes, a certa altura do artigo Joaquim Ribeiro deixava clara a sua opinião, compartilhada por tantos outros:

“(…) Convém todavia frisar que a língua nacional é a própria língua portuguesa apenas enriquecida e

modificada em solo americano. Enriquecemo-la, modificamo-la, porém não a destruimos” e citando um trecho da obra do seu pai, concluía o seu pensamento: “‘Com êsse intuito e nesse fundamento (confessa o nosso filólogo) foram escritas as páginas do nosso livro que não inculcam língua nova, mas revelam os matizes, as variações e a originalidade do pensamento americano (...)’”⁹⁵

Pelas palavras do acadêmico, vemos que o conteúdo da mensagem tinha destinatários certos: os apologistas da língua brasileira. Contra eles, os imortais se opuseram e marcaram seu campo de ação, insistindo, preferencialmente, na possibilidade de uma *linguagem brasileira* ao privilegiarem a prosódia, o falar diferenciado dos brasileiros das várias regiões do país, que apresentavam maneiras diferenciadas para do linguajar português.

Os imortais foram unânimes em descartar o que chamavam de “absurdo” da proclamação de uma *língua brasileira*. O imortal Carlos Magalhães de Azeredo, em um detalhado artigo sobre assunto, chega a chamar de “heresia” o comportamento dos favoráveis à mudança do nome do idioma e vaticinava com certa ironia, alguns anos depois o ato dos legisladores municipais da antiga capital brasileira: “(...) Não se criam línguas por caprichos de escritores, nem mesmo por deliberações de academias, embora na nossa linda terra, onde tudo acontece e nada espanta, se haja tentando fazê-lo por decreto municipal (...)”. Azeredo, ainda lembrava no seu artigo, que a idéia de autonomizar o idioma, como sinônimo de uma pretensa nacionalidade era um equívoco porque sinalizava um “mero e pueril preconceito” ao negar os elementos da sensibilidade, da mentalidade, das instituições e dos costumes ibéricos, tão importantes

⁹⁵ RIBEIRO, Joaquim. “Língua Nacional”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. fev/ 1935. vol. 44, n.º 146, p. 187.

para a formação nacional tornando insustentável a ação independentista da língua. Para aquele contexto, as conclusões do acadêmico estampadas nas páginas de revista da ABL são eficazes em mostrar a atitude comprazida por grande número dos imortais, em torno do assunto da mudança nominal do idioma:

*“A língua portuguesa não pode conservar-se pura no Brasil, qual a fixaram os escritores chamados clássicos; mas não deixará de ser a língua portuguesa, e a nossa literatura um ramo da portuguesa, pelo comum instrumento de expressão, quaisquer que sejam, aliás, as diversidades do fundo de idéias e noções, mescladas a influências de ordem étnica e outras. Todos esses fatores somados não impedem, como já ficou dito, a existência de ‘língua geral’ nossa, idêntica do norte ao sul do país, e que não é outra senão a própria língua portuguesa”.*⁹⁶

Assim, as declarações de Azeredo lembravam que qualquer movimento em prol de uma desvinculação lingüística era problemático, tendo em vista de que todas as expressões idiomáticas, como a ortografia e a literatura estavam historicamente subjugadas aos cânones lusitanos, quer quisessem aceitar ou não. No mesmo artigo, o acadêmico concluía que se tinha muito mais a perder do que ganhar se a “extravagância” em prol da língua brasileira continuasse e a investida de forjá-la “artificialmente” seria tão equivocada quanto imitar a “linguagem obsoleta dos velhos clássicos”, tão como a moda do final do século XIX.

Estranhamente, essa posição remetia a uma contradição que esbarrava numa visão bastante corrente naqueles anos e foi usada tanto pelos defensores da autonomia lingüística quanto pelos árdus promotores de um alinhamento clássico da língua

⁹⁶ AZEREDO, Carlos Magalhães. “Língua Brasileira?”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jan a jun/1939. vol. 57. p. 169.

privilegiando sua tradição e sacralidade intocáveis. Tratava-se da idéia de que o português ao ser transplantado para o Brasil conservara-se nas suas formas mais arcaicas e camonianas e que era essa a tendência original que devia ser perseguida e levada em conta, tanto no que tocasse à ortografia quanto na criação literária⁹⁷.

Dessa maneira, aos olhos dos tradicionalistas e vernaculares o português brasileiro era muito mais português que o próprio português de Portugal. Um ícone dessa tendência foi o lingüista Xavier Marques, o que podemos concluir pelos seus artigos lançados na revista da ABL, ao fim da sua vida, na primeira metade da década de 1930. Para o outro grupo que se privilegiava a independência lingüística a conservação do português arcaico no país, desde a colonização, não serviu para estancar sua evolução. De acordo com essa leitura histórica a respeito da língua, aqui o idioma do além-mar se transformou e desenvolveu no contato com outros dialetos e línguas: indígenas e africanas, que o configuraram em um outro idioma, que nada mais lembraria o português. Daí a luta política deles para a defesa e a legitimação da autonomia lingüística, cento e quinze anos depois da independência administrativa e política frente à antiga metrópole, da qual a herança mais exterior foi sem dúvida a língua.

O que ecoava no arremate das idéias que sustentavam uma ou outra posição foi um conteúdo muito mais político que técnico-científico que ao longo dessas falas intercambiadas com suas ações, deixa-nos sutilmente observar as opiniões, os projetos e as influências de um ou outro grupo. Essa sutilidade, por sua vez, não nega a forte vibração com que esses discursos foram ditos e sentidos. Se o posicionamento geral dos acadêmicos foi de reconhecer as diferenças do idioma falado no Brasil, a ponto de

⁹⁷ Ainda Tânia De Lucca mostra como essa análise sobre as formas camonianas da língua figurou entre as páginas da *Revista do Brasil*, em sua primeira fase, para os perseguidores de um idioma autóctone para o país, que pregava a conservação dessas formas arcaicas da língua portuguesa pelo homem do interior. Essa visão faz parte principalmente de uma leitura paulista sobre a identidade nacional, que tem em Monteiro Lobato, o seu maior símbolo, mas não o único. Sobre o assunto ver: DE LUCCA, *op.cit.* pp. 246-268.

declararem a permissividade de uma linguagem brasileira, eles não abririam mão de assentarem e acentuarem suas opiniões sobre as bases ibéricas da formação cultural do país, em que o quesito língua denunciava com clareza essa filiação.

Porém, ao longo das inventivas, declarações, artigos publicados, falas e bochichos criados a respeito da nomeação da língua corrente no país, uma tendência se firmou dentro da Academia de Letras. Preferencialmente, é possível percebermos que os imortais tentaram estancar a vasta e arrastada polêmica, dando a nomeação de “nacional” à língua falada e escrita pela população etnicamente múltipla do país – ainda mais com o intenso movimento migratório de fins do século XIX e início do XX – que unificaria e interligaria as várias regiões de um território continental. Essa afirmação é possível ao rastreamos os artigos publicados na revista da ABL. Pouco a pouco, após a campanha depreciativa dos acadêmicos contra a medida dos legisladores da Câmara Distrital do Rio de Janeiro, ao longo de 1935 e 1936, o assunto que era um dos mais correntes pelas páginas da revista, a referência à “língua nacional” foi se destacando. Mesmo que se lembrando da filiação lusa, ao menos ao nível da denominação idiomática, o assunto parecia ter se solucionado entre os imortais.

Chamar o idioma de “nacional” foi uma estratégia que se colava à imagem da identidade perseguida pelos autonomistas, mas que não distanciava da tendência real entre eles de se vincularem ao português e da tradição ibérica para a cultura brasileira. Entre os tradicionalistas vernaculares e os independentistas lingüísticos – que assumiam um “nacionalismo irreverente” aos olhos de alguns imortais, a posição da ABL foi de neutralizar a disputa recorrendo ao termo “nacional”, que foi sendo o preferido entre os imortais. Dessa maneira supunha-se a tomada de controle da situação e resolução do litígio, a partir da instituição e dos seus membros. Se não era possível uma solução definitiva, ao menos à primeira vista tentou-se harmonizar a luta pela nomeação do

idioma e de seus efeitos políticos de reconhecer ou não uma autonomia lingüística do Brasil frente a Portugal. A recorrência a uma *língua nacional* apagara também os contrastes e a “babel” verificada pela população brasileira, composta por um contingente enorme de analfabetos, de colônias estrangeiras no sul que não se assimilaram e não usavam o português como idioma corrente e possivelmente de resquícios de dialetos e línguas indígenas e africanas. A imagem da nação colada à língua também era uma preocupação estatal posta em prática em diversas manifestações em que o esforço de busca de unidade e homogeneidade se fazia necessária.⁹⁸

Mais uma vez, a posição da Academia foi de intervir no assunto, demonstrando sua força coercitiva, imperativa e decisiva para o tema que era importante tanto para a instituição quanto para o resto da sociedade. A posição da ABL foi construída, permitida e transmitida pelos homens de letras que compunham seus quadros. É sobre esses mesmos homens, de carne e osso, e com idéias tão díspares que falaremos mais adiante. Sobre esse fundo de novas imagens, ações, jogos e redes que tentaremos captar os sentidos que acompanham as tramas para as escolhas dos novos nomes que entram para a corporação nos tumultuados anos do início da década de 1930 até o auge do Estado Novo, na primeira metade da década seguinte.

Mas antes não podemos escapar das nuances da aproximação da ABL com esse novo estado de coisas no terreno político em torno de um projeto de nação que lhe permite a participação da instituição e seus membros, com suas sugestões e suas

⁹⁸ Cynthia Machado Campos nos mostra qual foi a postura intervencionista do governo Vargas ante à prática das comunidades germânicas de Santa Catarina de usarem o alemão como idioma corrente do seu dia-a-dia, nas escolas, nos clubes, nos cultos, nos jornais, nas associações recreativas, nas festividades. No caso dos alemães, sua não-assimilação fixava-se na língua como elemento garantidor da permanência de sua ligação com as tradições do país de origem. De acordo com a autora, em 1941, o governo baixou um decreto proibindo o uso do alemão, se referindo mais uma vez ao discurso de que a prática feria a unidade lingüística nacional sempre buscada e acionada pelos intelectuais do Estado Novo. Sobre a construção de um discurso contra o “perigo alemão” que também se apegava contra o uso da língua alemã na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, durante as décadas de 1930 e 1940 ver: CAMPOS, 2006, principalmente as páginas 81-175.

forjações inegáveis. A invenção de uma tradição literária brasileira como reflexo da cultura nacional e do grau de civilização do país sempre foi um exercício recorrente atribuído à agremiação. Como exemplo desse exercício constante dos imortais não há como escaparmos de uma passagem referencial em 1939: o centenário de nascimento de Machado de Assis. O patrono da Academia e segundo ela, o maior ícone literário do país, numa visão heroicizada que se criou a respeito do escritor, principalmente a partir dessa data. Uma imagem que foi talhada na ocasião com a ação tanto da instituição que ele ajudou a fundar quanto do próprio Estado Novo. Não sem méritos, mas com as reservas, faz sentido observarmos esse momento chave, analisando parte do enredo de como se criou e se forjou essa imagem sobre Machado.

2.3– Machado, 100 anos – o homem e a nação

O dia vinte e um de junho de 1839 em algum momento da história republicana – mais especificamente durante o Estado Novo – entrou para os anais da história literária brasileira, por ser a data de nascimento de Joaquim Maria Machado de Assis. Um dos mais cultuados escritores brasileiros que por sua trajetória de vida e pela qualidade da sua forma estilística em suas várias fases, tem os seus méritos reconhecidos aos olhos da sociedade letrada do país que lhe cobriu com os louros por certa idéia corrente de pai de uma genuína literatura nacional. O “menino do Morro do Livramento”, mestiço, órfão de mãe desde criança, fadado a ser um anônimo entre tantas outras biografias que se iniciaram parecidas, foi alçado ao posto máximo do panteão das letras nacionais. Isso dito parece que as palavras estejam marcadas pelo teor das fontes com que tivemos

contato. Seriamente esses elogios se aproximam do perfil dos muitos artigos da revista da ABL e das crônicas diárias dos jornais que reverenciavam Machado, principalmente durante o ano de 1939.

Mas por si só, na tentativa de ser alheio às influências das fontes pesquisadas, a trajetória do escritor é digna de curiosidade e admiração. Devemos lembrar que ao longo da vida o escritor teve que driblar diversas ocorrências difíceis de sua trajetória, a sua origem humilde, a sua orfandade, o fato de ser mestiço, a doença. Nada disso conspurcou a superioridade da sua obra e do reconhecimento que alcançou em vida e postumamente.

Se por um lado Machado de Assis não deixou filhos biológicos, outra paternidade lhe é atribuída: a Academia Brasileira de Letras que foi criada por sua dedicação junto à ação de Lúcio de Mendonça e de Joaquim Nabuco, no *fin-de-siècle*. Além desse patrocinadores de primeira hora para a criação da ABL, juntaram-se outros nomes não menos importantes da intelectualidade brasileira do período. Assim não podemos deixar de responsabilizar essa sua “legítima filha” como uma das promotoras incessantes da mítica em torno da sua figura, na construção intermitente de um privilegiado lugar ao sol nas letras brasileiras ao escritor carioca. Se não mesmo, a Academia criou a figura de Machado de Assis como o próprio pai de uma literatura nacional, talhando sua compostura – a que ele quis que fosse de toda a ABL – como a maneira exemplar de comportamento do homem de letras.

Mas fiquemos reservados aos anos que nos interessa e propriamente às comemorações, em 1939, do centenário de nascimento de Machado. Vale ressaltar a aproximação da corporação dos literatos e o Estado varguista, onde a tentativa foi de recompor parcialmente a articulação das duas instâncias para que a celebração tornasse um evento de promoção tanto do escritor, quanto da Academia Brasileira, quanto

também de reconhecimento positivado das letras nacionais pelo Estado, a partir da figura e da biografia de Machado. A passagem da efeméride seria assim em evento tomado como mais um para alimentar e suprir a atmosfera nacionalista de então. É junto à imagem e da representatividade da identidade nacional no âmbito da cultura literária, que se inscreve o evento do centenário do escritor, em que os acadêmicos tiveram papel de peso junto aos órgãos governamentais, principalmente o Ministério da Educação, capitaneado por Gustavo Capanema.

Próximo às celebrações do centenário, entre os acadêmicos a preocupação com a passagem passa a ser de sua inserção nas datas oficiais dedicadas à comemoração dos atributos nacionais em todas suas características: sociais, culturais, históricas, pessoais, fundacionais. Em fins dos anos 30 e início da década de 1940, a incorporação de novas datas no calendário oficial vai ser uma tendência real. Os exemplos nos saltam aos olhos, como a comemoração do aniversário de Getúlio Vargas, o Dia do Trabalho, o Dia da Raça, o Dia da Pátria, o Dia da Bandeira, dados como momentos chaves de representação do regime assim como da nação personalizada em torno da figura do presidente da República e do povo. Esse último transformado numa entidade abstrata e generalizante que toma fôlego, legitimidade e forma nos discursos produzidos no período e durante a ocorrência desses eventos. O povo idealizado era personificado na figura do trabalhador urbano que foi o principal agraciado com os avanços sociais que a legislação trabalhista previa. O restante das camadas populares – os camponeses, os subempregados, os malandros – foram relegados e excluídos das imagens representantes do povo, essa entidade mítica e abstrata, mas sempre referenciada.

Quando da passagem do centenário de Machado de Assis a tendência não foi outra do que recheiar os eventos comemorativos para a ocasião da atmosfera reinante do momento: a idéia de nação e do quê e quem a fazia representar e torná-la compreendida

ante ao corpo dos habitantes que a ela pertencia teoricamente. Ou ao menos para parte dessa população, possivelmente a camada letrada e com acesso a bens culturais e intelectuais que o restante da sociedade estava excluído de compartilhar, aceitar e compreender, visto a alto índice de analfabetismo. Mas essa mesma parte excluída não demorou em criar e inventar outras formas de manifestações culturais e artísticas que pouco a pouco foram entrando na composição plural e multiforme da idéia de nação brasileira, como é caso do samba. O mesmo samba que o acadêmico Pedro Calmon não levava muito a sério e incapaz de dar conta da representatividade dessa mesma nação, tal como vimos páginas atrás. O que vale mais uma vez ser mencionado para lembrar do equívoco das percepções e previsões do escritor baiano, membro da tradicional Academia de Letras.

Voltando ao tema desse subcapítulo, não podemos perder de vista, as regras para mais um desses pontos da invenção da tradição literária do país. Era corriqueira entre os rituais da Academia, a prática incessante dessa criação, rememoração e promoção dos escritores do país, alçados ao panteão das letras nacionais. A prática de inventar e reinventar uma tradição literária brasílica tinha nos momentos de posse dos novos ingressos no cenáculo como um dos pontos altos e mais estimulantes. Isso porque a regra consistia que o discurso do novo membro deveria se dá primeiramente no elogio do antecessor de cadeira a ser ocupada. Caso houvesse necessidade e desejo do novo imortal, esse poderia percorrer todos os ocupantes que passaram pela cadeira a qual ela acabava de se empossar. E ainda, para tornar o ritual mais completo e mais longo, a referência podia ir até ao patrono da mesma cadeira. Esse ato permitia primeiramente uma filiação na qual o escritor que acabava de chegar à Academia pudesse se inscrever e se inserir, demonstrando suas credenciais para a participação no local. Um círculo de autores lembrados e considerados numa linhagem lógica e contínua da tradição literária

nacional, exemplificada e culminada na própria ABL, era a mensagem subliminar desses momentos rituais⁹⁹.

A ocasião da posse também tem das suas características de rito de passagem. E a prática de percorrer os antigos ocupantes da cadeira tornava explícita a aceitação do recém-chegado no círculo literário. O seu discurso criava e recriava as imagens dos personagens que compunham o campo intelectual em uma longa duração e que também eram partícipes da tradição cultural e literária do país, segundo a lógica da Academia e dos seus acadêmicos. Além dos momentos de posse, as comemorações da passagem dos aniversários de nascimento ou da morte de ex-membros da ABL, ou mesmo homens que não figuraram no rol dos seus quadros, vivificava a imagem de uma tradição literária. Os necrológios eram peças importantes para reservar um lugar de memória entre os literatos passados, também alçados ao panteão das letras nacionais pela força das palavras desses elogios fúnebres. Essa rememoração constante praticada pelos imortais tinha o objetivo de dar continuidade e sentido à linhagem cultural do Brasil, desde a colônia até à década de 1930, momento o qual eles mesmos se inscrevem nessa linha contínua, una e inquebrantável da literatura nacional.

Assim a celebração do centenário de Machado não escapava dessa ritualística comum e usual dentro da ABL. Porém por ser um momento excepcional esperava-se algo muito mais substantivo e pomposo. Ainda: a seriedade e a força imperativa do nacionalismo caía como uma luva para os propósitos de firmar uma tradição literária que tinha em Machado o ponto de enlace, de síntese e de excelência dos atributos da

⁹⁹ El FAR analisa os momentos de recepção dos novos ingressos à Academia e da oportunidade das ocasiões imprimirem um efeito de tradição à instituição ao ligar os tempos pretérito e presente, já que o novo acadêmico poderia fazer apreciação elogiosa dos ocupantes da cadeira e também do patrono, tentando-se se inserir à linhagem acadêmica. Sob a luz dos conceitos de “constância” e de “exigência de filiação”, tomados de Levi-Strauss, a autora percebe que as recepções na ABL forneciam dados para a composição artificial de uma genealogia estabelecendo a noção de sucessão e continuidade entre os seus sujeitos. El FAR, *op.cit.* pp. 181-263.

cultura literária do país. Podemos exemplificar em poucas linhas como a idéia de nação pode se associar facilmente a um literato ou outro em vários cantos do mundo: se a Espanha tinha o seu Cervantes; se Portugal o seu Camões; se a França, o seu Rabelais; se a Inglaterra, o seu Shakespeare; a Alemanha, o seu Goethe; a Rússia, seu Dostoievski; outros países do mundo também correram legitimamente em forjar uma tradição literária nacional e eleger os personagens representativos dela, como demonstração da excelência de suas culturas e da capacidade intelectual de seu povo, sintetizados na obra e na biografia dos literatos eleitos. A pretensão dos acadêmicos ao celebrar o centenário de Machado se inscrevia nessa expectativa.

No caso do Brasil, dentre a curta gama de escritores disponíveis, Machado de Assis foi um dos eleitos para essa investida durante a década de 1930. Essa espécie de consagração permanente, exercitada com a invenção de uma tradição literária produzia o efeito de tapar o vazio existente no terreno do pleno desenvolvimento cultural do país. Criava-se com isso um efeito ilusório e aparente de uma constância intelectual histórica traduzida numa linhagem de escritores, permitida e sancionada pelos imortais da ABL, mas desapegada da realidade da grande maioria da população, em sua maioria analfabeta e sem acesso a bens culturais e ao deleite e entendimento da arte literária.

Mas como reflexo do período em questão, no auge do discurso nacionalista, o evento do centenário se fundamentou dentro dessa lógica nacionalizante que encobriu o feito. As tentativas de se criar um patrimônio material e simbólico de representatividade da nação, na tradução dos seus costumes e tradições, é uma idéia-força daqueles anos. E muito embora algumas ações governamentais sejam explícitas nesse sentido, como a criação do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937 – eles não dão conta de abarcar tudo e nem suas intenções são plurais o suficiente para levar adiante o projeto cultural para a nação. No caso do SPHAN, a busca pela

monumentalidade e a excepcionalidade patrimonial arquitetônica, na incipiência desse serviço no país, deixava para outros espaços a ocupação de fundar e ampliar o corpo de símbolos para a nação, no alinhavar das peças que formariam o complexo quadro de representação nacional. A passagem do centenário de Machado se colou, então, na busca e na possibilidade de alçá-lo a esse espaço monumental de símbolos, lugares, datas e nomes sintetizantes das potencialidades criativas, da singularidade natural, da trajetória formativa da sua população, da superação histórica e da excelência cultural do país. Um país que se queria novo, moderno e voltado para o futuro sem esquecer suas tradições seculares, mesmo que fosse preciso forjá-las, ou melhor, inventá-las.

Seguindo os movimentos de promoção dos festejos do centenário de Machado de Assis, que obviamente deveriam partir da ABL, o Estado varguista também fez das suas investidas para ter participação e até mesmo gerir as comemorações. No entanto essas intenções não eram arbitrárias e descoladas da agremiação. Longe disso, lado a lado, em ações conjuntas que se completavam, o Ministério da Educação e a Academia Brasileira de Letras agiram em parceria para a realização dos festejos e dos eventos celebrativos. No início de 1939, temos a medida das reais intenções do governo para as comemorações, a partir do decreto federal assinado em 31 de janeiro que trazia as premissas para organização dos eventos¹⁰⁰.

A Comissão encarregada da organização sugeriu uma série de medidas abrangentes para dar destaque às comemorações dos cem anos do “bruxo do Cosme Velho”. Um programa sugestivo, que foi amplamente discutido e que trazia as seguintes ações a serem contempladas pelo executivo nacional:

¹⁰⁰ O texto do decreto presidencial é o que se segue: “Art. 1º - O Governo Federal comemorará no corrente ano, de modo condigno, o primeiro centenário de nascimento de Joaquim Maria Machado de Assis. Art. 2º - O Ministério da Educação designará uma comissão de sete membros para organizar o plano de comemorações. Art. 3º - A comissão referida o artigo anterior poderá sugerir ao Governo Federal que comemorações da mesma natureza, sejam no corrente ano, realizadas a outros grandes vultos da história brasileira. Art. 4º - Essa lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogados as disposições em contrário”.

- “1) *Realização de uma exposição machadiana, na Biblioteca Nacional, organizada pelo diretor desta e pelo do Instituto Nacional do Livro;*
- 2) *Publicação pelo INL de uma edição crítica das obras completas de Machado de Assis, numa tiragem de três mil exemplares;*
- 3) *Publicação pelo INL de uma edição de livro ilustrada de tiragem limitada, de três volumes de Machado de Assis: um de conto, um de poesia e um de romance, que será Dom Casmurro;*
- 4) *Criação de prêmios literários em homenagem à Machado de Assis: a) prêmio nacional de literatura, no valor de cinquenta contos, a ser distribuído, trimestralmente, a autores de vários livros de notável excepcionalidade cultural; b) O prêmio Machado de Assis, no valor de dez contos, a ser conferida à obra publicada, a cada ano, em primeira edição de alto valor cultural;*
- 5) *Publicação em espanhol, francês e inglês de romances de Machado de Assis;*
- 6) *Realização, nesta capital, de uma conversação sobre ‘O espírito brasileiro e sua evolução’;*
- 7) *Emissão de um selo postal comemorativo da grande data da literatura brasileira;*
- 8) *Publicação do INL de volumes contendo a bio-bibliografia de Machado de Assis.”¹⁰¹*

No rol dos planos para a comemoração machadiana, outros nomes foram destacados para serem reverenciados, na passagem de seus centenários durante aquele mesmo ano. Autores como o Tavares Bastos, Clementino Fraga, Tobias Barreto, que

¹⁰¹ “O centenário de Machado de Assis”. *Dom Casmurro*. Edição comemorativa de 2º aniversário dedicada a Machado de Assis. Rio de Janeiro. 20/05/1939. p. 16. Anterior ao programa transcrito acima, o autor do artigo comentava, com entusiasmo, a situação: “*Estamos evoluindo. Em tudo, por tudo. Como povo e como Nação. Como cultura e como inteligência. Foi-se o tempo que os intelectuais eram encarados como inúteis à sociedade e ao Estado. (...) O exemplo está aí, e agora, nos centenários que comemoramos este ano. Nunca em nossa história literária, um escritor mereceu do governo a gentileza de um decreto a seu favor. É a primeira vez que isso acontece (...)*”.

também deveriam ser lançados ao relicário da nação. No entanto os centenários desses homens se fizeram com relativo fracasso, sem os promoverem a uma popularização maior de suas biografias, visto as celebrações terem sido bem menores e os seus atributos menos atraentes, se comparadas às celebrações machadianas.

Por sua vez, o que se reservou às comemorações dedicadas a Machado foi digno de um festejo nacional, tal como se esperava e se pretendia. Uma data nacional para um escritor nacional, o melhor e mais excepcional entre todos na concepção que se firmava na ocasião, uma idéia fixada pelos discursos auferidos e pelas ações produzidas pelos imortais. A variedade de eventos comemorativos dedicados ao patrono da Academia não se encerraram com o programa governamental. Junto às ações oficiais, a Academia tomou a frente em outras partes que completavam a ocasião festiva. Na data de aniversário de Machado, 21 de junho de 1939, uma sucessão de ações para a celebração da passagem histórica.

Levi Carneiro, em artigo da revista da ABL, comentava os aspectos da celebração dos vários centenários de 1939. Percorria a gama de nomes daquela geração a serem lembrados: Tavares Bastos, Tobias Barreto, Carlos Comes, Carneiro Ribeiro, Floriano Peixoto, Pedro Luiz e Machado. O espírito dos comentários de Levi Carneiro foi o de promover uma ligação entre os dois momentos: 1839 e 1939, cobrindo as aproximações entre os dois contextos. Se o jurista lembrava o ano de nascimento desses homens às vésperas do golpe da maioria de Dom Pedro II, ele validava aquele momento como o início da centralização política e salvacionista do Segundo reinado que estancara os exageros do federalismo do período regencial e suas insurreições provinciais. Nas palavras de Carneiro, o papel atribuído à centralização política que o reinado de Pedro II trouxera, estava muito próximo àquele que o Estado Novo estava pondo em curso, que prezava um poder forte contra a tradição descentralizada da

Primeira Republica, confirmando a idéia da nação uma, forte e indivisível sob o comando de um líder.

Pelo visto, os ingredientes dos discursos celebrativos tinham a tônica especial, tanto das características políticas do período em questão como também da combinação com ações forjadoras de uma identidade nacional e na fixação de imagens, símbolos e personagens que a suprissem. O mesmo Carneiro não hesitava em prognosticar a marca e o efeito que as comemorações daquele tipo promoviam. Em certa altura do seu discurso, lido na Academia em 29 de outubro de 1939, ele reforçava:

“As nações e a humanidade, porém quando atravessam crises, como a atual, cobram alento, recordando o passado, averiguando as origens profundas e remotas de sua grandeza e da sua fôrça. Sómente assim têm o sentimento da estabilidade de sua estrutura. (...) Não se improvisam nacionalidades. Só lhes dá vida duradoira a lenta, profunda estratificação das idéias, das crenças, das realizações; a vinculação espiritual prolongada”¹⁰²

O tom do discurso é categórico em recorrer à “vinculação espiritual” como laço indissociável da composição da identidade nacional brasileira. Para o autor, somente os altos espíritos das letras de outrora poderiam ser atribuídos de uma ligação com o presente, onde a nação tornava-se explícita, na ótica dos homens à frente da ABL. A indicação do nome de Machado de Assis confirmava a tendência de se construir essa tradição a partir dos aspectos da vida e obra de alguns escritores do passado capazes de representar a origem da identidade nacional. O itinerário do escritor de *Brás Cubas* cumpria esse papel que tentava definir um espírito literário do país. As celebrações em

¹⁰² CARNEIRO, Levi. “Os centenários de 39”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jul.a dez./1939. vol. 58. pp. 200-01.

torno do seu nascimento combinavam estrategicamente ao ambiente dos anos 30 e com discurso e as práticas em torno da nação que eram imperiosas. O vazio de projetar-se um literato nacional emblemático da cultura e das características do país – com seus dilemas e dramas, com seus vícios e vicissitudes, com suas máculas e esperanças – se respaldaram em Machado de Assis como a peça que faltava a essa estrutura nacionalizante.

Por outro lado, vemos que os festejos ou as menções em torno da passagem se estenderam por todo o país. Acompanhado as crônicas jornalísticas sobre as comemorações específicas do centenário de Machado, vemos que houve eventos e reverências populares e oficiais a respeito da passagem em diversos cantos do Brasil. Em Goiás, na Bahia, em São Paulo, em Pernambuco, em Minas Gerais, no Maranhão, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, vêm-se notícias de manifestações de celebração da data, transformada àquela altura como efeméride nacional¹⁰³, abarcando todos os estados para promover-se a cultuação de um escritor alçado simbólica e artificialmente à representatividade máxima da literatura do país, unindo, de norte a sul, de leste a oeste, a reverência em torno do escritor, refletindo a unidade nacional, sempre perseguida.

¹⁰³ São centenas de notícias entusiastas do evento que se tem na imprensa de todos o país, desde o início do ano de 1939, preparando a opinião pública para as celebrações machadianas até a ocasião das festas, em junho daquele ano. Ver por exemplo: “Todos os escritores do Brasil numa homenagem a Machado de Assis”. *O Globo*. Rio de Janeiro: 08/03/1939.p. 01; “Machado de Assis”. *Correio Oficial*. Goiânia/GO: 12/03/1939. p. 04; “Centenário de Machado de Assis – as comemorações da Academia Carioca de Letras”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: 12/03/1939; “Homenagem argentina a Machado de Assis”. São Paulo: *A Gazeta*. “O centenário de Machado de Assis”. *A Opinião Pública*. Pelotas/RS: 12/04/1939; “As comemorações desse ano: aprovado o plano para a comemoração do centenário de Machado de Assis”. *Correio da Manhã*. Porto Alegre: 12/04/1939. pp. 01-02; “O Brasil e Machado de Assis”. *O Globo*: Rio de Janeiro, 01/03/1939. pp. 01, 04. “Machado de Assis”. *Vanguarda*. Rio de Janeiro: 03/03/1939. “O Primeiro centenário de nascimento de Machado de Assis”. *Correio Paulsitano*. São Paulo: 07/02/1939. pp. 01, 08-10; “Centenário de Machado de Assis”. *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 07/02/1939; “O Centenário de Machado de Assis – o estilista fundador da Academia Brasileira de Letras receberá de nossa geração as homenagens que sua memória impõe” *Diário da Manhã*. Ribeirão Preto/SP: 08/02/1939. pp. 01, 05, 06; “Os escriptres nacionaes”. *Folha da Noite*. São Paulo 06/02/1939. p. 01, 05 – 07. “O Mez de Machado – as comemorações organizadas pela PRD- 2- Radio Cruzeiro do Sul”. *A Batalha*. Rio de Janeiro: 28/05/1939. pp. 01, 04, 05.

Curiosamente o estado do Rio Grande do Sul, foi o que mais se destacou fora do circuito de eventos celebrativos que ocorreu na capital federal sob a ação do governo e da ABL. O interventor do estado sulino, coronel Cordeiro de Faria, foi o patrocinador de diversos eventos oficiais na capital gaúcha em homenagem a Machado. Conferências, publicações, concursos literários foram algumas das ações ocorridas no estado do sul, assim como em outros pontos do país.

No Rio de Janeiro, durante a sessão solene no *Petit Trianon*, em 21 de junho de 1939, o ministro Gustavo Capanema, ressaltava, em poucas palavras, o caráter com que o Estado Novo encarava a passagem. A justificativa sobre os sentidos da intervenção do governo nas celebrações se apoiava em duas frentes. Primeiro pelo caráter da excepcionalidade da obra do autor e da sua figura moral. A outra noção se respaldava pela representatividade nacional que Machado encarnava. Capanema dizia, em alto e bom som: “Si Machado de Assis é o maior escritor brasileiro, e si pudemos tomá-lo como a figura mais representativa da cultura nacional, é porque na sua obra circula o sangue do nosso país e porque com ela todos os homens poderão se entender”¹⁰⁴. No entanto, o ministro avaliava que se os escritos machadianos estavam ligados essencialmente às bases nacionais, a sua literatura – que também era patrimônio do país, segundo o discursos do ministro – não se privava de também ser universal, capaz de exprimir “os mais finos sentimentos e idéas de todos os homens e a imensa lição de sabedoria que dela decorre”.

Mas as amarras em torno de Machado de Assis e uma pretensa nação brasileira não param por aí. Outro trunfo que Machado de Assis trazia para os conteúdos temáticos da identidade nacional era a questão étnica que não passou despercebida sob a

¹⁰⁴ CAPANEMA, Gustavo. “Centenário de Machado de Assis”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jan. a jun/1939. vol. 57. p. 18-19.

luz das análises feitas na circunstância dos eventos pelo seu centenário natalício. No entanto, os pontos de vista são favoráveis ao mestiço Machado. A genialidade com que primaram o autor e as renovações sociológicas do período permitiu tomá-lo como homem síntese do processo de mestiçagem com que era caracterizado o país. Sem objeções sobre o literato, o acadêmico Antônio Austregésilo palestrando em uma das reuniões da série programada na ABL sobre o centenário de escritor, fala sobre a “mescla racial” do autor, redobrando a atenção contra as posturas eugênicas de alguns escritores sobre a população brasileira. Algum deles até mesmo seu colega de Academia, como é o caso de Oliveira Vianna, que ainda em 1939 não havia tomado posse, mas havia sido eleito em 1937 para o cenáculo. Sobre a ascendência portuguesa e negra de Machado de Assis, o acadêmico estabelecia a possibilidade de alçá-lo como mais um dos pontos positivos da representatividade da sociedade nacional que o “bruxo do Cosme Velho” simbolizava com sua força e importância literária e também pela sangüinidade. Austregésilo aproximava sua leitura em análises mais afeitas à percepção que o problema que pesava sobre a população nacional não era sangüíneo, tal como muitos teóricos, com “mania de Gobineau” sustentaram. A qualidade literária da obra machadiana e a excelência intelectual do autor foram tomadas como síntese da nação brasileira porque Machado era mestiço e poderia desmentir os resquícios das teorias racialistas de outrora.

Do ponto de vista do imortal o problema estrutural dessa falha social era o desleixo das classes políticas que não garantia a essa grande parte da sociedade o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ou seja, a ineficácia ou inexistência de um rede de proteção social do Estado, o que só aquela altura estava em curso. Austregésilo era categórico em afirmar que o Brasil apresentava-se como “grande desmentido dos

preconceitos científicos dominantes”, um discurso que achava improvável o nível elevado do intelecto de sociedades mestiçadas, como a brasileira.

A reverência aos cem anos de Machado produziu uma oportunidade de ascensão desses discursos vindos também da ABL que se consoam com outras análises de revisão das ciências humanas sobre o caráter psicossocial da sociedade brasileira. A lógica dessas assertivas derivava de uma postura intelectual capaz de destronar o complexo de inferioridade que as análises raciológicas, predominantes no início do século XX, lançavam para o Brasil. Uma contribuição que se cola ao imaginário criado sobre a nação e através dos discursos, ações, projetos, obras, a nação foi revisitada e reconfigurada sob o prisma de valorizar e de reestruturar num conjunto lógico os ícones permitidos e necessários à sua existência e sua representação.

Na lógica desses discursos um Machado de Assis como símbolo literário da nação reforçava a idéia de um amálgama das etnias formadoras do país, que não era só de caráter étnico, mas representava a capacidade de brilhantismo intelectual que o processo de mestiçagem provocou ao país. Por essas análises traçadas no rastro do centenário do escritor, o seu destaque enquanto literato renomado mundialmente e da excelência nacional e universal de sua literatura ampliaria o efeito positivo que tentava se impor ao país e ao seu povo. Além do mais é preciso ressaltar o lugar de memória reservado a Machado de Assis que se aproximava ao espaço aberto no terreno da identidade nacional e a quem que fosse possível remeterem a uma tradição literária brasileira. Com isso, garantia-se o aspecto positivo do país, mesmo que ao custo dos silêncios sobre outras realidades deficitárias, como o analfabetismo sistêmico, as poucas escolas e universidades e o pouco destaque do campo literário, salvo pela obra e vida de um ou outro escritor.

Machado de Assis, ao celebrar-se os seus cem anos de nascimento, supriria temporariamente e artificialmente essas faltas, principalmente ao tornar-se representante maior da literatura nacional – ambicionada a ser genuína, singular mas participante do mundo – creditando o Brasil a fazer parte do concerto das nações respeitáveis, também a partir do critério cultural.

A Academia e seus “quarenta” - os clássicos, os modernos e Getúlio

“A existência de instituições como a nossa não encontraria justificção plausível , no conjunto das atividades sociais, se limitássemos a sua esfera de ação à tarefa de selecionar e consagrar, dentro das fronteiras do país, as glórias literárias”.
(Discurso de posse de Getúlio Vargas na ABL, em 30 de dezembro de 1943)¹⁰⁵

“A Academia Brasileira não é benquista entre os que escrevem.
São tantos... e é só quarenta lugares. Donde exclusões, algumas injustas, todas acompanhadas de malquerença.
Além disso, para os que não escrevem, desafeição!”
(grifos nossos)¹⁰⁶

Originalmente, teria sido essa Academia (...) refúgio para os espíritos fatigados de política. Para corrigir o mal, a Academia atraiu homens da política e, em geral, homens de ação pública. (...) Aproximou da inteligência e da cultura, homens públicos; aproximou da realidade social, poetas e romancistas. (grifos nossos)
(Discurso de posse de Levi Carneiro, em 07 de agosto de 1937)¹⁰⁷

Na luta e no movimento de expectativas lançadas durante a década de 30, os homens de letras talharam várias imagens representativas de suas capacidades e possibilidades e com os acadêmicos não foi diferente. Parte considerável da intelectualidade brasileira se portou ativamente no espaço aberto pela renovação política por que passara o país, se enquadrando – uns mais outros menos – com a situação de

¹⁰⁵ VARGAS, Getúlio. “Recepção do sr. Getúlio Vargas”. (Discurso de Posse). *Revista da Academia Brasileira de Letras*. v. 66, jan. a jul/1944. p. 232.

¹⁰⁶ PEIXOTO, Afrânio. “Publicações Acadêmicas”. *Folha da Manhã*. Rio de Janeiro: 05/03/1936. CAP – Coleção Afrânio Peixoto.

¹⁰⁷ CARNEIRO, Levi. “Recepção do sr. Levi Carneiro”. (Discurso de Posse). *Revista da Academia Brasileira de Letras*. v. 54, jul. a ago/1937. p. 12.

crescimento do aparelho estatal que abarcava para a sua área de atuação os problemas relativos à cultura e às artes, por exemplo. O clima de rompimento com a ordem fragmentada, descentralizada e dita “anti-nacional” do primeiro período republicano, como era efetuado pelos discursos dos novos atores políticos, abria vazão e espaço para que novos personagens viessem à tona e tomassem a dianteira das transformações por que passava o país e às muitas mudanças que se anunciavam.

Contudo é válido lembrar que não é o campo político que capitaneia e delibera a respeito das ações cabíveis pelos intelectuais. Também há uma fluidez considerável entre as partes para que possamos estabelecer fronteiras seguras e firmes entre as duas alas: a dos políticos e a dos intelectuais. Todo esse cenário nos conduz a um emaranhado de ações, a uma rede de nomes e um mosaico de perspectivas que alimenta um curioso colorido do que ocorrera nos anos que se seguiram ao movimento de 1930. No curso desse período, as esperanças lançadas ao futuro, suscitaram de fato, a ação sistemática dos escritores, jornalistas, artistas, políticos brasileiros que partiram, sem barreiras, para o campo de ação.

E se os espaços de consagração e reunião dos intelectuais são, realmente, organizações que pretendem representar suas disposições, objetivos e programas, a elas foram lançadas demandas e perspectivas impensáveis anos antes. A Academia Brasileira, o Museu Nacional, as poucas universidades do país, celebraram o momento e armaram suas investidas para agitarem e se promoverem.

Cada um desses lugares agiu à sua maneira e com os quadros humanos com que eram compostos, além das pretensões que tinham em mente não ficando imunes ao contexto de reconstrução de uma nova ordem e, por consequência da reconfiguração da identidade nacional do país. Além disso, ao seu modo e com suas contribuições, esses lugares firmaram e agiram em meio à criação das características da nova ordem em

fermentação e dos tempos porvir. No Brasil e no mundo, os anos 30 aparecem como esse momento de inflexão e de impasse que atinge o universo da política, da cultura, das artes, da economia, da tecnologia, do progresso científico, das relações internacionais. A década que se inicia com os efeitos estarrecedores e traumáticos do *crash* de 1929, termina com o estopim de mais um conflito mundial. Entre um momento e outro, o mundo se transformou e se dilacerou. Mas se antigas coisas continuavam, as fórmulas mudavam... E os homens também se transformavam.

Os intelectuais brasileiros portaram-se ativamente durante o período em questão, sacudindo o papel secundário e coadjuvante que lhes foi reservado nos anos da Primeira Republica. Os novos tempos de permanência de Getúlio Vargas no poder foram, gradativamente, estimulantes para os homens de letras. Muito embora se verificasse de maneira crescente a força do autoritarismo e o clima de indisposição com a diversidade de opiniões e com a fragmentação das ações que contrariassem a exigência de unidade em prol de um projeto nacional. Dia após dia, o Estado brasileiro se tornava gigante por meio de uma estruturação burocrática de investimentos e de intervenção que também atingia a área cultural. E em meio às novidades, a participação e a diretiva dos intelectuais à frente desses projetos vão se desenhando de forma nítida. Ainda que não esqueçamos do caráter ambivalente, centralista, antidemocrático, elitista do difuso e incipiente projeto para o terreno cultural e artístico do país que se deu pelas mãos do Estado e pelas cabeças e corações de alguns intelectuais.

Mas uma pergunta fica no ar, sempre que lidamos com os intelectuais desse período e sua participação junto às esferas do Estado e do governo: quem são esses homens de letras que dedicados à literatura, à difusão cultural, às artes, ao burburinho cotidiano dos diários e dos periódicos? Como e por quê participaram junto ao Estado nas várias ações que este patrocinou? Todos juntos estabelecem, de fato, um campo

intelectual? E mais, como agiram em torno da produção de um projeto político cultural finalmente exequível e o que fizeram para promoverem a consecução desses projetos? As ambiciosas perguntas pedem respostas. Pensemos a respeito, mas não nos esqueçamos dos limites aqui propostos.¹⁰⁸

Muito embora, reconheçamos a dificuldade em analisar os intelectuais como atores do político, visto as mutações, a instabilidade dos contornos da categoria, e da sua dispersão, não podemos deixar de nos lembrar dos lugares de reunião e de associação dos mesmos como forma de facilitar a análise de suas ações¹⁰⁹. Como já vimos anteriormente, em várias passagens, a Academia Brasileira de Letras durante seu processo de constituição e consolidação tentou reservar para si o papel de local privilegiado de consagração do campo intelectual do país, o que nem sempre foi compreendido e totalmente aceito e compartilhado. Além dessa tarefa primordial a instituição se formou como um templo de produção de paradigmas a serem considerados para as atividades literárias e na tentativa de impor regras à ortografia. E mais: assumia ações no sentido de valorizar a língua, de estimular e divulgar a produção literária do país e possibilitar uma solidariedade intelectual entre o meio literário, lançando demandas e pressões no sentido de dar um “lugar ao sol” respeitável e privilegiado para parte do campo intelectual que se formava e ampliava-se.

No entanto, pertencer ao cenáculo das letras reservava para os candidatos que pleiteavam uma vaga, um efeito muito mais além do que a representação social dos

¹⁰⁸ Parte considerável da literatura sobre os anos Vargas constantemente se investe de parte desses questionamentos à busca de respostas sobre o papel que tiveram os intelectuais durante esses anos. As obras referencias para lidarmos com a atitude que tiveram os intelectuais naquele contexto são muitas. As que aqui foram levadas em conta, são MICELI, 1979; PÉCAUT, 1990; GOMES, 1999; BOMENY, 2001.

¹⁰⁹ Compactuamos com as recomendações levadas em conta por Jean-François Sirinelli que alerta também sobre o caráter polimorfo e polifônico da noção de intelectual, que desemboca em duas acepções possíveis: uma ampla e sociocultural, ligada aos criadores e mediadores culturais e outra ligada ao engajamento. Mesmo lembrando que essas acepções sofrem mutações constantes no correr das décadas e permitem, ou não, a admissão de um ou outro ator na categoria de intelectual. Ver: SIRINELLI: In: REMOND, *op. cit.* . pp. 242-48.

papel de intelectual. Se tomarmos os anos 30 do século XX, a atitude intelectual incorpora funções muito mais amplas, que flertavam com o universo da política *strictu sensu*, sem nenhum constrangimento ou pecado. O afastamento entre os dois campos, o político e o intelectual, marcadamente presente nas décadas da Primeira República, foi se desvanecendo no período em questão. E a Academia de Letras do país, foi um dos espaços para onde ocorreu parte dos homens que formavam esses campos, ansiosos por usufruir dos efeitos simbólicos e das benesses materiais de pertencer à instituição, que acabava por somar dividendos políticos e intelectuais.

Se o engajamento social dos intelectuais da geração de 1870 – os mesmos que criaram a ABL – foi desestimulado e abafado pelas feições que a classe política quis dá à cara da República proclamada em 1889; nos anos 1930, com a reviravolta política por que passou o país, houve uma gradativa permissividade e trânsito entre as duas forças, cada uma contribuindo, à sua maneira, para as novas configurações que se deram nas ações do Estado brasileiro nas diversas áreas em que se meteu. Fosse no processo de redefinição econômica com início de uma industrialização mais sistemática, fosse ainda na expansão burocrática com vistas a uma racionalização modernizante da administração pública, e por fim atuando na construção de um aparato material e simbólico que permitiria o delineamento de uma nação promissora.

Nesse ínterim, as imagens positivas e negativas que foram se desenhando a respeito da ABL, não permitiam que o cenáculo e seus membros passassem incólumes durante a década de 1930 e 1940 aos olhos dos seus contemporâneos. O que aqui será tentado e desvendar parcialmente as condições criadas com os novos eleitos à imortalidade durante esses anos. Quem são os nomes que são permitidos para a Academia Brasileira de Letras durante esse processo de mudanças reais em todos os lados? Por que esses homens são eleitos para a ABL e qual o peso, simbólico ou real,

que têm suas participações em um lugar tão estranhamente atrativo e curioso, tal como é vista a instituição?

De fato, existiam razões substanciais que atraíam para a Academia, vários nomes do campo intelectual do país. Razões como o reconhecimento intelectual, o acesso facilitado às editoras do país, que recebiam de portas abertas os acadêmicos, por que era sinal de lucro. Além disso, existia a possibilidade de no momento da eleição para a instituição, o episódio impulsionar algumas carreiras literárias estacionadas ou anônimas, visto a intensa exposição na imprensa do país, que cobriam de perto toda a movimentação e o burburinho dos pleitos. Por outro lado, é cabível indicar a questão financeira como um grande chamariz para as vagas abertas na instituição, uma vez que havia o recebimento de *jetons* aos membros ativos nas atividades da instituição e os honorários recebidos pela participação nas várias comissões de trabalho da ABL, como a do Dicionário e a das Comissões Julgadoras dos concursos literários anuais promovidos pelo lugar.¹¹⁰

Também é possível levar em conta que a entrada na corporação teoricamente, permitia a lembrança e a menção permanente ao escritor, mesmo *post mortem*. Essa possibilidade era justificada pela tradição da instituição na promoção dos seus membros a um intermitente circuito de nomes que passaram pelo local. E considerando a possível perenidade da ABL, estava preservada em algum espaço, a memória da passagem em vida do homem e da sua obra, sustentando assim a noção virtual da imortalidade, que tem um sentido simbólico de grande atração para os mortais fadados ao completo

¹¹⁰ Em artigo de Afrânio Peixoto, ele lembrava, em tom de zombaria, que a Academia de Letras não era benquista por parte do campo intelectual, associando essa “antipatia” a uma falsa imagem criada sobre a instituição, por conta, principalmente, do recebimento dos *jetons* pelos acadêmicos: “O brasileiro aplaude o abnegado, justiça o interesseiro; mas não tolera que tendo notoriedade não se morra de fome. Não admite as acumulações, ainda os mais renumerados... Pois não é demais ter talentos, e ainda ordenado. O ordenado da Academia é bem parco, de servente, de repartição, pouco mais de meio conto de réis por mez, mas ainda assim é demais. Dahi a antyphatia aos acadêmicos, e à Academia. O livreiro Alves fez mal de morte à essa pobre associação literária. (...)”. “Publicações Acadêmicas”. *Folha da Manhã*. Rio de Janeiro. 05/03/1936. p. 07. CAP – Coleção Afrânio Peixoto.

anonimato após o falecimento. Somadas todas essas possibilidades não há como eleger uma ou outra como a principal das que chamavam a atenção dos literatos, políticos, intelectuais do país que se lançaram a ser um dos acadêmicos, ou melhor, na concepção corrente entre os participantes da ABL, a ser um “imortal”.

Os poucos fundadores da instituição que ainda restavam entre os anos 1930 e 1940 vão sair de cena, abrindo definitivamente o espaço para uma de renovação e de relativas mudanças de rumo e de realinhamento de forças e pretensões acadêmicas. Nesse curto espaço de tempo a ABL teve a morte rondando regularmente por perto e levando muitos dos seus membros.¹¹¹ As substituições que se fizeram com as eleições de novos nomes para assumirem as cadeiras vagas mudaram gradativamente a fisionomia da instituição e isso refletiu nas novas ações promovidas pela ABL e da sua aproximação estratégica – de subentendida a escancarada – com o Estado. Uma situação que assumiu contornos cada vez mais nítidos até a culminância da eleição de Getúlio Vargas, em 1941, como já dito. Mas ela também se fez por outros caminhos e realizações. Nomes de peso do campo político brasileiro vão entrar para instituição durante o curto espaço de tempo, entre 1931 e 1943, antes mesmo da eleição de Vargas. Poucos nomes, visto o limite de número de vagas da ABL, mas importantes e representantes da tendência de permissividade da instituição com a classe dirigente à frente do governo e com as novas caras da cena política.

Nesse período, com uma média de duas eleições por ano, os novos ingressos à Academia deram-lhe nova fisionomia instituindo-lhe um outro perfil mas como antes nada homogêneo, visto a variedade de homens que assentaram-se nas cadeiras deixadas vagas. Uma gama tão ampla de nomes que é impossível compreender, num primeiro momento, qual foi lógica das escolhas. Os novos acadêmicos iam desde desconhecidos

¹¹¹ Ver Anexo III.

literatos, passando por antigos modernistas –fortes oponentes da Academia durante a década de 1920 – até o próprio presidente da República. Uma tese possível para a compreensão do fenômeno que se abateu na instituição e lhe mudou os destinos e a forma, foi a de que a relação e a participação na burocracia estatal do governo Vargas foi um critério relevante e que aproximava, e muito, o grupo dos novos ingressos ao cenáculo das letras nacionais.

Os “candidatos de Palácio”, como foram chamados, eram considerados imbatíveis pela opinião pública, mesmo que seus méritos literários e artísticos fossem poucos ou insuficientes para a investida à Academia. A prática de eleger nomes pouco afeitos ao campo intelectual não era nenhuma novidade, visto o uso da “teoria dos expoentes” ser comum desde a década de 1910. Mas na década de 1930, o embaraço com o lançamento de candidaturas estranhas ainda permanecia como um fator de peso para suprir a desconfiança e o repúdio de parte da intelectualidade do país contra o cenáculo. E as imagens negativas que foram construídas a respeito da instituição a partir dessa sua característica vão se reforçar durante os anos 30, como já visto no primeiro capítulo.

No entanto é curioso salientar quais são os quilates dos novos ingressos ao *Petit Trianon*. De onde vêm? Em que tradições estão inseridos? Qual a relação de sua postura intelectual, atribuída pela participação na ABL, com o estimulante contexto político do período? Muito embora não deixemos de perder de vista, o microcosmo da instituição em meio a um campo intelectual em expansão não é possível desconsiderá-la. Localizada na capital da República, e apesar das suas poucas décadas de existência, a Academia Brasileira se alicerçou em bases sólidas que lhe conferiram *status*, respeitabilidade e longevidade, embora os ataques para desmorrar e ruir essa

característica se irradiassem e se legitimassem, com sérios espectadores que lhe dessem ouvidos e sentido.

Se olharmos bem, as credenciais para ser um imortal naqueles anos 30 e início da década de 1940 se abriam em direção a dois campos. Primeiro, os chamados “candidatos de Palácio”, ou seja, o círculo próximo ao poder federal, que participava dos ministérios, das agências, divisões e institutos do Estado. Uma outra turma que renova a Academia nesses anos foram alguns antigos escritores modernistas que pouco tempo antes atacavam impiedosamente a instituição mas que não tardaram a fazer parte dos seus quadros, numa contradição explícita que eles tentavam remediar impunemente. Em alguns casos as duas condições eram simultâneas, ou seja, o “candidato de Palácio” podia também ser um antigo modernista.

Alguns autores já insinuaram a predisposição dos acadêmicos para elegerem os candidatos dos círculos políticos. Sérgio Miceli, partindo da hipótese da cooptação dos intelectuais pelo Estado varguista, chama essa parte privilegiada do campo intelectual como “elite intelectual do regime”. O estudioso não se esquece de lembrar do brindamento dessa elite nos espaços condutores da área cultural ou representativos dela, pelo menos em um nível oficial ou oficioso:

“o valor social conferido a essa elite transparece sobretudo nas recompensas com que foram brindados sendo que as retribuições meramente pecuniárias parecem desprezíveis se comparadas àquelas cujos lucros materiais e simbólicos derivam das eleições para a Academia Brasileira de Letras, para o Instituto Histórico, das designações para o desempenho de representações oficiais no Exterior ou para a participação de colégios internacionais (...)”¹¹²

¹¹² MICELI, *op. cit.* pp. 147-8.

Assim, vemos que no primeiro grupo, os dos “candidatos de Palácio”, ou ao menos nomes de políticos e funcionários das instâncias superiores do governo federal, podemos incluir as eleições do deputado gaúcho João Neves da Fontoura, o ministro Oliveira Viana, o jurista Levi Carneiro, o ministro da Justiça José Carlos Macedo Soares e o próprio presidente Getúlio Vargas. No segundo grupo, temos os modernistas que, contraditoriamente aos seus posicionamentos originais, inovam a instituição durante esse período, valendo destacar as eleições de Guilherme de Almeida, de Ribeiro Couto, de Osvaldo Orico, de Cassiano Ricardo, de Alceu Amoroso Lima, de Manuel Bandeira e ainda Menotti del Picchia.

Hélio Lobo, enquanto integrante da ABL, não deixava de perceber e esclarecer ao público leitor da revista oficial do lugar, a variedade de nomes que participavam da instituição: “a Academia reflete a cultura do país nos vários ramos em que se divide, com poetas, advogados, militares, sacerdotes, historiadores no seu seio. [...], o seu poder de atração está na variedade da sua composição”¹¹³. E mesmo um dos seus eleitos em 1941, falava no momento de sua posse em dezembro de 1943, que a Academia congregava nomes representativos de várias áreas do desenvolvimento por que passava o país: da igreja, da indústria, da intelectualidade, da magistratura, da diplomacia, da política, numa vã tentativa de se incluir com legitimidade ao escol dos imortais¹¹⁴.

Pelos caminhos expostos aqui tentaremos analisar as presenças que marcaram a ABL nesse período, nos concentrando em torno de três momentos principais que incluem a participação dos novos eleitos. A lógica dessa divisão é a seguinte: em primeiro lugar, observar-se-á a eleição de Getúlio Vargas em 1941 e qual o significado

¹¹³ LOBO, Hélio. “Às portas da Academia”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v.50, n.º 169, jan. a abr/1936, p.119.

¹¹⁴ A apreciação a que se refere esse trecho diz respeito ao discurso de posse de Getúlio Vargas, em que ela destaca a diversidade de homens que compunham a ABL, pelo visto nenhuma novidade àquela altura.

desse feito único, já que o acadêmico foi o único presidente em exercício do seu cargo a ser agraciado para uma das cadeiras da ABL?¹¹⁵

Na continuação do argumento, em um segundo ponto, observaremos a entrada em demasia dos políticos e burocratas do período getulista para dentro da ABL. Além dos novos ingressos ao lugar, não nos esqueceremos de levar em conta a participação decisiva de outros nomes atuantes com destaque da cena pública brasileira durante os anos 30 que já pertenciam à instituição, como o integralista Gustavo Barroso e o presidente do INCE, Roquette-Pinto, que tinham sido eleitos durante a década de 1920. Mas os políticos, ministros, embaixadores que entraram no cenáculo durante os anos 30 confirmam a hipótese do apreço, cada vez maior da ABL, por nomes ligados ao governo Vargas.

Em meio às novidades do grupo misto e heterodoxo de novos nomes chegados ao cenáculo, não há como silenciar o curioso movimento que parte de antigos modernistas fizeram em direção à ABL. E melhor: um estranho e arriscado movimento que acabou por ser bem sucedido, já que alguns deles foram realmente eleitos – e aceitos – para o instituto literário, o mesmo local que lhes causava antipatia e desprezo, anos antes. Com a entrada dos modernos ao grêmio, se sustentaram, com novo combustível, as mesmas imagens ambíguas que se formaram a respeito da Academia e dos seus imortais, os caminhos e descaminhos tanto dos homens quanto da instituição. Da repulsa e da oposição direta e clara, passando pela indiferença e a curiosidade, até a

¹¹⁵ Nenhum outro homem que ocupou a presidência do país se foi contemplado para participar da ABL, mas as portas do lugar ainda não lhes cerraram a oportunidade. No entanto ao olharmos em perspectiva temos duas situações claras quanto a alguns personagens que passaram pela presidência do país e o seu envolvimento com a ABL. Juscelino Kubitschek, quando já figurava como ex-presidente do país, foi barrado para a entrar Academia, na década de 1960, quando ele facultava um ostracismo pela cassação dos seus direitos políticos, obra do regime militar. Em 1981, o político-escritor José Sarney, foi eleito para a instituição. Porém só em 1985 ele viria a assumir o cargo de presidente da República, quando morreu Tancredo Neves, eleito indiretamente para ocupar o cargo no fim do ciclo militar.

atração e a admiração. Ainda mais, nos anos 30, quando as ações da ABL ainda eram visadas e presentes no cotidiano do campo intelectual.

O tempo já era outro desde a fundação da instituição no final do século XIX. A chamada para um ativismo dos intelectuais em face das mudanças em curso, atribuía a eles uma missão política clara. Victor Vianna, ao tomar posse na ABL, pontuava os vários problemas nacionais a serem superados com o auxílio inegável e inadiável da intelectualidade. E alertava que no dilema político da década que abarcava toda a humanidade, “a luta entre o espírito da igualdade e os interesses da hierarquia”, e que no contexto de seu discurso remetia ao embate entre o comunismo e o fascismo, cabia “aos intelectuais, aos homens de ciência, aos homens de letras”¹¹⁶, o árduo fardo de deslocar os choques da arena política da sociedade com meio de salvaguardar a unidade nacional. Já não era sem tempo que os intelectuais voltassem à cena pública e tomassem parte das rédeas da situação social e política expondo seus pontos de vista na produção de verdades, que podiam ser ouvidos ou não. Os caminhos com que o campo intelectual afluiu para o espaço das práticas políticas partiram de, e para, várias direções e lugares. A Academia Brasileira de Letras foi só um entre eles.

3.1 – Um presidente imortal

A imagem talhada de Getúlio Vargas – como uma das muitas obras do Departamento de Imprensa e Propaganda – o discurso triunfante a respeito das mudanças em curso atribuía ao presidente os desígnios e destinos do país. A sustentação do personalismo com uma das marcas pujantes no Estado Novo, pode ser verificada

¹¹⁶ VIANNA, Victor. “Recepção de Victor Vianna”. (Discurso de Posse). *Revista da Academia Brasileira de Letras*. v. 49, n.º 165. set /1944. pp. 05-51.

com outras contribuições que não só as do departamento subordinado diretamente ao presidente da República. Até mesmo a Academia Brasileira de Letras se envolveu no esquema. O esforço da ABL em auxiliar o traço personalista do regime pode ser explicado pela eleição de Vargas para os seus quadros durante o ano de 1941. E mesmo que a ação possa ser relativizada de todo o seu simbolismo, daí ver-se que as dúbias imagens predominantes sobre o cenáculo reforçaram-se e justificaram-se, legitimamente, a partir das escolhas e práticas promovidas pelos acadêmicos, na constante teatralização de concentrar no seu seio os representantes de um poder de caráter elitista, aristocrático, bacharelista, conservador de que se serviram e sob o fardão com o qual se cobriram para fundamentar a imagem de imortal.

Na noite do dia 30 de dezembro de 1943, numa das sessões históricas e da mais disputadas dentre centenas de reuniões extraordinárias para empossar os novos membros da Academia Brasileira de Letras, Getúlio Vargas discursava, em um tom pausado, com um sotaque gaúcho carregado, para uma enorme platéia. Um público variado que incluía juristas, diplomatas, embaixadores, ministros, militares, parte da elite intelectual do país, industriais, jornalistas e a parte da alta sociedade carioca. Dentre essa gama variada de nomes havia muitos dos membros da Academia Brasileira que indicaram o nome de Vargas e o elegeram unanimemente. O nobre salão azul do lugar estava lotado e do lado de fora do prédio pessoas se acotovelavam para tentar ouvir algum trecho ou para ver, com os próprios olhos, uma das cenas mais pitorescas da história da ABL. Os protocolos foram deixados de lado, por vários momentos. Um evento oficial mas informal, alvoroçado e digno de nota, laureado por muitos e tomados com desconfiança por outros tantos¹¹⁷.

¹¹⁷ A posse de Getúlio Vargas na Academia foi amplamente noticiada nos jornais escritos dos quatro cantos do país. Essa gama de notícias encontra-se em recortes que compõem parte da Coleção Getúlio Vargas, localizada no Arquivo do Centro de Memória da ABL. Para maiores detalhes ver: MONIZ, Heitor; “Getúlio Vargas, acadêmico”. *A Manhã*. Rio de Janeiro: 08/01/1944. pp. 04-6; OMEGA, N. “O

Até chegar a esse momento dos últimos dias de 1943, recuemos ao tempo para entender o que se passara para a empreitada das mais ousadas feita pela Academia Brasileira. Dois anos antes, configurava-se a teia que levou a eleição do presidente da República à instituição. Dentre as várias pistas começamos com as mais inusitadas. Em carta datada de 10 de abril de 1941, um hoje anônimo Silas Gonçalves, que se auto-alcunhava “líder democrático”, enviava sua candidatura à Academia para a vaga da cadeira número 37, deixada pela morte do professor Alcântara Machado. A cadeira coincidentemente tinha como patrono o poeta Tomaz Antônio Gonzaga, um dos inconfidentes mineiros do movimento ocorrido no fim do século XVIII, uma característica que foi explorada como veremos. O documento é uma prova da dupla imagem que a Academia sempre produziu sobre os homens ou a quem a levava em consideração: de atração e de repulsa. Silas Gonçalves escrevia, em alto e bom som, suas credencias na vã tentativa de ser eleito para a instituição mas alfinetava, sem rodeios:

“(…) Toda a intelectualidade brasileira está convencida no momento e disto dá provas cotidianas da urgente necessidade do país com a ideologia continental. Eis que por esse meu gesto procuro traduzir o pensamento nacional. São milhares de boletins, cartas-circulares, manifestos e várias outras publicações em todo o país e na imprensa norte-americana que constituem minha bagagem. Não se

sentido de uma eleição acadêmica”. *Correio Popular*. Campinas: 30/12/1943. p. 02; “Em plaquette – O discurso do Sr. Getúlio Vargas”; *O Globo*. Rio de Janeiro: 20/02/1944. p.04. “O sr. Getúlio Vargas no mais alto cenáculo intelectual do país”. *O Imparcial*. Salvador: 31/12/1943. pp. 01, 03-04; “Recebido na Casa de Machado de Assis o notável tribuno e escritor Getúlio Vargas”. *Diário da Tarde*. Manaus/AM: 31/12/1943. pp. 01, 04; “A oração de Getúlio Vargas agradou aos mais exigentes espíritos”. *Correio Paulistano*. São Paulo: 31/12/1943. p.01. “O discurso da Academia”. *O Estado da Bahia*. Salvador: 02/01/1944. pp. 01, 04. “Tomou posse na quarta-feira última na Academia de Letras, o presidente Getúlio Vargas”. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: 01/01/1944. p. 03. CGV – Coleção Getúlio Vargas.

pensa mais no Brasil? Não haverá lugar na Academia para o cidadão brasileiro e para a democracia?”¹¹⁸

A resposta a umas das indagações do anônimo Silas Gonçalves – se haveria lugar para a democracia na Academia? – foi dada alguns meses depois do envio de sua missiva solicitando inscrição à vaga deixada por Alcântra Machado. As insinuações sobre quem seria o eleito da vez tomavam corpo, dia após dia, durante a primeira metade de 1941. Provavelmente já se sabia, “à boca pequena”, qual o nome predileto entre os imortais para ocupar a vaga em aberto. E com a notícia tomando formas cada vez mais nítidas, um após um, os pretendentes à vaga foram desistindo de suas candidaturas: Basílio de Magalhães, Menotti del Picchia, Mateus de Oliveira retiraram suas inscrições, quando perceberam que o escolhido da vez seria o “candidato de Palácio” por excelência e no sentido literal da palavra¹¹⁹. O morador mais afamado do Catete, o seu habitante mais eterno e fantasmagórico: Getúlio Dornelles Vargas.

Para a entrada de Vargas na Academia, até mesmo os intocáveis e sagrados estatutos da instituição foram modificados para dar conta da controversa eleição¹²⁰. Na sessão de 08 de maio de 1941, o nome de Getúlio era escolhido como candidato único

¹¹⁸ Documento 6.C. 48. CGV – Coleção Getúlio Vargas.

¹¹⁹ Os bilhetes de desistência de candidatura dos três nomes mencionados encontram-se na Coleção Getúlio Vargas do Arquivo do Centro de Memória da ABL.

¹²⁰ A proposta de mudança do sistema eleitoral, que anteriormente já tinha sido insinuada, é reacendida por Cassiano Ricardo, em 1940. Em um artigo de jornal desse mesmo ano, falava-se “*que a imprensa do país se debruçara sobre o assunto e alguns órgãos acusaram Ricardo de querer dividir a instituição entre passadistas e futuristas*”. Os argumentos do novo imortal para a aprovação do sistema de indicação, serviria tanto para dar vez a escritores de províncias distantes e ainda para varrer da ABL “*a sobrevivência de alguns métodos falidos que dão aos pleitos da Academia a feição de um refúgio, onde os piores hábitos eleitorais da velha república vieram encontrar a táboa de salvação(...)*”. Dom Casmurro. “A Academia Brasileira e o espírito moderno”. Rio de Janeiro, 26/10/1940, p. 04. Até então os candidatos às vagas deveriam apresentar sua inscrição pessoalmente. Ao fim tomou-se a decisão de reformar os estatutos e permitiu-se a indicação de nomes, desde que após a comunicação ao indicado esse concordasse com a indicação de sua candidatura. A resolução foi concretizada após arrastada polêmica entre os partidários pela mudança e os contrários às reformas estatutárias. Não obstante o primeiro nome a ser indicado foi o de Getúlio Vargas, que teve o seu nome apresentado na sessão de 08 de maio de 1941 com as assinaturas de Oliveira Vianna, Olegário Mariano, Alcides Maya, Gustavo Barroso, Ataulfo de Paiva, Aloysio de Castro, Ademar Tavares, Osvaldo Orico, José Carlos Macedo Soares e Celso Vieira. Documento 496.C – 2. CGV – Coleção Getúlio Vargas.

para o assento na cadeira 37. Após a indicação do seu nome foi enviado para o presidente uma carta que lhe comunicava a escolha para o agraciamento pela Academia Brasileira. Mais de dois meses depois, em 27 de julho, o chefe do Estado Novo dava sua resposta ao presidente da ABL, Levi Carneiro – um dos seus aliados que tinham assento também no lugar – confirmando e agradecendo a indicação e, obviamente, se dispondo para a concorrência. Tudo como mandava o figurino e os rituais formais e de acordo com as novas regras estatutárias que permitiram o feito único. Com a aquiescência de Vargas os caminhos foram fáceis. As práticas corriqueiras durante os pleitos viriam mais uma vez à tona. Ações em o que vigorava eram as preferências particularistas, os estratagemas, as benesses advindas com o ato, o corporativismo e as jogadas e arranjos políticos. O critério de expoentes vingava mais uma vez e a noção de excelência ou de reconhecimento literário ou artístico do novo imortal passava longe das motivações para a escolha¹²¹. Mas a mídia dessa vez, amordaçada e relativamente pressionada pela censura do Estado Novo não pudera expor claramente suas opiniões que na certa seria predominantemente corrosivas e desabonadoras. O que prevaleceu no período foram passagens elogiosas e possivelmente, artificialmente, entusiásticas ao feito.

A historiadora Giselle Venâncio nos mostra alguns absurdos cometidos e dos caminhos que foram se desenhando para que a instituição abrigasse em seu seio o chefe do Estado Novo. Na data marcada para a eleição do novo nome, onde todos esperavam ocorrer em torno de um só candidato, Edgar Roquette-Pinto, que presidia a sessão, cancelou a inscrição de José Júlio de Carvalho, o único nome que teimou até o fim em disputar a vaga com Getúlio. Roquette – que àquela altura também presidia o INCE

¹²¹ Um dos critérios válidos para a escolha de Getúlio Vargas, segundo os pontos originais dos estatutos acadêmicos era a publicação de pelo menos uma obra de autoria do candidato. A série que reunia os discursos do presidente, intitulada “*A Nova Política do Brasil*” (ao todo em 9 volumes) atribuída a Vargas e publicada pela Livraria José Olympio desde 1939, já estava no quinto volume em 1941. Pelo menos nesse quesito a eleição de Getúlio se sustentava, sem maiores contestações.

(Instituto Nacional de Cinema Educativo) e também dirigia o Serviço Nacional de Proteção ao Índio – argumentou o seu ato de impedimento da outra candidatura com as seguintes palavras: “(...) por ocasião de apresentar-se candidato a uma das vagas da Academia um indivíduo dessa cidade notoriamente imbecil, ficaria resolvido que a mesa teria autoridade para aceitar ou não as candidaturas que se apresentassem”. E completava dizendo que se deveria “(...) cancelar essa inscrição”¹²². O que foi aprovado sem maiores contestações, a não ser os lamentos do injustiçado Júlio de Carvalho e o horror de alguns nomes contrário às palavras hostis de Roquette.

Com Getúlio eleito a sua posse na ABL tardou mais de dois anos para ocorrer, o que teoricamente feria os estatutos acadêmicos que previam seis meses para o eleito se empossar, com a possibilidade de renovação desse período por mais uma vez. Só no final do ano de 1943 é que o presidente tomou o lugar assegurado na cadeira 37, visto a sua eleição unânime. Na ocasião, os jornais do país publicaram uma enxurrada de artigos, comentários, notas, fotografias cobrindo o evento e sua repercussão no cenário social do Brasil. O que evento – que para alguns jornais era “o grande sucesso intelectual do ano de 1943”¹²³ – certamente foi submetido o tacho do Departamento de Imprensa e Propaganda, impedindo manifestações contestatórias ao efeito o que ocasionou que esse vasto material apresentasse a posse de forma monocromática, com discursos elogiosos e positivos sobre o feito, sem levantar qualquer suspeita ou análise mais contundente e realista.

¹²² O trecho retirado de VENÂNCIO, *op. cit.* p. 86. Como candidato único, Getúlio Vargas foi eleito por unanimidade dos votos, (36 votos) numa demonstração clara da concretização do alinhamento dos imortais e da ABL com o Estado varguista. O caráter personalista do regime político, obra do D.I.P., favorecia e sustentava a imagem intocável do presidente da República, centrando no personagem, as mudanças sociais, econômicas e políticas porque passava o país. Getúlio aparece como o outorgante dos avanços trabalhistas, o condutor da nação. A imagem de Rei Filósofo se supria com a eleição para a Academia que aparece como mais um atributo condensado na forjação da mítica em torno de Vargas.

¹²³ “Os grandes sucessos intelectuais do ano de 1943”. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: 08/01/1944. p. 01, 03-07.

Nenhuma crítica mais clara e transparente, apesar de provavelmente elas terem sido grandes nos bastidores.

Podemos lançar luz sobre esse fato e atribuímos a ele a simbologia e carga de representatividade que traz e marca. Ao ser eleito e tomar posse para a ABL Getúlio Vargas encarnou mais um papel do personagem e do mito que vai se criando a seu respeito: o de homem de ação política firme e pragmática mas afeito ao intelecto, ao mundo das idéias, à postura de cultuador e tutor das artes e da literatura, para além da sua capacidade de gerir os rumos da nação. E melhor: com a eleição de Vargas para a Academia uma leitura possível sobre o gesto é que ele permitiu uma síntese do homem de ação aliada à ao homem de inteligência, o dirigente ideal, que acertava nas duas frentes, sem se esquivar e sem falhar. A construção do mito sobre o presidente se serviu de mais esse importante ingrediente. Além disso o feito nos induz perceber o escancaramento da aproximação da elite letrada e intelectual, ou de quem a fazia representar através da Academia Brasileira, com o estado varguista durante a sua fase mais autoritária.

Mesmo assim, a eleição de Getúlio para a instituição tem um duplo sentido: o de transparecer e representar a aproximação definitiva entre os campos intelectual e político, além de contribuir para o personalismo do regime estado-novista em torno da figura de Vargas. Nessa via de mão dupla, a Academia recebe as benesses de sua investidura para incorporar aos seus quadros o presidente da República. Nenhum dos dois lados, nem governo nem a ABL tem débito com a circunstância e a ação de eleger Vargas como um dos “imortais”. A primeira dádiva oferecida pelo governo à instituição acontece em 1942. Nesse ano foi reconhecido o título de propriedade do prédio do *Petit Trianon* à ABL. Para Vargas, o feito de sua eleição também tem o sentido de dar fôlego junto a outras variantes mais sérias para se portar contra a crescente oposição ao seu

governo, se acobertando com as vestes acadêmicas, um dos títulos de legitimação da sua personalidade política e intelectual.

Em um retrospecto do evento, já após a saída de Vargas do governo, um jornal oposicionista do Estado Novo, trazia uma matéria com vistas a elucidar, à sua maneira, a passagem da eleição de Getúlio para a Academia, em 1941. O autor do artigo tem a clara intenção de depreciar o ato da visita que Vargas fizera à Academia após sua eleição para o lugar, trazendo uma outra visão a respeito do momento – que serve como antípoda das muitas outras matérias artificialmente elogiosas que saíram nos jornais do país e cobriram exaustivamente o fato. O artigo de 1945, tem um outro sabor, apimentado e ácido, e lembra parte dos passos do ex-presidente, ou melhor, nas palavras do udenista que assinou o texto, do “ex-ditador”. Embora não haja explicitação do nome do autor do artigo, uma suspeita sobre a autoria do mesmo, recai sobre Octávio Mangabeira, que era um dos acadêmicos mais confrontantes a Vargas e que em 1945 foi um dos fundadores da União Democrática Nacional, a UDN. As palavras são as seguintes:

“(...) Dadas as reservas com que o Brasil recebeu essa eleição, pois as atividades intelectuais do sr. Getúlio, de forma alguma, podiam justificar sua presença num meio que, pelo menos em princípio, representa a inteligência brasileira, aquela visita poderia ser empanada por uma frieza inadmissível em se tratando de acolher o homem que, em toda a história do Brasil, maiores atividades perpetrrou contra a inteligência. E tal frieza, apesar dos 36 votos sobre 40 dados ao chefe fascista, poderia originar-se do choque em que, de certo, se encontravam os

acadêmicos moralmente coagidos pelas circunstâncias a votar no ditador puro e simples.”¹²⁴

Vemos assim uma imagem bem diferente da que foi pintada anos antes quando vigorava a todo vapor a censura sobre os meios de comunicação. Na ocasião de sua posse, Getúlio Vargas, reconhecia no seu discurso a força simbólica que tinha sua entrada para a ABL e justificava a sua participação no cenáculo como um gesto da simbiose entre a *intelligentsia* e do Estado centralista e personalista, que orbitava em torno do poder executivo. A fixação, pelos discursos dos acadêmicos, da idéia de um presidente que se preocupava com área da cultura e das artes, por si só já era suficiente para sua participação no grêmio que representava parte dessa mesma cultura nacional e reunia nomes de peso dados como expoentes de excelência intelectual e literária do país. Getúlio afirmava em uma das passagens de seu discurso de posse, que

*“Não há novidade em declarar, por conseguinte, que a primeira fase de vossa ilustre instituição decorreu à margem das atividades gerais, enquanto o Estado, a administração, a sociedade civil envolviam e se transformavam. Só no terceiro decênio desse século operou-se a simbiose necessária entre o homem de pensamento e o de ação”.*¹²⁵

Em dezembro de 1943 dizer essas palavras tinha uma dimensão para além do que transparece num primeiro olhar. O sentido era reconhecer o papel da Academia Brasileira e de seus “quarenta” no projeto político e cultural por que passara o país desde o decênio anterior e ainda em processo. Vargas ainda acentuava que os imortais

¹²⁴ *Folha da Manhã*. “O momento político – comentários da UDN”. São Paulo, 17/10/1945. p. 05. CMS – Coleção Macedo Soares (José Carlos de).

¹²⁵ VARGAS, Getúlio. “Recepção do sr. Getúlio Vargas”. (Discurso de Posse). *Revista da Academia Brasileira de Letras*. v. 66, jan. a jul/1944. p. 221.

da instituição, da qual ele, a partir de então, fazia parte, tinham o papel de servir de exemplo ao restante do campo intelectual do país já que congregava uma amostragem de nomes capazes de ditar regras e de moldar tendências. Ou seja, implicitamente as palavras têm um caráter didático de alertar aos demais homens de letras do país, que o alinhamento ao regime era muito mais favorável e saudável que a oposição a ele. Isso num momento em que o Estado Novo, já dava os primeiros sinais de esgotamento e de falência ante os anseios democráticos de parte da intelectualidade, do empresariado, das camadas médias e até das classes populares.

Só para situarmos e contextualizarmos o sentido pleno dessas palavras, foi nesse mesmo ano, em outubro, que se deu o lançamento do “*Manifesto dos Mineiros*”, um documento aberto dirigido à toda Nação, com assinaturas de vários homens de peso do maior colégio eleitoral do país, Minas Gerais, se contrapondo contra os rumos do governo. O manifesto foi o primeiro gesto de demonstração do crescimento da oposição a Vargas e ao seu governo autoritário, colocando em xeque a censura e o arbitrarismo do regime. Também é preciso conectar as palavras de Getúlio ao plano interno da própria ABL. Dez dias antes da sua posse, havia ocorrido a posse de Mennotti del Picchia. Em resposta a Del Picchia, Cassiano Ricardo discursando na recepção do novo imortal, previa e clamava que o “regime federativo e presidencialista” fazia parte do “instinto do povo” e que era necessária a superação dos partidarismos rumo a uma nova ordem para o país. Um ambiente político estava mesmo dentro da ABL e não são, em nada, aleatórias as mensagens por trás das palavras de Getúlio. Quanto ao discurso de recepção de Cassiano Ricardo veremos mais detalhes à seguir.

Por outro lado não há como passar imune ao fato de que um presidente imortal supriu a atmosfera do regime estado-novista e por outro lado garantiu à Academia seu lugar oficioso junto às camadas dirigentes do poder. Mesmo que contra duras críticas e

rompendo com qualquer resquício de desligamento do mundo da política que estava no projeto original de fundação da ABL. A eleição de Vargas traduziu, em parte, a dubiedade do campo intelectual ante ao novo estado de coisas que o projeto cultural e político do governo estava regendo desde o início dos anos 30. O envolvimento do campo intelectual como o governo teve várias manifestações, nem todas elas explícitas, outras, porém, abertas e sem constrangimentos. A entrada de Getúlio para ABL se deu de forma escancarada e para alguns oponentes da ação por métodos escandalosos. Mas o feito confirmava, por outro lado, a ambigüidade que era também da própria Academia, do seu papel titubeante ante ao Estado, o que esteve presente desde a sua origem. Nos anos 40 era impossível se alienar das mudanças que passava o país, sob o governo Vargas. Trazer o presidente da República – encarado por algumas estratégicas imagens como o condutor das modificações no plano social, econômico, político e cultural que estava se operando no Brasil – para dentro da instituição era um recado muito claro dos acadêmicos de sua concordância e sanção para as ações encampadas pelo governo, mesmo que autoritário.

Mas uma coisa é certa. Vargas não era um cidadão estranho entre os imortais. Muitos dos que ali estavam reunidos eram seus conhecidos ou subordinados diretos, que atuavam na administração pública, nas missões diplomáticas, nos ministérios e também lhe nutriam alguma simpatia pessoal. Mas estrategicamente, a posição institucional que confere o ato de sua eleição só é possibilitada pelas mãos dos homens que estão à frente da ABL. Não mais somente escritores e literatos, como já visto. Quem são esses homens que entraram para a Academia e lhe deram outro formato nos anos seguintes é resposta que veremos nos próximos itens desse capítulo.

3.2 – Burocratas e políticos das letras

Durante os anos 30 e 40 parecia que ainda ecoava nos muitos cômodos do pequeno palácio da Avenida das Nações, as palavras de um dos fundadores mais importantes da Academia: Joaquim Nabuco, que foi um dos homens mais atuantes e presente na cena pública de fins do Império e do início da República. Na sessão de instalação da nova academia, em 20 de julho de 1897, a expressividade e força das palavras ditas por ele se contrabalançavam à serenidade e a calma da tonalidade usual de Machado de Assis em seu discurso inaugural da ABL. Numa das passagens, Nabuco tentava esmiuçar o comportamento que os literatos fundadores da ABL deveriam ter quanto às disputas próprias do mundo da política e as contendas inerentes à atividade pública:

“Nós não pretendemos matar no literato [...] o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há o escritor, e com ela há forçosamente o político. [...] A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressente cada povo a literatura de toda uma época, mas para a política entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que a produziu, como mercúrio nos amálgamas de ouro e prata. Só assim não seríamos um parlamento”.¹²⁶

¹²⁶ Apud: RODRIGUES: 2003, p. 76. O autor usa o trecho acima transcrito em meio a outra parte do discurso de Joaquim Nabuco, com vistas a analisar a necessidade do autor em depurar a política de todos os seus vícios partidaristas e grupais, despi-la da sua instrumentalidade de intervenção direta na vida pública, para que o seu trânsito no meio do ambiente acadêmico não impedisse a “concórdia literária, mascarada sob o manto do patriotismo”, segundo suas próprias palavras. O projeto dos principais idealizadores da ABL se pauta pelo aspecto da despolitização e da superação das picuinhas partidaristas e literárias, de acordo com o que consta nas atas dos discursos de fundação da entidade analisadas serenamente no trabalho de João Paulo Coelho Rodrigues. No entanto esse critério não demorou por se tornar impraticável e equivocado, porque mais e mais a ABL vai receber personalidades pouco afeitas à atividade literária, estando muito mais próximas da atividade política, diplomática, jurídica, militar ou científica, o que se estendeu para o período aqui explorado, os anos que vão de 1931 a 1943.

As palavras de Joaquim Nabuco fazem parte de um outro mundo do fim do século XIX e de um contexto onde imperava os distúrbios e a instabilidade provocados pelos descaminhos e a liquidez do novo regime republicano, instalado oito anos antes da fundação da ABL. No entanto, pelos caminhos e descaminhos da história os sentidos dados a uma ou outra palavra são catados nos canteiros de obras da historiografia para serem reformados e trazidos a uma nova realidade, conectando os tempos históricos e ligando os homens e as mulheres na perenidade de sua condição humana, mas escapando do pecado mortal do anacronismo. Assim não é vão a recorrência ao discurso inaugural de Nabuco na Academia Brasileira para a análise que se segue.

Nos anos 30, a partir do momento de recrudescimento do regime getulista, em 1937, com a vigência do Estado Novo houve o fechamento do Congresso Brasileiro, a cassação dos deputados eleitos em 1934 e a suspensão das eleições legislativas em âmbito federal, estadual e municipal. A figura do deputado, do senador, do vereador vai ser apagada, momentaneamente, da vida política brasileira até 1945. Muito embora pelas páginas dos jornais, pelas revistas, pelos livros, criava-se a noção de uma democracia social para os anos Vargas. O sentido dessa idéia de democracia se apegava aos avanços da legislação trabalhista e das conquistas sociais alcançadas durante o período proclamadas como dádivas do governo federal e de Getúlio Vargas, o homem providencial, segundo os discursos dominantes que suprimam essa idéia.

Assim quando a vida parlamentar se apresentava temporariamente suspensa não se esvaneceu a aptidão e costume de seus representantes tradicionais com essa face da política institucional do país. Os sedentos e costumeiros pelo poder e pela representatividade simbólica que os cargos políticos lhes conferiam foram procurar temporariamente outros abrigos, não para “politicar” somente, mas agindo politicamente, sempre. A Academia Brasileira de Letras, grosso modo, acabou por se

transformar, simbolicamente, em uma espécie de pequeno parlamento durante regime estado-novista, salvaguardada as diferenças. Seja por sua origem, seja por sua função primordial, mas não exclusiva, seja por suas atribuições estatutárias e sociais, seja pela sua pequenez e impossibilidade representativa em termos estritamente político.

Mas a confirmação da tendência pode se dar pelos homens que acolhiam em seu meio e pelos meandros casuísticos em que se embaralhavam; nas polêmicas que escapavam ao exterior e se publicizavam; na intromissão em assuntos de dimensão nacional e abrangente; ou pelas disputas internas que faziam parte do seu cotidiano e de sua condição identitária da ABL. As disputas eleitorais para as inúmeras vagas e o acompanhamento da imprensa, favorável a um ou outro candidato, mesmo que relativamente amordaçada pela censura dipiana é também outro indício do comportamento bastante político entre seus homens, em que se provava a possibilidade de em termos simbólicos a Academia assumiria a sensação dos jogos e práticas parlamentares. Além disso, não podemos nos esquecer da familiaridade certa de muitos dos acadêmicos eleitos nesses anos com o universo parlamentar do período anterior e durante os anos que se seguiram ao fim do Estado Novo.

Tudo isso nos possibilita contrapor as previsões e projetos originais de Nabuco, de Machado e de Lúcio de Mendonça que jamais imaginaram a Academia virar um pequeno parlamento. Assim mesmo, ao menos durante alguns anos entre a década de 30 e de 40 do século passado, uma movimentação ensaiada e minimizada de uma vida parlamentar se fez dentro da ABL e entre os seus imortais – fossem os de longa data ou os que nela ingressaram durante aqueles anos. Não é em vão a mudança de seus quadros com nomes tão próximos às instâncias do governo federal e às práticas mundanas e mortais da política.

Um ponto comum que transpassa a maioria dos discursos dos políticos não literatos na ocasião de suas posses se dirigiam ao papel da Academia e o deslocamento do seu papel restrito e exclusivo de templo de consagração do campo intelectual. Numa tentativa de se legitimarem enquanto imortais, os novos ingressos à ABL reservavam outras funções para a instituição, contextualizando-a às novas demandas e problemas da década de 30, numa tentativa de atualizá-la e lhe dar nova roupagem. Sempre em tom ponderado e elegante, os políticos e burocratas das letras reavaliavam constantemente o papel original com que foi criado o grêmio dos literatos, precavendo o sério risco dele tornar-se um local obsoleto e anacrônico ante os novos tempos.

Levi Carneiro, em sua sessão de posse, em 1937, lembrava que se no início a Academia Brasileira tinha sido o “refúgio para os espíritos fatigados da política”, essa uma característica que não se adaptava mais à realidade do país durante o período em questão. Carneiro, um destacado jurista colaborador assíduo das instâncias oficiais do governo federal, ainda lembrava que desde a fundação da ABL figurava entre os seus pioneiros, sujeitos que dedicavam-se à vida pública e não se fechavam na produção da “literatura pela literatura”. Desdenhando a prática restritiva, o novo imortal ressaltava a função que cabia aos escritores, principalmente em momentos de clamor social e político, oportunidade de ação implacável da intelectualidade, como os anos 30 sugeriam. Ainda sim, como maneira de desaviltar o critério dos expoentes, o jurista revertia para a Casa de Machado de Assis o sucesso da prática porque a instituição

“(...) adotando o amplo conceito de literatura, vem exercendo função social, incalculavelmente benemérita na formação da cultura geral do país – e tem crescido, dia a dia, em seu prestígio. (...) Afirma a tão falada unidade do espírito em todas as esferas da inteligência humana. Amplia e unifica o público que se interessa por suas atividades. Aumenta-lhes o

alcance social. Realça o valor do instrumento comum a todos, que é a nossa árdua e mal curada língua.”¹²⁷

Carneiro, que além da sua análise sobre a ABL, faz do seu discurso de posse que parecia uma aula sobre o Direito Político adaptado à nova realidade do país, serenava aos presentes na sessão solene do *Trianon*, que a capacidade dos homens de pensamento tinha que ser posta à movimentação e a construção de uma nova ordem, o qual o Estado capitanearia. O que era aventado pelo imortal era a necessidade do equilíbrio entre o Direito, a Nação e o Estado, salientado a necessidade dos literatos da época se portarem ativamente à construção de um novo Brasil, contribuindo cada um para a superação dos problemas sociais e políticos do país.

Entre os novos eleitos, outra característica que os liga em curto-circuito de renovação das ações intelectuais e que a Academia, ao menos em parte simbolizava, era o seu recado aos homens de letras para que se debruçassem à realidade social que os cercava. Enquanto homens públicos, mais do que de literatura, os novatos das letras se armavam de suas insígnias políticas para perscrutarem aos demais partícipes do campo intelectual qual era o caráter da cisão entre as duas alas. Como se o artificialismo político da Primeira República incitasse esse rompimento que eles salientavam como natural.

Se àquela época era impossível aos olhos desses homens a “literatura pela literatura” também era desprezível a “política pela política”. Ao menos era o que diziam em seus discursos. João Neves da Fontoura dizia, com a eloquência de praxe de seu papel de orador habituado, que já não havia espaço para “torres de marfim”, àquela altura dos anos 30. Mais especificamente, em 1936, o momento de sua posse na ABL,

¹²⁷ CARNEIRO, Levi. “Recepção do sr. Levi Carneiro”. (Discurso de Posse). *Revista da Academia Brasileira de Letras*. jul a dez/ 1937. vol. 54. p. 17.

quando lhes são atribuídas essas palavras. O chamado ao despertar da Academia para a qual ele estava entrando era categórico, limpo e direto: “As rajadas da luta social e econômica forçam todos os julgamentos. os cenáculos, como as pátrias, são cadeias de interdependências compulsórias. Nem a Academia se pôde subtrair ao embate das lutas, que afligem o mundo e assolam o Brasil”. E completava a sua receita para o papel que queria dar à ABL, realçando o novo *leit-motiv* que tentava projetar à Casa e se contrapondo aos seus fundadores, principalmente a Machado de Assis:

*“Quis também o fundador desta casa que ela fôsse o refúgio dos espíritos literários, estendendo os olhos para todos os lados e vendo claro e quieto. Assim podia ser em 1897, nos dourados tempos vitorianos quando ainda subsistia a delícia do mundo clássico. Não é assim hoje. Daquí, como dos templos da ciência, como da torre das Igrejas ou da seteira dos conventos, o panorama se desdobra, não desgraçadamente claro e quieto, mas obscuro e tumultário. Não há como cerrar as pálpebras assustadas (...)”*¹²⁸

Fontoura também dava das suas de parlamentar opositor. Fazia da sua sessão de posse na ABL um momento para dar um recado ao poder centralizador do governo Vargas, fazendo da ocasião uma oportunidade política de demonstração do seu lugar. O deputado falara, entre os vários comentários que fizera, que não concordava com “retrocesso aos modelos centralizadores” como insinuava a passos largos o governo federal, àquela altura, alertando que se houve excesso na “franquias locais” durante a Primeira República não se poderia, por outro lado, sacrificar os estados que já tinham se amadurado o suficiente a ponto de se dedicarem novamente ao centralismo do

¹²⁸ FONTOURA, João Neves da. (Discurso de Posse). *Revista da Academia Brasileira de Letras*. vol. 53. jan a jun/ 1937. pp. 173-231.

governo federal. A mensagem era claramente destinada a Vargas, apesar dos seus recursos discursivos atenuantes. No entanto, em 1941, João Neves foi um dos que votaram no presidente do país para sua entrada na ABL, num tempo em que as suas suspeitas de intervencionismo e centralismo do poder federal, já haviam se materializado em formas nitidamente autoritárias.

As incursões e divagações sobre os momentos de acertos entre os intelectuais e a classe política, a partir da ABL, mostra-nos o quão complexo se deu o processo. A necessidade de reencontro dos dois campos era a principal bandeira levada aos antigos acadêmicos, mesmo que para isso a Academia tivesse que agregar temas – políticos e sociais – estranhos à sua motivação original. Assim ver-se-á que o caráter primevo da Academia, de fins do século XIX à década de 1930 mudava com substancialidade, alavancando novas situações e novos atores à sua frente. Se na época da fundação, a instituição conseguiu de fato congregiar nomes de peso e de expressividade da literatura nacional, como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Coelho Neto, Olavo Bilac, Graça Aranha, Hermes Fontes, Rodrigo Octávio, nos anos 30 as coisas tinham mudado por inteiro, enterrando as previsões e intenções originais. Em 1936, com a eleição de João Neves, os jornais já anunciavam, sem receios, os (des)caminhos que o levaram à Academia e a mudança de configuração da instituição:

“ (...) Qualquer dia a Academia será transformada em Parlamento. E onde reboavam em cristalizações de harmonias, os versos de nossos poetas, onde a poesia e a prosa, o romance e poema, deixara gravados em ouro mais fino o valor da nossa literatura, ouviremos apenas as descomposturas, os palavrões tão naturais na Câmara e no Senado”¹²⁹

¹²⁹ “Aproveita Maurício”. *Século XX*. Rio de Janeiro, 24/03/1936. p. 04. CJF – Coleção João N. da Fontoura.

Os comentários alertavam sobre o número grande de políticos que estavam na ativa e que atuavam também dentro da Academia. O risco das práticas acadêmicas serem tragadas pelas disputas políticas e das picuinhas próprias da vida parlamentar era uma suspeita crescente. Mas o aviso não foi levado em conta, pelo visto. Parcialmente a ABL acabou por agraciar parte do *establishment* do governo Vargas e de barrar muitos dos seus antagonistas.

Mas quem eram esses homens, burocratas, políticos de carreira, que de uma hora para outra, tornaram-se imortais? Alguns realmente não eram nada célebres nem notórios por sua trajetória intelectual, embora revelassem prestígio em outros campos e em outras frentes de batalha, como a política. Mas tentavam, minimamente, criarem em um nível artificial, uma imagem difusa e amplificada de homem de letras para a entrada legitimada na Academia. Uma imagem necessária para a investidura de suas candidaturas em um terreno que, teoricamente, lhes era estranho.

Durante os anos 30, a primeira eleição nesse sentido foi a de João Neves da Fontoura, como já dito acima. O entusiasta deputado gaúcho e titubeante quanto às aproximações com os níveis superiores do governo federal foi o primeiro eleito nesse sentido, embora os jornais do período lembrassem da eleição de Octávio Mangabeira. Esse, antigo ministro do presidente deposto Washington Luiz e deputado durante o período que entrara para a ABL vai também tornar-se um ferrenho opositor de Getúlio Vargas. A entrada de Mangabeira foi dada pelas crônicas dos jornais que tinham uma postura anti-Academia como uma das situações desfavoráveis que o cenáculo promoveu para si ao escancarar por demais a sua abertura a políticos militantes e com pouca ou nenhuma expressividade no universo literário. A mesma velha história dos expoentes que naquele momento se confundia com a abertura para os “candidatos de Palácio”, ou

próximos aos círculos oficiais do poder. Muito embora, Mangabeira nunca fôra um alinhado de Vargas. Pelo contrário!

O caso de João Neves é diferente, visto à indecisão do político quanto a ser oponente ou colaborador do governo federal. Foi um dos que apoiaram o movimento de 1930 que levou o seu conterrâneo e colega, Getúlio Vargas, ao poder. Muito embora durante a sua eleição em 1936, Fontoura estivesse rompido com Vargas, a sua eleição foi declaradamente inesperada e polêmica. A mídia escrita, como era de se esperar, não deixou por menos: “Essa eleição estava mais que certa. (...). Desde que na Academia se estabelecera o critério dos expoentes, o notável demagogo gaúcho era sem dúvida, o que maiores probabilidades de êxito reunia como expressão da moderna oratória brasileira”.¹³⁰ A única contenção das críticas à eleição de Fontoura foi da pouca probabilidade de sua entrada na ABL ter sido motivada pela “influência consagradora” vinda do Catete.

A lista de nomes antes declaradamente políticos de carreira começou a se estender. Juntos aos que chegavam os de dentro acabaram por se lançarem e participarem à frente das agências burocráticas do Estado Novo. O acadêmico eleito para a ABL em 1926, quando da criação do importante e estratégico Instituto Nacional de Cinema Educativo – o INCE – sua direção foi entregue a Roquette, também vice-diretor do Serviço de Proteção ao Índio, atuando ao lado de Cândido Rondon, desde a década de 1910. É preciso salientar, porém que o envolvimento de Roquette com o Estado Novo esbarrava em sua postura democrática inatacável mas percebe-se que é um dos que estão na onda da crista da burocracia estatal, o que não corresponde essencialmente a um alinhamento ideológico ao que o regime pregava.

¹³⁰ “O Novo Imortal”. *Diário Portuguez*. Rio de Janeiro: 21/03/1936. p. 03. CJF – Coleção João N. da Fontoura.

Assim citaremos alguns casos só para elucidar o trânsito desses intelectuais ou homens públicos para o terreno do *Petit Trianon*. O renomado sociólogo Oliveira Vianna, também eleito em 1937, era outro homem que fizera carreira nos serviços públicos. À época de sua posse para a Academia, em 1940, ele ocupava o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. Outros nomes, mais anônimos aos nossos olhos, também estavam participando na estrutura do Estado varguista, e sem nenhum constrangimento e embaraço foram se arvorar entre os membros da Academia. O ministro José Carlos de Macedo Soares, que ocupou a pasta das Relações Exteriores e, interinamente da Justiça e também fôra embaixador durante os anos Vargas, também foi outro que entrou para os quadros da ABL, se cercado dos mesmos discursos de depreciação do feito, pela imprensa, muito embora haja outros suspeitos elogios à sua eleição. Só para termos idéia da imagem dupla contra a vitória desses personagens ligados ao governo para o cenáculo, nos peguemos às próprias fontes. No diário “A Pátria”, aparece em um artigo, uma opinião sobre a eleição de Macedo Soares:

“A Academia Brasileira elegeu hontem o sr. José Carlos de Macedo Soares. É Uma vergonha! Na Academia a credencial literária não tem valor. Vogam o pistolão; o cargo político, a importância e a posição social do indivíduo. o sr. José Carlos (...) no terreno das letras é verdadeiro malogro. É um homem rico, é embaixador, tem amigos no poder, pode fazer muitos favores. Por isso foi eleito. É uma eleição que desonra a Academia, que a desacredita e a desmoraliza, se isso ainda fosse possível (...)”¹³¹

Em outro artigo, publicado na época da posse do embaixador, falava-se que a sobre sua entrada para a ABL, “chega mesmo a reconciliar a opinião com as terras

¹³¹ “Que vergonha!”. *A Pátria*. Rio de Janeiro: 31/12/1937. p. 04. CMS – Coleção Macedo Soares (José Carlos de).

acadêmicas, quase sempre tão vazias de idéas, (...) porque afinal elegendo um valor legítimo, um autentico homem de pensamento, a Academia dá lustre e prestigia a si mesma”.¹³² A passagem é mística em esclarecer a dubiedade das imagens sobre a eleição de Macedo Soares que é algo recorrente, como já analisado. Mas a sua entrada na ABL se inscreve num outro prisma: até quando é possível compartilhamos a idéia de que a participação nos espaços burocráticos e diretivos do governo Vargas comprova uma concordância cega com o próprio regime? Outros tantos escritores já foram acusados de anuência com as atitudes autoritárias do Estado Novo, por participarem em outro local de sua estrutura burocrática, sendo o nome mais lembrado o do poeta Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministério da Educação. No entanto não é nosso dever aqui, acusar ou salvar os imortais burocratas das críticas tenazes contra eles, por estarem ligados, de uma forma ou de outra, ao governo ou ao regime.

Não obstante é preciso lembrar que a gama de nomes em ação na ABL era enorme e variada para sustentarmos com uma concordância uníssona e homogênea com o governo Vargas e com suas ações. A estreiteza de relacionar a participação de intelectuais em várias dos órgãos da máquina governamental com o ideário estadonovista implica em um equívoco gritante passível de ser revisto. Contudo no que tange aos aspectos relacionados à própria instituição, a sua imagem se valeu e se supriu da sua força e da sua posição, pela participação em suas rodas de nomes importantes do contexto político do período, se safando de perder legitimidade e espaço, mesmo que abrindo mão de brindamento exclusivo ao campo intelectual ou mesmo aos expoentes de outras áreas importantes da *intelligentsia* nacional. O risco de abrigar em seu seio políticos e burocratas de peso do regime promoveu também ganhos e benesses para a

¹³² “O perigo dos technicos”. *A Noticia*. Rio de Janeiro: 12/12/1938. p. 02. CMS – Coleção Macedo Soares (José Carlos de).

ABL que para os seus membros supriram os efeitos negativos dessas empreitadas, com discursos vindos de fora da instituição.

Das suas atividades inerentes – a invenção de uma tradição literária para o país, a enunciação ortográfica das regras da língua, a celebração dos seus mortos – a permissão a novos nomes lhe renovaram as tendências fossilizadas de que era atacada e ainda condicionou o envolvimento parcial e relativo com o campo político até o seu escancaramento com a eleição de Getúlio Vargas. A participação de nomes ligados aos aparelhos do governo contribuiu para reforçar a tendência de a Academia tornar-se um lugar oficioso, mas não oficial e nem dependente direta do Estado. No entanto, no que diz respeito à nova gama de homens que afluíram para a ABL, as novidades não param por aqui. Uma presença inusitada nos novos quadros acadêmicos das décadas de 1930 e 1940 girou em torno da eleição de escritores modernistas, que eram, anos antes implacáveis na sua oposição contra a Academia. A participação deles na instituição indica a áurea de mudança irreversível que se abateu sobre o lugar durante o período.

3.3 – A Academia se “amoderna”

À época de fundação da Academia, em 1897, os homens que a criaram estavam imbuídos de uma perspectiva de estímulo para a formação de um campo intelectual, tentando marcar o rompimento com a ordem que vigorava no Império, de um regime “fossilizado” também em termos de perspectiva de renovação no terreno cultural, no qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, era o representante máximo. Para a chamada “geração de 1870” que foi a dos fundadores da ABL as idéias-

forças que rumavam como regeneradoras da sociedade brasileira – a “abolição”, a “república”, a “eugenia”, a “ciência”, o “progresso”, a “civilização”, o “liberalismo”, o “federalismo” – eram campo aberto para promover uma renovação da atividade intelectual. Na política, nas manifestações culturais, literárias e artísticas, na educação, na economia, as formas que tomaram essa expectativa positiva sobre o futuro como um dos seus ingredientes principais, esses homens se apresentaram de maneiras múltiplas.

No entanto anos 20 e 30 do século XX é apontado como um período de falência dessas idéias, da possibilidade e necessidade de rompimento com a ordem burguesa, federalista e liberal das décadas anteriores. No caso brasileiro, a intensidade da ruptura com os velhos moldes vigentes começou a se expressar de maneira tumultuada e clara, no campo das artes e da cultura, com o movimento modernista, cuja expressão emblemática, mas não única, foi a *Semana de Arte Moderna*, em fevereiro de 1922.

Por outro lado, sobre a ABL se construiu uma visão de que a instituição era, por demais, conservadora para ser símbolo da criação literária do país. O local se destacava também pela reunião de homens muito mais afeitos ao *status quo* que dominava o cenário intelectual do país do que a um espírito de renovação que se exigia e que fermentava os artistas e escritores modernos que, propositalmente, passavam longe da instituição. Contra a Academia e seus membros, as vozes vanguardistas do movimento modernista se posicionaram em uníssono desde a primeira hora.

Tal como analisamos, no primeiro capítulo, até entre os acadêmicos a perspectiva de mudança e de rompimento com a ordem vigente foi sentida. A ABL, assim, passara a se caracterizar para parte da intelectualidade como relicário das velhas idéias em descrédito. E o amplo grupo dos modernistas, portadores de uma nova postura e atitude no campo da cultura, se vestiu de uma disposição para a inovação, com o intuito de promover a busca por uma realidade nacional, da qual a arte expressaria a

criatividade própria do país, singular na sua origem e expressividade cultural, *sui generis* na sua composição mosaical.

Imbuídos do caráter de renovação estética e da ruptura com os paradigmas europeus seguidos pelos “clássicos bolorentos”, os modernistas marcaram posição e terreno, alcançando notoriedade e legitimidade. No campo das artes plásticas, da criação musical, da arquitetura, da literatura, a renovação modernista se fez sentir e se expressar por todo o Brasil e em várias temporalidades. Junto a isso, na década de 1930 com a renovação política por que passava o país, sob a égide do governo Vargas, foi predominante o discurso do rompimento com a ordem liberal da Primeira República, ou “República Velha” – esse último termo cunhado pelos novos donos do poder para depreciar o período anterior. Nesse ínterim houve um encontro consonante, tácito e gradual entre os campos político e cultural, que reforçou os rumos e os projetos do novo governo, em suas diversas facetas.

Entretanto é necessário frisarmos qual expectativa que tomamos para lidar com a consonância entre os dois campos. Muito embora, vemos a participação ativa e direta de uma nova camada intelectual nas várias esferas dos governos federal e estaduais, não é possível identificar uma concordância fiel e total de boa parte do campo com as práticas e projetos dos mandatários do governo Vargas. E nem mesmo, podemos tomar o Estado varguista como um agente de força e grandeza suficientes para cooptar o campo intelectual para dentro da sua órbita, de forma unilateral e unidirecional, como alguns autores analisaram, sendo Sérgio Miceli o mais representativo deles:

Todavia, se as velhas raposas da política republicana foram cedendo espaço cada vez maior para a direção de novos nomes imbuídos de uma perspectiva de inovação administrativa e burocrática do Estado, esses colaboraram, à sua maneira, com a configuração e a consolidação do projeto centralista e intervencionista do governo de

Getúlio Vargas. Entre esses novos nomes que chegam aos círculos da ação política do novo governo figura a presença de alguns modernistas de “carteirinha”. Sobre esses homens temos muito mais a falar. A sua participação na nova ordem política do país vai trazer para dentro da órbita governamental a possibilidade da concretude dos seus projetos intelectuais anteriores, gestados durante as primeiras décadas do século XX. A relação estratégica entre os dois campos forneceu ganhos a ambos os lados. Quanto à idéia de nação, a qual o Estado projetou e auxiliou a fixar, essa só foi possível pela ação destacada desses mesmos modernistas à frente dos locais promotores dessas ações¹³³.

Mas a dubiedade dos interesses e práticas de parte desse grupo modernista durante a década de 1930 é digna de análises. Com o intuito de destacar a atuação dos “modernos” nos vários circuitos de poder e dos lugares de sua promoção e detenção não poderemos deixar esquecer da presença de alguns deles na Academia Brasileira de Letras. A mesma academia que era o local predileto dos seus ataques anteriores, a organização que para muitos deles era a representante de todo o imobilismo e conservadorismo da criação cultural e artística brasileira, posição que Graça Aranha tentou destronar na década anterior, como já visto.

Uma mudança tão rápida de atitudes, em pouco mais de um decênio desde o discurso de Aranha, que pode ser tomado como o momento catártico de destaque da oposição que se criara entre os modernos e os acadêmicos. O trânsito desvolto e a aceitação escancarada pela ABL de nomes como Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto, Osvaldo Orico, Alceu Amoroso Lima, Cassiano Ricardo, Manuel Bandeira, Menotti del Picchia soam estranhos e inquietantes para o pesquisador da instituição. Ou, no mínimo

¹³³ Helena Bomeny nos fala de um período de mecenato da política brasileira que teve como epicentro um conjunto de intelectuais das mais diversas áreas e extração social. Na ótica da autora, a montagem de um aparelho de Estado nacional com vistas a desenvolver políticas na educação, na saúde, no patrimônio, nas artes, na cultura – é típico de toda a América Latina no período, sendo característica deles, a participação dos homens ilustrados capazes de sugerir, desenhar e dirigir propostas de ação em todos esse campos. Ver: BOMENY, H. *Infidelidades Eletivas: intelectuais e política*. In: BOMENY, H. (org.). *Constelação Capanema*. Intelectuais e política. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2001. pp. 11-35.

causa uma sensação de curiosidade sobre as práticas acadêmicas tão inusitadas e surpreendentes. E os problemas e indagações aparecem.

Será que a participação desses “modernos” na Academia, promoveu uma mudança de rumos da instituição ou foi somente um jogo de interesse e cartas marcadas? Ou, será que ao acolher esses seus antigos opositores, a ABL e seus tradicionais membros foram capazes de acalmar e estancar as pretensões renovadoras de seus novos membros? E ainda, mais suspeita seria outra hipótese: a participação desses nomes ligados ao modernismo inseriu uma nova imagem da Academia dentre o campo intelectual brasileiro? Se à primeira vista, as eleições desses homens para a instituição pareçam contraditórias, tentaremos ensaiar uma compreensão do significado desses feitos. As crônicas diárias são esclarecedoras das percepções que se formaram a respeito daquelas situações. Em 1935, quando Amoroso Lima foi empossado, o *Correio da Manhã*, sugeria um ensaio a respeito da feito e prognosticava o seu significado:

*“A eleição do sr. Tristão de Athayde (...) representa alguma coisa de extraordinário e notável. O romancista de Chanaan apresentando as bases de uma reforma da Academia, atacou na sua moleza; no seu scepticismo, na sua indiferença. (...) O sr. Tristão de Athayde, em nome de uma geração que vae passando não forçará a Academia a ter fé em Jesus Cristo e na sua Igreja. Mas há de sacudil-a, fazendo-a confiar em si mesma e na sua glória.”*¹³⁴

Nos anos 30, simultâneo ao processo de renovação por que passava, a Academia reservava para si uma forte e crescente oposição. Com o risco eminente de perder o espaço e o papel com que se consolidou nas décadas anteriores, o que se fez, ao permitir

¹³⁴ FILHO, M. Paulo. “O novo imortal”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13/set/1935. p. 02. CAL – Coleção Amoroso Lima.

a entrada desse nomes, foi uma tentativa ousada de renovação e redenção. Mas há de se ver que esse movimento foi feito em um caminho de mão dupla. Pois quem se inscrevia para as vagas abertas eram os mesmos nomes que anteriormente atacavam impiedosamente a ABL e os seus antigos membros, os quais tomavam como bolorentos e indignos de representar a dinamicidade e multiplicidade do emaranhado cultural do país e do seu campo intelectual e artístico.

Muito embora as muitas contra-imagens sobre a Academia Brasileira foram desenhadas por escritores modernistas, alguns deles não tardaram a se tornarem imortais. Nesse jogo, a instituição se renovou com as novas caras, teoricamente cobertas de espírito inovador, jovem e possivelmente redentor. Por outro lado, as carreiras literárias dos modernos se sustentaram e em sua maturidade intelectual o repertório curricular de pertencer ao cenáculo foi mais um dos atributos de valor e de arremate às suas biografias. As reviravoltas de suas opiniões sobre a instituição acabou por acatar a idéia, antes contestada, de a instituição ser realmente considerada como um espaço privilegiado de consagração do campo intelectual. A participação deles se soma à essa auto-imagem que a ABL sempre acabou por produzir de si e que tentava entronizar entre o meio cultural e a elite intelectual, apesar das contestações recorrentes. Pelo menos até a década de 1940.

Nomes de escritores modernos que entraram para a ABL na década de 30 e 40 fariam um exaltado Graça Aranha arrepiar. O mesmo acadêmico modernista, que rompeu com a instituição que era tomada como a representante da tradição literária e cultural que os modernos queriam romper estranharia, com espasmo, a viravolta que ocorreu em tão curto espaço de tempo. Após a morte de Aranha parece que houve um *mea culpa* intencional e declarado dos acadêmicos com a ocorrência da enxurrada modernista para o cenáculo das letras.

No entanto, “nem tudo eram flores”! O estranhamento entre as alas – modernos e tradicionalistas – começaram a se definir logo. Com a entrada de escritores modernos para a instituição, chegava-se em alguns momentos a se criar a ilusão de uma real disputa entre os chamados “passadistas” e os “futuristas” dentro do espaço da ABL. E a imprensa, sedenta pelas polêmicas, à espreita de notícias vendáveis das intrigas e brigas dos acadêmicos, estava pronta e disposta para alimentar os litígios, se agrupando a favor de um ou outro grupo. As notícias reais ou fictícias sobre os imortais estavam, dia após dia, estampadas nas crônicas diárias dos jornais do país. E a entrada dos “modernos” estimula esse quadro.

Já no adiantar dessa nova configuração acadêmica, em 1939, o acadêmico Cláudio de Souza ao recepcionar o novato Clementino Fraga, ainda trazia à tona a polêmica nunca estancada entre a posição anterior de ataques dos modernos e a desconcertante participação deles no seio da instituição:

“Onde há letras, há sempre dessas asas negras que nasceram para assombrar a claridade da poesia e agredir com o chirriar de sua inveja o estéril (...). Se estais aqui ao abrigo das ondas do mar, ficais mais expostos aos tufões do espírito renovador das letras, que em certa ocasião nos assaltou em extremês chistoso e útil. Chistoso para provar a inexpugnabilidade dessa fortaleza e útil para a publicidade dos assaltantes, que ainda hoje, em manifestos repetem sempre, com bom humor, que daquela minisculo incidente resultou a transformação da literatura nacional, boato ainda sem confirmação (...)”¹³⁵

¹³⁵ SOUZA, Cláudio de. “Recepção do sr. Clementino Fraga” (Resposta). *Revista da Academia Brasileira de Letras*. v. 57, jan.a jul/1939. p. 143.

Cláudio de Souza se referia ao discurso de Aranha, ocorrido quinze anos antes, dado para alguns modernos escritores como um evento fundacional de uma nova atitude e postura dos literatos do país, na esteira do movimento modernista. Mas ele também se posicionava contrários à aceitação daqueles mesmos homens de outrora que na ocasião estavam sentados na platéia como membros efetivos da ABL. Ainda sim, sua posição parecia isolada em meio aos acontecimentos que diziam o contrário, visto a continuidade da entrada de outros nomes representativos do modernismo.

Por meio dos discursos de entrada dos modernos à Academia observar-se a construção de uma lógica que legitimava suas eleições para o lugar, antigo alvo de seus ataques. Muito embora tenhamos em vista a pluralidade das tendências, matrizes e posicionamentos desses escritores, portados como renovadores das artes nacionais. Só para lembrar, na segunda metade da década de 20, o movimento modernista se ramificou em diversas tendências dissidentes: Movimento Verde-Amarelo, Movimento Pau-Brasil, Grupo Anta, o que demonstra a complexidade e a multiplicidade de tendências de suas fileiras, no curso dos anos 20.

Assim, se em 1930 temos a eleição de Guilherme de Almeida; em 1934 o moderno da vez que se tornara acadêmico foi Ribeiro Couro. Em meados da década foram as vezes de Amoroso Lima e de Cassiano Ricardo, eleitos em 1936 e 1937, respectivamente. O primeiro vale lembrar tornara-se um militante católico, assíduo seguidor do líder católico, Jackson de Figueiredo. Em 1940, houve até mesmo a surpreendente eleição de Manuel Bandeira. Além desses, a aceitação de nomes como Osvaldo Orico e Mennotti del Picchia nos parecem estranhamente sugestivos.

A esses novos transeuntes e sujeitos da Academia as recomendações dos mais velhos era recorrente. Nunca lhes era velado a origem e as práticas passadas em que se envolveram contra o cenáculo. Um sobreaviso que devia constrangê-los, mas também

tinha a força de fornecer elementos para a redobrar a sustentabilidade de que parecia o grêmio. Aos modernos que se aventuravam atrevidamente a entrar para a Academia, restava-lhes a justificativa da escolha, para fugir do embaraço que a ação provocava. Ribeiro Couto, ao tomar posse de sua cadeira, dizia que a hospitalidade acadêmica em recebê-lo soava como um castigo por conta das suas imposturas anteriores. Del Picchia, também no seu discurso de posse se firmava num breve histórico do movimento modernista para explicar aos imortais as atitudes anti-acadêmicas de vários de seus parceiros, incendiadores da renovação estética da cultura e das artes.

Todos esses nomes citados acima podem entrar no rol dos acadêmicos modernos. Mas o que isso supõe afinal? Ora, parece óbvio e simples, mas o que se passou foi um processo timidamente renovador dos quadros dos imortais permitidos. Tímido nas entrelinhas porque não consegue se desestruturar em definitivo as bases sólidas nas quais se sustentavam a ABL. Mas é transformador porque alia as mudanças nominais à um escancaramento do alinhamento ao discurso oficial para o qual também concorreram o novo quadro de homens que se juntaram ao cenáculo. Um clima de modernização do país, mesmo que na esfera simbólica, transpassava também pelas paredes do *Trianon* com a entrada de antigos escritores modernos que foram se arvorar ao quadro dos imortais.

Não fora um processo fácil, embora tenha se delineado rapidamente, entre a passagem das décadas de 1920 para 1930. Uma vez que o intervalo entre o estardalhaço do discurso de Aranha em 1924 até a eleição de Guilherme de Almeida – patrocinador da *Semana de 22*, passaram-se somente seis anos. Por outro lado, o alinhamento de parte da intelectualidade com as bonanças e possibilidades do governo de Vargas e do espírito de renovação das formas arcaicas da sociedade brasileira passava por outros caminhos que não só das agências da administração pública e dos seus escritórios

burocráticos. A partir do momento o qual é possível afirmarmos que a ABL se envolveu, tacitamente, às coordenadas do governo varguista, os nomes que entraram para o local não foram escolhidos aleatoriamente.

Houve tendências certas de acolher no cenáculo os entusiastas, favoráveis e partícipes da governança estatal. E quando vemos que nos anos em foco promoveu-se uma experimentação de novas maneiras de se fornecer os dados para uma modernização necessária ao país, se buscou a participação de novas cabeças que guiassem as novas diretivas. Mentres revolucionárias nas artes, mas conservadoras nos vícios e desvirtuosismos das elites brasileiras. Mentres modernas, mas ansiosas pela permanência de seu tacão de condutores e promotores das formas culturais e artísticas representativas da nação. O papel de condução das elites aos rumos do país não escaparam das mãos modernizantes e modernistas.

Lembrando que a renovação nominal da ABL representava a capacidade de adaptação dos homens à sua frente às novas demandas dos anos 30 e com os representantes da nova geração intelectual. O princípio da razoabilidade acadêmica vem à tona, porque demonstrava a falta de ressentimentos dos acadêmicos mais antigos pelos seus depreciadores de primeira hora. A contradição aparente das vitórias desses nomes também pode ser explicada pelo critério de brindamento da Academia aos “candidatos de Palácio”, ou seja, dos partícipes das instâncias governamentais. Assim o moderno imortal pode ser justificado muito mais pela segunda condição do que pelo fato do seu envolvimento com o movimento modernista da década de 20¹³⁶. Mas também é possível

¹³⁶ Só para tomarmos como exemplo, Cassiano Ricardo e Mennotti del Picchia, dirigiram, respectivamente, os jornais governistas, o carioca *A Manhã* (criado em 1941) e o paulista *A Noite* (criado em 1942). Os dois jornais faziam parte das Empresas Incorporadas à União pelo Estado Novo e nos momentos mais recrudescentes e duros do regime foram amplamente usadas para sagrarem as ações do governo e os valores nacionais, para a fermentação da ideologia trabalhista, e reverenciarem o culto a Getúlio Vargas. Publicações parecidas juntam-se ao arsenal editorial lançado pelo governo para servir à publicidade estado-novista, como as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Sobre o assunto ver: SODRÉ, 1966; GOMES, 1999; OLIVEIRA et. all., 1982.

que o fato desses escritores modernos serem reconhecidos pela intelectualidade e pelo público leitor pela qualidade de sua literatura, além de serem sinônimos de sucesso editorial, fornecem outras justificativas para o seu coroamento na Academia Brasileira de Letras.

A participação com o movimento modernista, algumas vezes, é atenuado, como se vê. Mennotti del Picchia ao tomar posse na ABL, apostando na imagem de “zona neutra do espírito” ao local, despistava a sua atitude anti-acadêmica de antes, tentando superar a contradição da sua eleição. O escritor, usando o artifício de lembrar da sua geração, assim dizia:

“À minha geração foi dado um triste lugar no mundo. Surgiu ela para a consciência social no instante dramático em que a estrutura de um ciclo histórico rompia-se mercê a revolução da técnica. (...) Nessa fase, que implica na quebra de velhos quadros políticos, estéticos e sociais, cabe aos artistas procurar novos rumos. É natural que tenhamos cometido muitos erros. Rasgar caminhos no desconhecido é, possivelmente, tomar atalhos que desbordam no abismo, mas ninguém negará bravura a essa caminhada conduza ela às verdades do futuro ou aos erros do momento.(...)”¹³⁷

Del Picchia ainda lembrava, por outro lado, que sentia “orgulho de ter pertencido ao pelotão de vanguarda na revolução do pensamento brasileiro” dizendo que na origem do modernismo estavam postos “os germes de todos os caminhos e descaminhos ofertados como hipóteses de solução a esse momento crucial da pátria”. Ele se esquivava, mas não abria mão de seu lugar de origem. A força das palavras de

¹³⁷ PICCHIA, Mennotti del. “Recepção do sr. Menotti del Picchia” (Discurso de Posse). *Revista da Academia Brasileira de Letras*. v. 67, jan.a jul/1944. p. 153.

Menotti se completava com o discurso de recepção conferido pelo seu amigo Cassiano Ricardo que partiam para outra direção, a de pressão ao fim do Estado Novo, o que estava posto explicitamente desde outubro daquele ano com o *Manifesto dos Mineiros*. Naquela noite de 20 de dezembro de 1943, suas palavras condizem com a aquilo que dizemos: de que a ABL e seus homens auxiliaram e produziram mensagens políticas transportadas e remetidas pelo ambiente acadêmico, o que vai muito além do seu caráter de despolitização original:

“A democracia social dentro do regime presidencialista e federativo representa a fórmula garantidora de nossas liberdades, sem quebra dos princípios fundamentais da disciplina e da hierarquia.(...) Para realizar esse ideal, que está no instinto de nosso povo, é mister que os brasileiros se unam acima dos partidos, no formidável bloco unânime e coeso da vontade de querer que o Brasil seja Brasil”¹³⁸

As palavras de Ricardo em meio à atmosfera do final de 1943 mostra-nos a discussão política daqueles meses sendo tragada para dentro da Academia, o que naquele período significava atacar a ditadura Vargas – com suas vestes autoritárias e centralista – em que o poder forte em prol de uma modernização e de uma democracia social contemplada pela legislação trabalhista dava sinais de esgotamento. Ricardo, apesar de está a frente do jornal do governo, *A Manhã*, conciliava-se com o discurso contra o Estado Novo, onde afirmava que o “federalismo” era a forma de governo que garantiria as liberdades cerceadas pela censura e que isso não era nenhum empecilho à hierarquia e à disciplina. Mesmo sendo, o que deveria ser – um mero discurso de

¹³⁸ RICARDO. Cassiano. “Discurso de Recepção de Menotti del Picchia”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. v. 67, jan.a jul/1944. p. 204.

recepção ao novo ingresso – Ricardo conclamava que para o passo para o regime democrático, para que o “Brasil seja Brasil”, os partidarismos deveriam ser postos de lado e uma união da oposição a Vargas deveria partir para a ação.

Os dois amigos que compuseram o grupo verde-amarelo do movimento modernista em São Paulo – dissidência direitista – estavam há muito familiarizados e participantes da rede político do governo¹³⁹. De uma vez por todas a política estava em meio à Academia, sem nenhum disfarce, sem tergiversar-se. Até os originalmente literatos não perdiam a oportunidade de atribuírem o papel da política com insistência e requintes, sem vacilarem.

A dupla movimentação conferida à renovação dos quadros acadêmicos – de somar entre seus membros os funcionários do alto escalão do governo, além dos modernistas de peso, anteriormente seus oponentes – nos permite galgar a idéia que a Academia se tornou política nesses anos e por sua vez, foi um local oficioso de promoção dos caracteres nacionais em torno da língua e da literatura do país. Com um intervalo de quarenta anos, esse seu papel contraria o objetivo de quando foi fundada, em que o que estava programado era uma associação de literatos em prol da defesa da língua e da produção literária e na luta pelas condições da atividade intelectual. Além dessas premissas iniciais a Academia se portou inicialmente como porta-voz do campo intelectual em ascensão no final do século XIX e início do XX.

¹³⁹ Muito embora MICELI, 1979. p. 35 concorda com a idéia de que o ingresso de Mennotti del Picchia e de Cassiano Ricardo para a ABL se explicasse por suas participações “à testa dos aparelhos ideológicos do regime”, é preciso relativizar essa visão. O fato de estar na direção dos postos oficiais do Estado Novo, não coincide diretamente com um alinhamento cego e incondicional com a ditadura. Há espaço para a crítica, para a não adesão, para proposições alternativas. A nosso ver, o próprio regime estado-novista não é um todo coeso de 1937 a 1945, tendo momentos de maior endurecimento e recrudescência e outros de atenuação da censura e da perseguição aos opositores, o que dá vazão a comportamentos de críticas diretas ao regime, principalmente a partir do final de 1943, quando se deu por exemplo o discurso de Cassiano Ricardo na Academia, quando da recepção de Menotti del Picchia. Essa recepção, é preciso frisar, se deu apenas dez dias antes da posse de Getúlio Vargas no cenáculo, quando esse tentou assegurar um discurso totalmente diferente, de defesa do Estado Novo e do que trouxera para o terreno das artes e da cultura e da necessidade alinhamento da elite cultural do país com o governo, sendo que a Academia poderia dar o exemplo, por reunir uma “bela amostragem” do campo intelectual do país.

Os anos 30 e 40 nos revelam uma outra academia e o grupo heterogêneo de homens à sua frente e que deram forma e fama, correspondeu à nova situação que o cenáculo enfrentou durante esses anos. O escancaramento do trânsito com as esferas do Estado encontrou nos nomes dos seus membros as pistas mais verídicas da nova situação que se abateu sobre a instituição. A cena política do período encontrou abrigo na ABL e isso simbolizou a rearticulação do campo político com o intelectual durante os anos Vargas. As investidas dos candidatos palacianos e/ou modernistas à Academia Brasileira se fundamentaram no espaço que ocupavam na burocracia, reconhecendo o papel que o local ainda concentrava de templo consagrado e produtor de capital simbólico para seus membros, armas que empunharam no terreno das lutas e disputas enquanto intelectuais e também como homens públicos. Mesmo que à custa de críticas justificáveis, a montagem desse esquema acadêmico se sustentou durante os anos 30 e 40, até mesmo recaindo na escolha de Getúlio Vargas para a “imortalidade”. E o recurso à identidade nacional, além da aproximação tácita com o governo, foram os materiais unificadores para o acerto dos ponteiros da Academia, tanto em seu plano interno assim como na sua relação e trânsito com os postos oficiais do Estado.

CONCLUSÃO

Na observação das várias passagens e temas que expusemos nessa dissertação, algumas conclusões se fazem necessárias. Vimos que nos anos 30 e 40 do século passado a temática da nação tornou-se, parcialmente, uma idéia-força entre a camada dos intelectuais. No momento de transitoriedade que a década de 1930 acarretava, da passagem de dois mundos e de dois tempos, da Primeira República para a instauração de um processo de modernização do país, mesmo que ao custo de um governo centralizador e ao fim autoritário. E essa experiência interna do país se vincula à situação mundial instável do período, que entra a década de 30 sob o abalo do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, até o raiar do decênio que terminou com o preço de uma nova guerra global que envolveu as principais nações do planeta.

O processo de modernização que se abateu sobre o Brasil nesses anos tomou o tema da nação estimulando-o o que acabou por tornar-se um projeto de governo, para o qual se convergiram parte da camada letrada do país, quem detinha os títulos e diplomas indispensáveis nessa empreitada. Na busca e a recriação de uma identidade nacional ao país, procurou dar-lhe unidade e positividade, em todos os sentidos, calando sobre as contradições internas, das desigualdades gritantes e do seu desacerto para compor o concerto das nações fortes, viáveis e respeitáveis ao passo da construção de uma nova ordem mundial que se operava.

Entre os produtores dos bens culturais e como detentores de legitimidade no âmbito intelectual, os membros da Academia Brasileira de Letras estiveram presentes e atuantes nos discursos a respeito da nação e no envolvimento com algumas das ações que a materializassem. A instituição, mesmo com a imagem arranhada e desgastada ao

longo do seu curto tempo de existência se supriu de novos quadros, para corresponder tanto à expectativas lançadas para si e sobre os seus homens, como também para garantir suporte para combater as imagens negativas que sempre recebeu. Dizemos com segurança que a ABL sempre atraiu imagens ambivalentes tanto do campo dos intelectuais como de leigos.

A Academia foi marcada nesses anos por uma característica oficiosa na sua trajetória de alinhamento parcial com a ordem política dos anos Vargas, apesar do anseio original dos seus fundadores de ser sempre uma agremiação dissociada da política, dos partidos e do governo. A aproximação com os novos donos do poder se impôs para chancelar as ações patrocinadas pela instituição como no caso do Acordo ortográfico de 1931 e também na luta dos acadêmicos para impedir a mudança do nome do idioma para *língua brasileira* e daí o mal-estar diplomático que a medida poderia acarretar. Nesses empreendimentos acadêmicos, o recurso à nação foi recorrente até mesmo na coroação de Machado de Assis como ícone máximo da literatura brasileira, na ocasião da passagem de aniversário dos cem anos de nascimento do escritor carioca, em 1939. O fundador e patrono da ABL, que até mesmo leva o seu nome – Casa de Machado de Assis – foi coberto com os louros de expoente maior da cultura brasileira, num esforço conjunto da Academia e do Estado Novo.

Mas se, nos anos 30 e 40 do século passado, a atitude e posição dos acadêmicos à frente da instituição passaram preferencialmente pela chave da identidade nacional, essa se deu no terreno da língua, da tradição literária do país e dos seus representantes, os temas originais para a criação do cenáculo, que no período em questão foi repaginado. Mesmo assim não houve com escapar as imagens do peso político com que foram pintadas pelos imortais.

A aproximação da ABL com o governo foi estratégica e fica patente no rastro dos discursos dos membros da ABL a respeito da identidade nacional, o mesmo discurso que também era oficial. Essa tônica é justificada por conta dos nomes que a compuseram durante o período, que estavam também envolvidos na administração pública, na diplomacia, nas agências, institutos, serviços, departamentos e ministérios governamentais. A crescente burocratização e a tutela do Estado nas áreas da educação, do patrimônio, da saúde, das artes, da cultura exigiram a presença de homens ilustrados imbuídos de gerir, de desenhar fórmulas e de colocar em ação os projetos de presença e controle do governo com o intuito de delinear a nação.

A presença na ABL de alguns importantes nomes desse quadro permite-nos concluir que a proximidade com os círculos oficiais do poder foi outro critério para as estranhas eleições de nomes pouco afeitos ao universo literário ou artístico em si. Se nos anos 10 a teoria dos expoentes, que visava a permissão de representantes exemplares das diversas áreas da inteligência do país para entrarem no instituto das letras, na década de 1930, os “candidatos de Palácio” também tiveram vez no ambiente acadêmico e esse foi outro critério poucas vezes lembrado.

Outra presença que marcou a agremiação durante esse período foi a de alguns modernistas, anos antes, fortes opositores ao lugar e aos seus antigos membros. A ida de alguns modernistas para a Academia, como Cassiano Ricardo, Mennotti del Picchia e Manuel Bandeira, renovou os seus quadros, surpreendentemente. O aspecto dessas eleições é curioso porque tem a ver com a participação desses nomes na máquina governamental, mas também como meio de demonstrar a adaptabilidade e a flexibilidade do cenáculo aos novos tempos, refletindo uma tentativa de ou modernizar-se ou cair no ostracismo e na indiferença do público. O que aqui se conclui explica a contradição na escolha desses nomes.

Mas outro caráter, de concretização e de exemplo da aproximação da Academia com o governo se deu com o escancaramento dessa relação pela eleição de Getúlio Vargas, em 1941, uma das mais polêmicas ocorridas para o local. A indicação do nome do presidente da República para a vaga de Alcântara Machado – que feria os estatutos originais, modificados para dar conta da eleição – demonstra a simbiose entre o Estado e a ABL, na cola da sua imagem de representante da alta cultura do país. A eleição contabiliza para a agremiação os efeitos de produzir a associação entre a classe dirigente e a intelectualidade, ao permitir para os seus círculos, o chefe do Estado Novo. O evento também lança a Vargas as insígnias de homem de letras e de cultura, o do Rei-Filósofo – junto à imagem de homem de ação, pragmático e enérgico na solução dos problemas do país, contribuindo para a face personalista do regime estado-novista.

Assim, vemos que a trajetória da Academia Brasileira de Letras durante os anos Vargas, longe de ser despercebida, tem um forte expressividade e importância, que não foi levada em conta pela literatura a respeito do período e nem a que trata da instituição. O trabalho aqui finalizado tem o objetivo de analisar os eventos que ali se procederam, de 1931 a 1943, uma curta duração que norteia o envolvimento da ABL com o governo Vargas, desde quando esse era Provisório na ocasião do Acordo ortográfico de 1931 até a fase mais dura do Estado Novo, em 1941, quando se deu a eleição de Getúlio Vargas na instituição, caminhando para o momento de sua posse, em dezembro de 1943, quando começava a se firmar uma forte oposição ao governo, colocando em xeque suas condutas e rumos.

Nos seus cento e dez anos, a ABL tem muita história a ser contada a seu respeito sobre o papel social e político ao longo do seu percurso institucional, revelado através dos seus membros e pelas ações encampadas pelos mesmos, que também refletem, e muito, o modo como a elite intelectual do país se comportou e se envolveu em meio ao

universo político da recente história brasileira. Mesmo que atualmente lhe falte uma visibilidade maior, em outros momentos de sua trajetória, a Academia teve posição firme e instigante em espaços e arenas que, teoricamente, não lhe cabiam como o caso da entrada da política para dentro da Casa de Machado de Assis.

E vale lembrar que, embora seja importante no cenário intelectual do país desde sua fundação no final do século XIX, quem materializou e quem deu forma à instituição foram os homens que ocuparam suas 40 cadeiras, e que produziram muito mais que uma “dança das cadeiras”, como sugere o título da importante obra sobre a ABL, de autoria de João Paulo Coelho Rodrigues. Os acadêmicos de outrora, e mesmo os atuais, tiveram diversas maneiras de impor os seus pontos de vista, suas posições individuais e institucionais agindo no microcosmos acadêmico e também no espaço público, através de suas análises, discursos e ações concretas, que do mundo literário e intelectual se espalharam, atingiram e envolveram amplos aspectos da sociedade brasileira – da política às questões sociais, da educação à produção cultural. Mesmo que os efeitos dessas empreitadas possam ser simbólicos e minimizados, dependendo da época de sua ocorrência e de quem são os homens – e agora também mulheres – da Academia que o fizeram.

FONTES

- Revista da Academia Brasileira de Letras:

1931 –

volume 35 – números 109 ao 112

volume 36 – números 113 ao 116

volume 37 – números 117 ao 120

1932 –

volume 38 – números 121 ao 124

volume 39 – números 125 ao 128

volume 40 – números 129 ao 132

1933 –

volume 41 – números 133 ao 136

volume 42 – números 137 ao 140

volume 43 – números 141 ao 144

1934 –

volume 44 – números 145 ao 148

volume 45 – números 149 ao 152

volume 46 – números 153 ao 156

1935 –

volume 47 – números 157 ao 160

volume 48 – números 161 ao 164

volume 49 – números 165 ao 168

1936 –

volume 50 – números 169 ao 172

volume 51 – números 173 ao 176

volume 52 – números 177 ao 180

1937 –

volume 53 – janeiro a junho

volume 54 – julho a dezembro

1938 –

volume 55 – janeiro a junho

volume 56 – julho a dezembro

1939 –

volume 57 – janeiro a junho

volume 58 – julho a dezembro

1940 –

volume 59 – janeiro a junho

volume 60 – julho a dezembro

1941 –

volume 61 – janeiro a junho

volume 62 – julho a dezembro

1942 –

volume 63 – janeiro a junho

volume 64 – julho a dezembro

1943 –

volume 65 – janeiro a dezembro

volume 66 – julho a dezembro

1944 –

volume 67 – janeiro a julho

- Jornal Dom Casmurro – Semanal
Números: 01 ao 245, de 1937 a 1943.

Edição Especial de 2º aniversário e dedicada ao Centenário de Machado de Assis – 32 páginas.

- Revista Ilustração Brasileira – dez/1946 – Ano 24 – número 140 – Edição Comemorativa do Cinquentenário da Academia Brasileira de Letras

- Coleções Pessoais pesquisadas no Centro de Memória da ABL*:

CAL – Coleção Amoroso Lima

caixas: 10.4.29; 10.4.30; 10.4.31; 10.4.32; 11.4.4; 11.4.5; 11.4.6; 11.5.4; 11.5.5; 11.5.6

CCR – Coleção Cassiano Ricardo

caixas: 09.2.28; 09.2.09; 09.5.1; 09.5.2; 09.5.3

CGV – Coleção Getúlio Vargas

caixas:

CGB – Coleção Gustavo Barroso.

caixas: 06.2.3; 06.2.4; 06.2.5; 06.3.35; 06.3.37

CHL – Coleção Hélio Lobo

caixas: 04.7.1; 05.2.11; 05.2.12

CJF – Coleção João Neves da Fontoura

caixas: 01.2.06; 01.2.08

CLC – Coleção Levi Carneiro

caixas: 08.3.13; 08.6.3

CMS – Coleção Macedo Soares

caixas: 04.5.5; 05.1.06; 05.1.07; 05.1.11

CMP – Coleção Mennotti del Picchia

caixas: 08.4.01; 08.7.03; 08.7.04; 08.7.05

COV – Coleção Oliveira Vianna

caixas: 02.5.3; 03.1.01; 03.1.02

* As coleções pessoais dos membros da Academia Brasileira de Letras que se encontram depositadas no Arquivo do Centro de Memória da instituição, trazem grande gama de documentação reunida a respeito do acadêmico em vista. São documentos produzidos pelo próprio imortal ou produzidos a respeito do mesmo e sobre a sua obra. É importante lembrar que a reunião dessa documentação pode ser um indício e qual imagem a instituição quer construir a respeito do escritor ou escritora, apesar da diversidade das fontes em cada uma das coleções. Outro grupo de documentos contidos nessas coleções são os recortes de jornais que representam a grande maioria das informações sobre o(a) acadêmico(a) e trazem passagens sobre suas obras ou algum episódio ligado à vida do(a) mesmo (a). O uso desses recortes foram importantes ao longo da dissertação e são uma base importante para o tratamento que se fez tanto das imagens talhadas sobre os imortais quanto da Academia.

CPC – Coleção Pedro Calmon

caixas: 05.4.5; 05.4.6; 05.4.24; 05.4.25; 05.4.27; 05.5.1

CRP – Coleção Roquette-Pinto

caixas: 05.5.6; 05.6.1; 06.2.01; 06.2.02; 06.2.03; 06.2.04

CXM – Coleção Xavier Marques

caixas: 08.3.22; 08.3.23; 08.7.2

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Academia Brasileira de Letras: 100 anos*. São Paulo: BEI Comunicação, 1997.
- _____. *Antologia dos Diplomados da Academia Brasileira de Letras (ADABL)*. Rio de Janeiro: Luzes, 2001.
- _____. *Xavier Marques e a ABL: correspondências*. Rio de Janeiro: ABL, 1996.
- ALBUQUERQUE, J.J. C. Medeiros. *Homens e coisas da Academia*. Rio de Janeiro: Renascença, 1934.
- _____. *Minha vida e memórias*. Rio de Janeiro: Calvino, 1933.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Denise, LOUZEIRO, José. *O poder e a glória*. Rio de Janeiro: Museu da República: 2004.
- AUTUORI, Luiz. *Os quarenta imortais*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1945.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOMENY, Helena. (org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Campo Intelectual e Projeto Criador. In: POUILLON, Jean. [et. al.]. *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp.105-145.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- BEIRED, Luís Bendicho. *Autoritarismo e Nacionalismo: o campo intelectual da nova direita no Brasil e na Argentina – 1914/1945*. (tese de doutorado/USP: 1996).
- BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. pp. 13-36.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- BURKE, Peter; POTER, Roy. *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- CABECEIRAS, Claudia Maria. *O papel da língua na construção de uma identidade nacional na França e no Brasil*. (dissertação de mestrado/UFRJ: 2001).

- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na Era Vargas: proibição do falar alemão e resistência no sul do Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.º 23, 1994.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. 1930: reedição melhorada da República. *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, 1990.
- CASTILHO, Ataliba. *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas/USP, 1998.
- _____. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COUTO, Hildo Honório. *O que é português brasileiro?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1977.
- _____. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2002.
- _____. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Ed. FGV, 1999.
- DE LUCCA, Tânia Regina. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- _____. *Rebeldes Literários da República: História e Identidade Nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- _____. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*: n.º 28, Belo Horizonte, 2001.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- ELIAS, Nobert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.
- FARIA, Antônio Augusto. *Getúlio Vargas e sua época*. São Paulo: Global, 1982.
- FIGUEIREDO, Guilherme. *As excelências ou como entrar para a Academia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GOMES, Angela de Castro. *Historia e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- _____. Essa gente do Rio...*Estudos Históricos*, v. 6. n.º 11, pp.62-73, 1993.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*: n.º1, Rio de Janeiro, FGV, 1988.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé*. Paris: EHESS, 1990.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. Documento/Monumento. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa do Moeda, 1984. v.1.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. Documento/Monumento. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa do Moeda, 1984. v.1.
- LIMA, Alceu Amoroso (conferência). *Quem é quem nas artes e nas letras do Brasil*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Departamento Cultural e de Informação, 1966.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. VI, VII (1933-1960). São Paulo, TA Queiroz, 1996. 2ªed.
- MENESES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio de Janeiro, LTC, 1978. 2ª ed.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil: (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTTA, Marly Silva. *A Nação faz 100 anos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

- NEVES, Fernão. *Academia Brasileira de Letras: notas e documentos para a sua história (1896-1940)*. Rio de Janeiro, ABL, 1943.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORLANDI, Eni. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP Pontes, 1993.
- _____. *Língua Brasileira. Anais da ABRALIN*, SBPC: São Paulo, 1993.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.
- PIMENTA, M. V. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, v. 6. n.º 11, pp. 89-112, 1993.
- PIMENTEL PINTO, E. *O Português do Brasil – textos críticos e teóricos*. São Paulo: Edusp, 1978.
- PINTO, E. P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Edusp/ LTC, 1978. 2 vol.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Os radicais da República – Jacobinismo: Ideologia e Ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, João.; ROCHA, Hildon. *A língua nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. A língua nacional. In: OLIVEIRA, José Osório (org.) *Ensaístas brasileiros*. Lisboa: Bertrand, [s/d].
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- RODRIGUES, João Paulo C. Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas : Ed. Unicamp, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura com missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Valéria T. da Costa. *Os Segredos da Imortalidade: uma etnografia da Academia Brasileira de Letras*. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

- SINGER, Rena. *Academia Brasileira de Letras: nacionalismo à francesa*. (Dissertação de Mestrado em Língua e Literatura Francesa). São Paulo; FFLCH/USP, 1997
- SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. IN: REMOND, René. *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. pp. 231-68.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP: Paz e Terra, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- VELSQUEZ, Muza Clara. *Homens de letras no Rio de Janeiro nos anos 30 e 40*. (tese de doutorado/UFF: 2000)
- VENÂNCIO, Giselle. *A Trama do Arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. (tese de doutorado/UFRJ: 2003).
- VERGARA, Luiz. *Getúlio Vargas passo a passo (1928-1945)*. Porto Alegre: Ed. Age, 200.
- VITOR, Edgar D'Almeida. *Ad Immortalitaten*. Rio de Janeiro: Ed. Irmãos Pongetti, 1943.

ANEXO I

MESAS DIRETORAS DA ABL – período: 1931 a 1943	
ANO	MESAS DIRETORAS
1931	Presidente: Fernando de Magalhães Secretário Geral: Gustavo Barroso 1º Secretário: Olegário Mariano 2º Secretário: Ademar Tavares Tesoureiro: Luiz Carlos Chefe da Biblioteca: Félix Pacheco Redator da Revista: Medeiros de Albuquerque
1932	Presidente: Fernando de Magalhães Secretário Geral: Gustavo Barroso 1º Secretário: Olegário Mariano 2º Secretário: Ademar Tavares Tesoureiro: Luiz Carlos Chefe da Biblioteca: Félix Pacheco Redator da Revista: Medeiros de Albuquerque
1933	Presidente: Gustavo Barroso (renuncia em setembro, por conta da polêmica de sua entrevista ao “Folha de Minas”), assumindo o posto inteiramente, o acadêmico Ramiz Galvão. Secretário Geral: Olegário Mariano 1º Secretário: Ademar Tavares 2º Secretário: Tesoureiro: Antônio Austregésilo Chefe da Biblioteca: Félix Pacheco Redator da Revista: Medeiros de Albuquerque
1934	Presidente: Ramiz Galvão Secretário Geral: Félix Pacheco 1º Secretário: Hélio Lobo 2º Secretário: Celso Vieira Tesoureiro: Cláudio de Souza Chefe da Biblioteca: Afrânio Peixoto Redator da Revista: Fernando de Magalhães
1935	Presidente: Conde de Afonso Celso Secretário Geral: Laudelino Freire 1º Secretário: Celso Vieira 2º Secretário: Pereira da Silva Tesoureiro: Fernando de Magalhães Chefe da Biblioteca: Afrânio Peixoto Redator da Revista: Fernando de Magalhães
1936	Presidente: Laudelino Freire Secretário Geral: Octávio Mangabeira 1º Secretário: Miguel Osório de Almeida 2º Secretário: Múcio Leão Tesoureiro: Antônio Austregésilo Chefe da Biblioteca: Alceu Amoroso Lima Redator da Revista: Ademar Tavares

1937	<p>Presidente: Ataulfo de Paiva Secretário Geral: Miguel Osório de Almeida 1º Secretário: Múcio Leão 2º Secretário: Pedro Calmon Tesoureiro: Gustavo Barroso Chefe da Biblioteca: Victor Vianna Redator da Revista: Ademar Tavares</p>
1938	<p>Presidente: Cláudio de Souza Secretário Geral: Antônio Austregésilo de Athayde 1º Secretário: Múcio Leão 2º Secretário: Levi Carneiro Tesoureiro: Celso Vieira Chefe da Biblioteca: A. J. Pereira da Silva Redator da Revista: Ademar Tavares</p>
1939	<p>Presidente: Antônio Austregésilo de Athayde Secretário Geral: Celso Vieira 1º Secretário: Levi Carneiro 2º Secretário: João Neves da Fontoura Tesoureiro: Roquette-Pinto Bibliotecário: Pedro Calmon Redator da Revista: Ademar Tavares</p>
1940	<p>Presidente: Celso Vieira Secretário Geral: Levi Carneiro 1º Secretário: João Neves da Fontoura 2º Secretário: José Carlos Macedo de Soares Tesoureiro: E. Roquette-Pinto Bibliotecário: Fernando de Magalhães Redator da Revista: Ademar Tavares</p>
1941	<p>Presidente: Levi Carneiro Secretário Geral: J. C. Macedo Soares 1º Secretário: A. J. Pereira da Silva 2º Secretário: Pedro Calmon Tesoureiro: E. Roquette-Pinto Bibliotecário: Fernando Magalhães Redator da Revista: Afonso de E. Taunay</p>
1942	<p>Presidente: José Carlos de Macedo Soares Secretário Geral: Múcio Leão 1º Secretário: Pedro Calmon 2º Secretário: Manuel Bandeira Tesoureiro: E. Roquette-Pinto Bibliotecário: Afonso de E. Taunay Redator da Revista: Antonio de Austregésilo</p>
1943	<p>Presidente: José Carlos de Macedo Soares Secretário Geral: Múcio Leão 1º Secretário: Pedro Calmon 2º Secretário: Manuel Bandeira Tesoureiro: E. Roquette-Pinto Bibliotecário: Afonso de E. Taunay Redator da Revista: Antonio de Austregésilo</p>

ANEXO II^{140*}

CADEIRA	NOME	ELEIÇÃO e POSSE	ANTECESSOR
01	Afonso de Taunay	01/11/1929 06/05/1930	Luiz Murat
02	João Neves da Fontoura	13/03/1936 12/06/1937	Coelho Neto
03	Filinto de Almeida (fundador)	-	-
04	Alcydes Maia	06/09/1913 21/07/1914	Aluísio de Azevedo (fundador)
05	Aloysio de Castro	14/11/1917 05/04/1919	Oswaldo Cruz
06	Barbosa Lima Sobrinho	29/04/1937 31/01/1938	Goulart de Andrade
07	Afrânio Peixoto	07/05/1910 14/08/1911	Euclides da Cunha
08	Oliveira Vianna	27/05/1937 20/07/1940	Alberto de Oliveira
09	Carlos Magalhães de Azeredo (fundador)	-	-
10	Oswaldo Orico	28/10/1937 09/04/1938	Laudelino Freire
11	Adelmar Tavares	25/03/1926 04/09/1926	João Luiz Alves
12	José Carlos de Macedo Soares	30/12/1937 10/12/1938	Vitor Viana
13	Hélio Lobo	06/06/1918 26/11/1919	Sousa Bandeira
14	Clóvis Bevilaqua (fundador)	-	-
15	Guilherme de Almeida	06/03/1930 21/06/1930	Amadeu Amaral
16	Pedro Calmon	16/04/1936 10/10/1936	Felix Pacheco
17	Roquette-Pinto, (Edgar)	20/10/1927 02/03/1928	Osório Duque Estrada
18	A.J. Pereira da Silva	23/11/1933 20/06/1934	Luiz Carlos
19	Gustavo Barroso	08/03/1923 07/05/1923	Dom Silvério Pimenta
20	Múcio Leão	19/09/1935 16/11/1935	Humberto de Campos
21	Olegário Mariano	23/12/1936 20/04/1927	Mário de Alencar
22	Miguel Osório de Almeida	05/09/1935 23/11/1935	Medeiros e Albuquerque
23	Octávio Mangabeira	25/09/1930 01/09/1934	Alfredo Pujol
24	Manuel Bandeira	29/08/1940 30/11/1940	Luiz Guimarães Filho

* As informações indicadas no quadro acima, se orientaram a partir das informações do livro “*Academia Brasileira de Letras: notas e documentos para a sua história*”, de Fernão Neves, lançado em 1943; além dos dados disponíveis no sítio <http://www.academia.org.br>.

25	Ataulfo de Paiva	09/12/1916 23/03/1918	Artur Orlando
26	Ribeiro Couto, (Rui)	28/03/1934 17/11/1934	Constância Alves
27	Levi Carneiro	23/07/1936	Gregório Fonseca
28	Mennotti del Picchia	01/04/ 1942 20/12/1943	Xavier Marques
29	Cláudio de Souza	28/08/1924 28/10/1924	Vicente de Carvalho
30	Antônio Austregésilo	29/08/ 1914 03/12/1914	Heráclito Graça
31	Paulo Setubal	06/12/1935 27/07/1935	João Ribeiro
	Cassiano Ricardo	09/09/1937 29/12/1937	Paulo Setubal
32	Viriato Côrrea	14/07/1938 29/10/1938	Ramiz Galvão
33	Fernando Magalhães	22/07/1926 08/09/1926	Domício da Gama
34	Dom Aquino Côrrea	09/12/1926 30/11/1927	Lauro Müller
35	Rodrigo Octávio (fundador)	-	-
36	Clementino Fraga	23/03/1939 10/06/1939	Conde de Afonso Celso (fundador)
37	Alcântra Machado		
	Getúlio Vargas	07/07/1941 30/12/1943	Alcântra Machado
38	Celso Vieira	20/07/1933 05/05/1933	Santos Dumont
39	Rodolfo Garcia	31/08/1934 13/04/1936	Rocha Pombo
40	Alceu Amoroso Lima	29/08/1935 14/12/1935	Miguel Couto

ANEXO III

<i>As baixas da Academia Brasileira de Letras – (1931-1943)</i>	
ANO	NOME DO ACADEMICO
1931	Graça Aranha (fundador) Dantas Barreto
1932	Luíz Carlos (fundador) Santos Dumont Constâncio Alves
1933	Rocha Pombo João Ribeiro
1934	Miguel Couto Augusto de Lima Gregório Fonseca Medeiros de Albuquerque (fundador) Coelho Neto Humberto de Campos
1935	Félix Pacheco Goulart de Andrade Alberto de Oliveira
1936	Laudelino Freire Paulo Setubal
1937	Victor Vianna
1938	Conde de Afonso Celso (fundador) Ramiz Galvão (fundador)
1939	–
1940	Luís Guimarães Filho
1941	Alcântara Machado
1942	–
1943	–